Habitação Coletiva de Interesse Social em Heliópolis: A visão de quatro arquitetos

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo

Gustavo Marcondes Massimino
São Paulo, 2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail do autor: gustavo.massimino@yahoo.com.br

Massimino, Gustavo Marcondes
Habitação Coletiva de Interesse Social em
Heliópolis: A visão de quatro arquitetos / Gustavo
Marcondes Massimino; orientadora Profa. Dra. Helena
Aparecida Ayoub Silva. - São Paulo, 2018.
266 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de
concentração: Projeto da Arquitetura

1. Projeto de Arquitetura. 2. Habitação Popular.
3. Conjuntos Habitacionais. 4. Heliópolis. 5.
Habitação Coletiva. I. Silva, Profa. Dra. Helena
Aparecida Ayoub, orient. II. Título.

Gustavo Marcondes Massimino

Habitação Coletiva de Interesse Social em Heliópolis: A visão de quatro arquitetos

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Projeto de Arquitetura

Linha de Pesquisa: Produção de Arquitetura

Orientador: Prof^ª Dr^ª Helena A. Ayoub Silva

São Paulo, 2018.

Exemplar revisado e alterado em relação a versão original, sob responsabilidade do autor e anuência da orientadora.

Analogamente, consideramos “arquitetônico” o olhar que, ao examinar os edifícios, captura não apenas materiais, técnicas, formas e dimensões físicas mas, sobretudo, as marcas do humano aí impressas e os modos pelos quais são colados no álbum do tempo o selo de nossos hábitos: mais do que prédios, ele vê habitações

Carlos Antônio Leite Brandão

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar é necessário agradecer ao CNPQ / CAPES que por meio do auxílio bolsa, subsidiou o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço a todos aqueles que de contribuíram com minha formação profissional e acadêmica ao longo dos anos, tanto no ofício de projetos como na docência da Universidade, o que tornou possível criar minha própria visão crítica sobre o fazer e ensinar o projeto. A percepção e o entendimento de que as várias interpretações possíveis sobre a realidade, consolida o entendimento que a Arquitetura não é constituída de apenas uma visão e sim da construção de possibilidades, de hipóteses que se concretizam em realidade.

Agradeço aos colegas de disciplinas e do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE), pelas conversas e amizade nesse tempo; Lívia Moraes e Mirela Geiger; Ana Helena Vilella e Tuca Vieira; Carmela Rocha, Eduardo Spinazolla, Gustavo Madalosso Kerr, Marina Canhadas e Oliver De Luccia. Agradeço a Michelle Urano, pelo auxílio na execução dos desenhos e diagramação do trabalho.

Também agradeço aos Prof. Dr. Álvaro Puntoni e Prof. Dr. Antônio Carlos Barossi pelas orientações na banca de qualificação e ao Prof. Dr. Francisco Spadoni pela supervisão no PAE. Agradeço especialmente a Prof^a Dr^a Helena A. Ayoub Silva tanto pela supervisão no PAE, como pela orientação neste trabalho, que com sua amizade, generosidade e conhecimentos, me auxiliaram e orientaram nas escolhas para construção desta pesquisa.

Por fim, agradeço o apoio de minha família; Denise Massimino, Luiz Massimino e Neusa Gama, e agradeço especialmente à Giseli Massimino pelo incentivo e apoio neste anos.

A presente pesquisa trata do entendimento sobre o modo de pensar o projeto de arquitetura para habitações coletivas através da visão de quatro arquitetos em projetos na comunidade de Heliópolis, São Paulo, entre 1990 e 2014. Compreender questões relativas ao projeto: leitura do terreno e contexto; análise do programa de necessidades; entendimento da legislação; definição de materiais e técnicas construtivas, definindo assim estratégias de projeto por estes profissionais.

No início da década de 1980, o processo de redemocratização do país, criava um ambiente favorável para melhores condições de vida as populações residentes em áreas irregulares. Em São Paulo várias ações foram desenvolvidas ao longo do tempo pelo poder público para enfrentamento da questão habitacional através de programas como o PRO-FAVELA, PROVER e Urbanização de Favelas.

RESUMO

Com diversos projetos de habitação de interesse social implantados, Heliópolis, na região sudeste da capital, é a maior favela do município e reúne um conjunto de obras que representam diferentes alternativas na busca por soluções à questão habitacional.

Foram selecionados como estudo de caso para a pesquisa o Conjunto Habitacional Almirante Delamare (1992) autoria de Luis Espallargas Gimenez; Conjunto Habitacional Gleba A – Quadra O e Quadra 1 (2007) e o Conjunto Habitacional Gleba H (2013) ambos de autoria de Vigliecca & Associados; Residencial Comandante Taylor (2012), autoria de Piratininga Arquitetos Associados e por fim o Conjunto Habitacional Heliópolis (Juntas Provisórias) - Gleba G (2014), de autoria do escritório Biselli Katchborian Arquitetos., sendo estes apresentados por meio de plantas, textos e fotos para a compreensão destas diferentes visões sobre Habitação Coletiva de Interesse Social.

The present research deals with the understanding about the way of thinking of the architecture project for collective housing through the vision of four architects in projects in the community of Heliópolis, São Paulo, between 1990 and 2014. Understand issues related to the project: reading the terrain and context ; needs program analysis; understanding of legislation; definition of materials and constructive techniques, thus defining project strategies by these professionals.

In the early 1980s, the country's redemocratization process created a favorable environment for better living conditions for people living in irregular areas. In São Paulo, several actions have been developed over time by the public power to face the housing issue through programs such as PRO-FAVELA, PROVER and Urbanization of Slums.

ABSTRACT

With several social housing projects in place, Heliópolis, in the southeast of the capital, is the largest slum in the city and it includes a set of works that represent different alternatives in the search for solutions to the housing issue.

We selected as case study for the study the Housing Set Almirante Delamare (1992) authored by Luis Espallargas Gimenez; Housing Set Gleba A - Quadra O and Quadra 1 (2007) and the Housing Set Gleba H (2013) both authored by Vigliecca & Associados; Residencial Comandante Taylor (2012), authored by Piratininga Associated Architects and finally the Heliópolis Housing Set (Provisional Joints) - Gleba G (2014), authored by the Biselli Katchborian Architects office, being presented through plants, texts and photos to understand these different views on Collective Housing of Social Interest.

LISTA DE FIGURAS

Figura 00.01 – Diagrama de organização da pesquisa. Fonte: Desenho do Autor

Capítulo 1 – Habitação Coletiva

Figura 11.01 – *Unité d' Habitation*, Marselha. Le Corbusier, 1942. Maquete de estudo da estrutura. Autor: Rik Moran Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/783522/classicos-da-arquitetura-unidade-de-habitacao-lecorbusier/553f94cee58ece50290000b9-ad-classics-unite-d-habitation-le-corbusier-photo> Acesso: Jan. 2018.

Figura 11.02 – *Unité d' Habitation*, Marselha. Le Corbusier, 1942. Figura Relação Planta e Corte. Fonte: BOESIGER, W e GIRSBERGER, H. Le Corbusier 1910-1965. Barcelona: Gustavo Gili, 1971. p. 145

Figura 11.03 – Robin Hood Gardens, Londres. Alison e Peter Smithson, 1972. Desenho de Implantação e Corte do conjunto. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-37260/classicos-da-arquitetura-robin-hood-gardens-alison-e-peter-smithson/robin-hood-gardens_smithsons_1310693727-rhgarden-planta-contexto/ Acesso: Jan. 2018.

Figura 11.04 – Robin Hood Gardens, Londres. Alison e Peter Smithson, 1972. Foto da circulação horizontal – *Street in the sky*. Autor: Mike Seaborne. Fonte: <http://www.robinhoodgardens.london/> Acesso: Jan. 2018.

Figura 12.01 – Conjunto Residencial Prefeito Mario Mendes de Moraes. Afonso Eduardo Reidy e Carmen Portinho. Rio de Janeiro, 1946. Vista do pavimento intermediário de acesso ao conjunto. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy/12832_12884/ / Acesso: Jan. 2018.

Figura 12.02 – Conjunto Residencial Prefeito Mario Mendes de Moraes. Afonso Eduardo Afonso Reidy, Carmen Portinho. Rio de Janeiro, 1946. Corte Esquemático. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy/12832_12884 /Acesso: Jan. 2018.

Figura 12.03 – Vista Geral do conjunto Conjunto Habitacional Várzea do Carmo. Attílio Corrêa Lima, IAPI. São Paulo, 1938. Fonte: <http://habitacaosocial.com/conjunto-residencial-da-varzea-do-carmo/> Acesso: Jan. 2018.

Figura 12.04 – Implantação original do conjunto Conjunto Habitacional Várzea do Carmo. Attílio Corrêa Lima, IAPI. São Paulo, 1938. Fonte: [https://www.researchgate.net/figure/314650373_fig1_Figura-05-Planta-do-Conjunto-Residencial-da-Varzea-do-Carmo-Fonte-Revista-Municipal-de/](https://www.researchgate.net/figure/314650373_fig1_Figura-05-Planta-do-Conjunto-Residencial-da-Varzea-do-Carmo-Fonte-Revista-Municipal-de/Acesso:) Acesso: Jan. 2018.

Figura 12.05 – Planta unidade tipo duplex, Edifício Japurá . Eduardo Kneese de Mello. São Paulo, 1945. Fonte: http://www.nomads.usp.br/pesquisas/espacos_morar_modos_vida/concretos/desinteresse_social/10_cap3_exemplares1-1.htm

Figura 12.06 – Vista do Edifício Japurá. Eduardo Kneese de Mello. São Paulo, 1945. Fonte: <http://habitacaosocial.com/edificio-japura/>

Figura 13.01 – Projeto Prover Heliópolis - Gleba A. Fonte: <http://www.oas.com/oas-com/oas-engenharia/realizacoes/infraestrutura/areas-subnormais-favelas/cingapura-iv-heliopolis/>

Figura 14.01 – Associação de amigos e moradores da favela de Heliópolis. Fonte: <https://www.unas.org.br/sobre-nos> Acesso: Jan. 2016.

Figura 14.02 – Vista da Vila Provisória Heliópolis, São Paulo. Foto: Amaury Nhen.

Figura 14.03 – Vista da Vila Provisória Heliópolis, São Paulo. Foto: Amaury Nhen.

Figura 14.04 – Foto montagem das intervenções em Heliópolis. Fonte: Souza, Vanessa Pádia. Heliópolis (São Paulo) As intervenções públicas e as transformações na forma urbana da favela. Dissertação de Mestrado - FAU-Mackenzie. São Paulo, 2012.

Figura 14.05 – Mapa de localização das intervenções em Heliópolis, São paulo. Fonte: Desenho do Autor.

Capítulo 2 – Ferramentas de Leitura de Projeto

Figura 21.01 - Vista do edifício Neue Vahr, Bremen. Alvar Aalto, 1958-1962. Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/362399101250710629/>

Figura 21.02 - Planta do pavimento tipo, edifício Neue Vahr, Bremen. Alvar Aalto, 1958-1962. Fonte: LEUPEN, Bernard. Proyecto y Análisis: evolución de los principios em arquitectura, 1999. Pág. 15.

Figura 22.01 – Perspectiva isométrica do projeto para prefeitura de Logrono. Rafael Moneo, 1980. Fonte: LEUPEN, Bernard. Proyecto y Análisis: evolución de los principios em arquitectura, 1999. Pág. 195.

Figura 22.02 – Diagrama de implantação do projeto para prefeitura de Logrono. Rafael Moneo, 1980. Fonte: LEUPEN, Bernard. Proyecto y Análisis: evolución de los principios em arquitectura, 1999. Pág. 196.

Figura 23.01 – Diagrama de composição volumétrica. Villa Savoye, Le Corbusier. Paris, 1928-1930. Fonte: LEUPEN, Bernard. Proyecto y Análisis: evolución de los principios em arquitectura, 1999. Pág. 55.

Figura 23.02 – Diagrama de composição da estrutura. Villa Savoye, Le Corbusier. Paris, 1928-1930. Fonte: LEUPEN, Bernard. Proyecto y Análisis: evolución de los principios em arquitectura, 1999. Pág. 55.

Figura 23.03 – Diagrama de composição. Parc La Vilette, Bernard Tschumi. Paris, 1983-1993. Fonte: LEUPEN, Bernard. Proyecto y Análisis: evolución de los principios em arquitectura, 1999. Pág. 63.

Figura 24.01 – Diagrama de setorização por usos , Mart Stam, 1935. Fonte: LEUPEN, Bernard. Proyecto y Análisis: evolución de los principios em arquitectura, 1999. Pág. 89.

Figura 25.01 - Vista do conjunto de rampas do edifício da FAU-USP. Artigas e Cascaldi, São Paulo, 1961. Fonte: https://www.archdaily.com/799088/ad-classics-faculty-of-architecture-and-urbanism-university-of-sao-paulo-fau-usp-joao-vilanova-artigas-and-carlos-cascaldi/3182905608_c707b921bc_o

Figura 25.02 – Corte transversal do edifício da FAU-USP, São Paulo. ARTIGAS, CASCALDI, 1961. Fonte: http://www.itaucultural.org.br/ocupacao/vilanova-artigas/artetecnica/?content_link=22nte:

Capítulo 3 – Projetos

Figura 30.01 - Foto Aérea da cidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Fonte: Google Maps / Acesso: Jan. 2018.

Figura 30.02 – Mapa de localização dos projetos em Heliópolis. São Paulo, 2018. Fonte: Desenho do Autor.

Residencial Heliópolis I (Sabesp), São Paulo. Ruy Othake (2008-2011).

Figura 30.03 – Vista aérea do Residencial Heliópolis I (Sabesp), São Paulo. Fonte: <http://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/ruy-othake-centro-educativo-cultural-condominio-residencial-heliopolis-04-04-2012>

Figura 30.04 – Vista interna do Residencial Heliópolis I (Sabesp), São Paulo.

Fonte: Foto do Autor.

Figura 30.05 – Planta Pav. Térreo. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 30.06 – Planta Pav. Tipo. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 30.07 – Planta Cobertura. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 30.08 – Elevação. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 30.09 – Corte Transversal. 2018. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 30.10 – Corte Longitudinal. Fonte: Desenho do Autor.

Residencial Almirante Delamare, São Paulo. Luís Espallargas Gimenez (1990 – 1992)

Figura 31.01 – Vista interna do conjunto. São Paulo, 1990. Foto: Espallargas Arquitetura. Fonte: <http://www.espallargas.com.br/index2.htm> / Acesso: Jan. 2018.

Figura 31.02 - Vista aérea do conjunto. Foto: Juca Martins, 1993. Acervo: Pulsar Imagens
Fonte: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra8697/nucleo-do-pam-conjunto-almirante-delamare>. Acesso: Jan. 2018.

Figura 31.03 - Mapa de localização. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.04 - Planta do pavimento Térreo. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.05 - Planta do 1º Andar. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.06 - Planta do 2º Andar. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.07 - Planta da Cobertura. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.08 - Elevação nordeste. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.09 - Corte transversal. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.10 - Corte longitudinal. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.11 [1.1], [1.2], [1.3] - Planta das unidades habitacionais tipo A.

Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.12 [2.1], [2.2], [2.3]- Planta Unidades Habitacionais tipo B.

Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.13 - Desenho de figura fundo da implantação. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.14- Vista do conjunto Passo d'Areia. Porto Alegre, 1942.

Fonte: <http://habitacaosocial.com/vila-passo-dareia/> Acessado em Jan. 18.

Figura 31.15 - Diagrama de composição volumétrica. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.16 – Diagrama de Usos, planta do pavimento térreo. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.17 [1.1], [1.2], [1.3] – Diagrama de usos, unidade tipo A.

Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.18 [2.1], [2.2], [2.3] – Diagrama de usos, unidade tipo B.

Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.19 – Diagrama de fluxos de acesso às unidades. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 31.20 – Diagrama de fluxos pavimento térreo. Fonte: Desenho do Autor.

Hector Ernesto Vigliecca Gani

Figura 32.01 – Boulevard Artigas, Montevideu. Hector Vigliecca, Ramiro Bascans, Thomas Sprechmann, Arturo Villaamil (1971-1973). Foto do conjunto a partir do pátio interno, 2017.

Fonte: Foto do Autor

Figura 32.02 – Croquis do arquiteto para intervenção em áreas críticas, Vigliecca & Associados.

Fonte: Conjunto Gleba A. Vigliecca & Associados, São Paulo (2004-2007).

Figura 32.101 – Vista aérea do conjunto Gleba A/Quadra 1. Foto: Azul Serra, Fonte: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-a> Acesso: Jan. 2018.

Figura 32.102 – Planta de implantação do projeto original para quadra 1 / Gleba A. Fonte: Arquivo (PDF) enviado pelo escritório VIGLIECCA & ASSOCIADOS.

Figura 32.103 – Mapa de implantação do Projeto de Urbanização para a Gleba A. Fonte: Vigliecca & Associados. Disponível em: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-a>. Acesso: Jan. 2018

Figura 32.104 – Vista aérea da quadra 1, conjunto Gleba A. Foto: Azul Serra. Fonte: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-a> Acesso: Jan. 2018

Figura 32.105 – Mapa de localização do projeto para Gleba A. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 32.106 – Planta do Térreo (Quadra 0 e Quadra 1). Fonte: Desenho do Autor.

Figura 32.107 – Planta do 1º andar. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 32.108 – Planta do 2º andar. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 32.109 – Planta do 3º andar. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 32.110 – Corte Longitudinal. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 32.111 – Corte Transversal. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 32.112 – Planta unidade Tipo 1 – QUADRA 0. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 32.113 – Planta unidade Tipo 2 – QUADRA 0. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 32.114 – Planta unidade Tipo 3 – QUADRA 0. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 32.115 – Planta unidade Tipo 1 – QUADRA 1. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 32.116 – Planta unidade Tipo 2 – QUADRA 1. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 32.117 – Desenho Figura Fundo da implantação. São Paulo, 2018.

Fonte: Desenho do Autor

Figura 32.118– Croquis do arquiteto para composição volumétrica. Fonte: Vigliecca & Associados. Disponível em: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-a>. Acesso: Jan. 2018

Figura 32.119 – Diagrama de Composição Volumétrica. Fonte: Desenho do Autor

Figura 32.120 – Diagrama de Usos - Pavimento térreo. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 32.121 – Diagrama de Usos - Unidade tipo 01 – QUADRA 1.

Fonte: Desenho do Autor.

Figura 32.122 – Diagrama de Usos - Unidade tipo 02– QUADRA 1.

Fonte: Desenho do Autor.

Figura 32.123 – Diagrama de Fluxos do pavimento térreo. Fonte: Desenho do Autor

Figura 32.124 – Diagrama de acesso às unidades tipo do pavimento térreo.

Fonte: Desenho do Autor

Figura 32.125 – Diagrama de acesso às unidades tipo do pavimento Tipo.

Fonte: Desenho do Autor

Residencial Silvio Bacarelli, Gleba H. Vigliecca & Associados, São Paulo. (2009-2013)

Figura 32.201 – Vista aérea do conjunto. Fonte: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-h>. Acesso: Jan. 2018

Figura 32.202 – Vista do pátio interno do conjunto. Fonte: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-h>. Acesso: Jan. 2018

Figura 32.203 – Vista da situação de ocupação da Gleba H. Fonte: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-h>. Acesso: Jan. 2018

Figura 32.204 – Vista da do conjunto a partir da rua. Fonte: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-h>. Acesso: Jan. 2018

Figura 32.205 – Mapa de localização do projeto. Fonte: Desenho do autor.

Figura 32.206 – Planta Térreo. Fonte: Desenho do autor

Figura 32.207 – Planta 1º Andar. Fonte: Desenho do autor

Figura 32.208 – Planta 2º Andar. Fonte: Desenho do autor

Figura 32.209 – Elevação Sudoeste. Fonte: Desenho do autor

Figura 32.210– Corte Transversal. Fonte: Desenho do autor

Figura 32.211 – Elevação Nordeste. Fonte: Desenho do autor

Figura 32.212– Elevação Sudeste. Fonte: Desenho do autor

Figura 32.213 – Elevação Noroeste. Fonte: Desenho do autor

Figura 32.214 – Planta unidade tipo 01. Fonte: Desenho do autor

Figura 32.215 – Planta unidade tipo 02. Fonte: Desenho do autor

Figura 32.216 – Planta unidade tipo 03. Fonte: Desenho do autor

Figura 32.217 – Desenho Figura Fundo de implantação. Fonte: Desenho do Autor

Figura 32.218 – Maquete do arquiteto para composição do conjunto. São Paulo, 2018. Fonte: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-h>. Acesso: Jan. 2018

Figura 32.219 – Diagrama de composição volumétrica. Fonte: Desenho do Autor

Figura 32.220 – Croquis do arquiteto (Relação entre as partes e o todo). Fonte: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-h>. Acesso: Jan. 2018

Figura 32.221 – Diagrama de usos /planta do pavimento térreo. Fonte: Desenho do Autor

Figura 32.222 – Diagrama de usos /planta da unidade tipo 1. Fonte: Desenho do Autor

Figura 32.223 – Diagrama de usos /planta da unidade tipo 2. Fonte: Desenho do Autor

Figura 32.224 – Diagrama de usos /planta da unidade tipo 3. Fonte: Desenho do Autor

Figura 32.225 – Diagrama de Fluxos para acesso as unidades tipo 3.

Fonte: Desenho do Autor

Figura 32.226 – Diagrama de Fluxos para acesso as unidades tipo 1.

Fonte: Desenho do Autor

Figura 32.227 – Diagrama de Fluxos. Planta do térreo São Paulo, 2018.

Fonte: Desenho do Autor

Residencial Comandante Taylor. Piratininga Arquitetos Associados, São Paulo. (2008-2011)

Figura 33.01 – Vista do conjunto a partir da Rua Comandante Taylor. São Paulo, 2016.

Fonte: Foto do Autor.

Figura 33.02 – Foto da circulação horizontal do conjunto. São Paulo, 2016. Fonte: Foto do Autor.

Figura 33.03 – Vista aérea do conjunto. Fonte: <http://old.habisp.inf.br/pagina/home4>

Figura 33.04 – Foto do pátio interno do conjunto. São Paulo, 2016. Fonte: Foto do Autor.

Figura 33.05 [4.1], [4.2] – Diagrama de organização dos edifícios. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.06 – Mapa de localização do conjunto. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.07 – Planta do Andar -3/ cota 752,80. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.08 – Planta do Andar -2 / cota 755,49. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.09 – Planta do Andar -1/ cota 758,18. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.10 – Planta do Térreo / cota 760,87. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.11 – Planta do 1º Andar/cota 771,63. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.12 – Planta do 2º, 3º e 4º Andar. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.13 – Elevação Leste. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.14 – Elevação Norte. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.15 – Elevação Oeste. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.16 – Elevação Sul. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.17 – Corte AA. São Paulo, 2018. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.18 – Corte BB. São Paulo, 2018. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.19 – Corte CC. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.20 – Corte DD. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.21 – Corte EE. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.22 – Corte FF. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.23 – Planta da unidade habitacional Tipo 01. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.24 – Planta da unidade habitacional Tipo 02. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 33.25 – Desenho Figura Fundo de implantação. Fonte: Desenho do Autor

Figura 33.26 – Diagrama de composição volumétrica. Fonte: Desenho do Autor

Figura 33.27 – Desenho usos da planta do pavimento térreo. Fonte: Desenho do Autor

Figura 33.28 – Diagrama de usos da planta da unidade tipo 1. Fonte: Desenho do Autor

Figura 33.29 – Desenho de Usos da planta da unidade tipo 2. Fonte: Desenho do Autor

Figura 33.30 – Diagrama de fluxos do pavimento térreo. Fonte: Desenho do Autor

Figura 33.31 – Diagrama volumétricos de fluxos.Fonte: Desenho do Autor.

Conjunto Habitacional Heliópolis (Juntas Provisórias).

Biselli Katchborian Arquitetos Associados, São Paulo. (2011 -2014)

Figura 34.01 – Vista do conjunto Assembléia para o concurso HABITASAMPA, 2004.

Fonte:<http://bkweb.com.br/projects/institutional/habitasampa-concurso-de-habitac-o-social/> Acesso: Jan. 2018.

Figura 34.02 - Foto do pátio interno e passarela do conjunto. Fonte: Autor.

Figura 34.03 – Foto do acesso a partir da Avenida das Juntas Provisórias. Fonte: Autor.

Figura 34.04 – Foto do conjunto a partir da rua Comandante Taylor. Fonte: Autor.

Figura 34.05 – Maquete eletrônica do conjunto. Fonte: <http://bkweb.com.br/projects/institutional/conjunto-habitacional-heliopolis/> Acesso: Jan. 2018.

Figura 34.06 – Mapa de localização do conjunto. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 34.07 – Planta do térreo. São Paulo, 2018. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 34.08 – Planta do 1º andar. São Paulo, 2018. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 34.09 – Planta do 2º andar. São Paulo, 2018. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 34.10 – Planta do 3º, 4º e 5º andar. São Paulo, 2018. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 34.11 – Planta do 6º andar. São Paulo, 2018. Desenho do Autor.

Figura 34.12 – Elevação Leste. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 34.13 – Elevação Norte. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 34.14 – Corte Longitudinal. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 34.15 – Corte Transversal. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 34.16 – Unidade tipo 1. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 34.17 – Unidade tipo 2. Fonte: Desenho do Autor.

Figura 34.18 – Desenho Figura Fundo de implantação. Fonte: Desenho do Autor

Figura 34.19 – Croquis do arquiteto para composição do conjunto. Fonte: <http://bkweb.com.br/projects/institutional/conjunto-habitacional-heliopolis/> Acesso: Jan. 2018.

Figura 34.20 – Planta unidade tipo 1, programa PROVER - . Fonte: ALBUQUERQUE, Maria José. Verticalização de favelas em São Paulo. Balanço de uma experiência (1989 a 2004) Tese de Doutorado / FAU-USP, 2006.

Figura 34.21 – Planta unidade tipo 2, programa PROVER - . Fonte: ALBUQUERQUE, Maria José. Verticalização de favelas em São Paulo. Balanço de uma experiência (1989 a 2004) Tese de Doutorado / FAU-USP, 2006.

Figura 34.22 – Diagrama de composição volumétrica. Fonte: Desenho do Autor

Figura 34.23 – Diagrama de usos da unidade tipo 1. Fonte: Desenho do Autor

Figura 34.24 – Diagrama de usos da unidade tipo 2. Fonte: Desenho do Autor

Figura 34.25 – Diagrama de usos no pavimento térreo. Fonte: Desenho do Autor

Figura 34.26 – Diagrama de fluxos do pavimento térreo. Fonte: Desenho do Autor

Figura 34.27 – Diagrama volumétrico dos fluxos. Fonte: Desenho do Autor

Figura 34.28 – Diagrama volumétrico de fluxos / planta 1º Andar. Fonte: Desenho do Autor

Figura 34.29 – Diagrama volumétrico de fluxos / planta 2º Andar. Fonte: Desenho do Autor

Considerações Finais

Figura 42.01 –Vista aérea do conjunto. Foto: Juca Martins, 1993. Acervo: Pulsar Imagens
Fonte: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra8697/nucleo-do-pam-conjunto-almirante-dela-mare>. Acesso: Jan. 2018.

Figura 42.02 – Maquete eletrônica do conjunto. Fonte: <http://bkweb.com.br/projects/institutional/conjunto-habitacional-heliopolis/> Acesso: Jan. 2018.

Figura 43.01 – Foto do conjunto Almirante Delamare a partida do pátio interno, 1990. Fonte: <http://www.espallargas.com.br/index2.htm> / Acesso: Jan. 2018.

Figura 43.02 – Projeto Quinta da Malagueira, Évora / Portugal. Álvaro Siza Vieira, 1972. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza/sitio-web-alvaro-siza-vieira_1329748508-evora2032-siza-website/ Acesso: Jan. 2018.

Figura 43.03 – Maquete eletrônica do conjunto Heliópolis / Juntas Provisórias. Fonte: <http://www.bkweb.com.br/projects/institutional/conjunto-habitacional-heliopolis/> Acesso: Jan. 2018.

Figura 43.04 – Vista de edifícios Sporenburg, Amsterdam / Holanda. Fonte: <http://urbantheorywest8amsterdam.blogspot.com.br/>

Figura 43.05 – Vista aérea do Residencial Comandante Taylor. Fonte: http://old.habisp.inf.br/pagina/b48_conjunto-residencial-comandante-taylor-e-selecionado-para-9-bienal-internacional-de-arquitetura-de-sao-paulo/ Acesso: Jan. 2018.

Figura 43.06 – Vista aérea Superquadra / Brasília – D.F. Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/07.075/1938> Acesso: Jan. 2018.

Figura 44.01 – Diagrama de prumadas hidráulicas Residencial Almirante Delamare.

Fonte: Desenho do autor.

Figura 44.02 – Diagrama de prumadas hidráulicas da planta tipo, Residencial Comandante

Fonte: Desenho do autor.

Figura 44.03 – Diagrama de prumadas hidráulicas da plantas tipo, Conjunto Gleba A.

Fonte: Desenho do autor.

Figura 45.01 – Corte Esquemático do Conjunto Residencial Prefeito Mario Mendes de Moraes. Afonso Eduardo Reidy, Carmen Portinho. Rio de Janeiro, 1946. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy/12832_12884 /Acesso: Jan. 2018.

Figura 45.02 – Diagrama de acesso, Residencial Comandante Taylor. Fonte: Desenho do autor.

Figura 45.03 – Diagrama de acesso, Conjunto habitacional Heliópolis (Juntas Provisórias). Fonte: Desenho do Autor.

Figura 45.04. Maquete eletrônica do Museu em Suwon, Coréia do Sul. Biselli Katchborian Arquitetos Associados, 2003. Fonte: <http://www.bkweb.com.br/projects/public/museu-nam-june-paik/> Acesso: Jan./2018.

Figura 45.05 - Diagrama de conexão urbana, Conjunto habitacional Heliópolis (Juntas Provisórias). Biselli Katchborian Arquitetos Associados, 2003. Fonte: Biselli Katchborian (arquivo em PDF enviado pelo escritório).

Figura 45.06 – Diagrama de conexão urbana, Conjunto Gleba A. Vigliecca & Associados, 2004. Fonte: Desenho do autor.

Figura 45.07 – Croquis de implantação do arquiteto, residencial Silvio Bacarelli (Gleba H). Vigliecca & Associados, 2009-2013. Fonte: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-h>. Acesso: Jan. 2018.

LISTA DE ABREVIATÖES

CAIXA.....	Caixa Econômica Federal
CIAM.....	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
COHAB.....	Companhia Metropolitana de Habitação
FAU / USP.....	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
HIS.....	Habitação de interesse social
IAB.....	Instituto de Arquitetos do Brasil
IAP.....	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IAPL.....	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários
PLANHAB.....	Plano nacional de habitação
PMCMV.....	Programa Minha Casa Minha Vida
PMSP.....	Prefeitura do Município de São Paulo
PNH.....	Política Nacional de Habitação
PRO-FAVELA.....	Programa de Urbanização de Favelas
PROVER.....	Programa de Verticalização de Favelas
SEHAB.....	Secretária Municipal de Habitação
UNAS.....	União de núcleos, associações dos moradores de Heliópolis e região.
ZEIS.....	Zonas de interesse social

SUMÁRIO

Introdução	31
1. Habitação coletiva	37
1.1 O paradigma da habitação coletiva	38
1.2 Habitação de Interesse Social no Brasil: Dos Institutos de Aposentadoria e Pensão e as atuais políticas públicas	47
1.3 Habitação de interesse social em São Paulo	61
1.4 Heliópolis: Uma comunidade em transformação	67
2. Ferramentas de leitura do projeto	73
2.1 Projeto	77
2.2 Contexto	78
2.3 Ordem e Composição	80
2.4 Usos	82
2.5 Fluxos	84

3. Projetos: Diferentes visões sobre Habitação de Interesse Social	87
3.1 Luis Espallargas Gimenez	98
3.1.1 Residencial Almirante Delamare	102
3.2 Hector Vigliecca	124
3.2.1 Conjunto Habitacional Gleba A	128
3.2.2 Residencial Silvio Bacarelli (Gleba H)	150
3.3 Piratininga Arquitetos Associados	173
3.3.1 Residencial Comandante Taylor	176
3.4 Biselli Katchborian Arquitetos Associados	204
3.4.1 Conjunto Habitacional Heliópolis (Juntas Provisórias)	210
4. Considerações Finais	235
5. Bibliografia	257

INTRODUÇÃO

A proposta inicial da pesquisa para o mestrado previa a execução de um inventário sobre a produção contemporânea de habitações coletivas de interesse social, no entanto, diante do amplo cenário de projetos realizados nos últimos anos, impunha-se a necessidade da definição de um recorte no tempo e no espaço. Assim, a medida em que a compreensão sobre o panorama relativo a questão crescia e se consolidava, foi possível estabelecer e definir um recorte que melhor pudesse cumprir os objetivos da pesquisa, ou seja, ampliar e aprofundar a discussão a respeito das diferentes visões de arquitetos sobre habitação coletiva de interesse social. Estabeleceu-se, então, intervenções realizadas pelo poder público na comunidade de Heliópolis, região sudeste da capital.

Com mais de 1.000.000 m² em área, Heliópolis é a maior favela da capital, e possui uma população superior a 100.000 habitantes, com uma densidade de 544 hab/ha¹, valor elevado se comparado ao distrito do Sacomã, 174,54 hab/ha¹, onde está localizada a favela, o que demonstra o alto grau de adensamento da comunidade.

¹ Densidade- Adotada a média de 3,4 hab. / unidade habitacional em Heliópolis. Dados fornecidos pelo IBGE, Censo Demográfico de 2010, p. 167.

Desde o início da década de 1980, Heliópolis recebe investimentos em infraestrutura urbana e na provisão de moradia, o que acaba por gerar diferentes desenhos e impactos na consolidação do tecido urbano. Nas palavras de PUNTONI, “Não se pode dissociar da reflexão sobre a questão da cidade, a reflexão sobre a questão da habitação, pois ambas são partes da mesma coisa.” (PUNTONI, 2004. Pág. 94).

Através da linha de pesquisa, Produção de Arquitetura, o trabalho tem por objetivo estabelecer o Projeto de Arquitetura como fonte de pesquisa, e por meio dele compreender as estratégias e ideias dos arquitetos responsáveis nos projetos de habitação coletiva de interesse social implantados em Heliópolis. Para tal o desenho é um elemento fundamental na compreensão das seguintes obras: Conjunto Habitacional Almirante Delamare (1992) autoria do arquiteto Luis Espallargas Gimenez; Conjunto Habitacional Gleba A – Quadra O e Quadra 1 (2007) e o Conjunto Habitacional Gleba H (2013) ambos de autoria do escritório Vigliecca & Associados; Conjunto Comandante Taylor (2012), autoria do escritório Piratininga Arquitetos Associados e por fim o Conjunto Residencial Juntas Provisórias - Gleba G (2014), autoria do escritório Biselli Katchborian Arquitetos Associados.

Conforme dados da Prefeitura Municipal de São Paulo (2018), a cidade possui 31,8% de sua população residente em áreas irregulares, em um universo de mais de 11.000.000 habitantes. Diante deste cenário, onde as condições de moradia de grande parte da população são precárias, o tema da habitação coletiva de interesse social é pertinente e discutido na cidade através de diversas ações desde a redemocratização do país na década de 1980. Porém, os diferentes direcionamentos nas políticas habitacionais do município, acabam por gerar prejuízos à condição urbana e social do município (ZUQUIM, 2012).

Figura 00.01
Diagrama de organização da pesquisa

Segundo, Flavio Villaça, é a partir do objeto que se define o contexto a ser estudado, pois “ o ponto de partida é sempre o objeto de estudo e suas delimitações espaciais e temporais[...]” (VILLAÇA, 1997. PÁG. 05). Após a escolha dos projetos a serem estudados, foi necessário estabelecer temas correlatos, como meio de definir os objetos de interesse a serem investigados na pesquisa. O diagrama ao lado (Figura 00.01) representa a síntese destas definições e como podem ser organizados para desenvolver a narrativa do trabalho.

Antes da descrição da forma com o trabalho foi organizado, vale salientar que o livro: ***Inquietação teórica e estratégica projetual : na obra de oito arquitetos contemporâneos***, de Rafael Moneo, foi um grande balisador do trabalho desde sua concepção, no sentido da proposta em compreender a obra de arquitetos, tanto por meio de suas falas e textos assim como sua produção profissional, fonte de inspiração para esta pesquisa.

A partir das diretrizes estabelecidas, o trabalho foi organizado em três capítulos, além das considerações finais. O primeiro capítulo aborda o tema da Habitação Coletiva, a partir de alguns projetos realizados a partir de 1940. No Brasil o tema é tratado a partir da produção de habitação realizada pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão, IAP's e das ações realizadas na cidade de São Paulo com a redemocratização do país após o fim do regime militar, no início da década de 1980. O capítulo continua com a apresentação de um panorama sobre a cidade de São Paulo e sobre a comunidade de Heliópolis.

No segundo capítulo são apresentados os temas abordados por Bernard Leupen em ***Proyecto y Análisis: evolución de los principios en arquitectura***, 1999 e por Júlio Luiz Vieira em ***Vias de aproximação para uma leitura da condição espacial da arquitetura*** (2015) autores que abordam o desenho como ferramenta de auxílio na análise e compreensão do Projeto.

No terceiro capítulo são apresentados os projetos selecionados como objeto de estudo da pesquisa, assim como uma breve contextualização sobre os arquitetos responsáveis por estes, por meio de suas ideias relativas à habitação e suas visões sobre a arquitetura e o urbanismo, selecionadas a partir de entrevistas e textos publicados, com a finalidade de contribuir na compreensão sobre o universo referencial na concepção dos projetos.

A pesquisa encerra com as Considerações Finais, onde são expressos os resultados obtidos após a compreensão dos projetos, com suas diferentes especificidades e qualidades. Estes conhecimentos produzidos a partir da pesquisa possibilitam um reconhecimento sobre a diversidade das diferentes visões sobre habitação coletiva de interesse social, no processo de discussão sobre o tema, para pesquisadores, docentes e discentes no ensino do projeto de Arquitetura.

1 . HABITAÇÃO COLETIVA

1.1 O PARADIGMA DA HABITAÇÃO COLETIVA

As transformações ocorridas nos meios de produção em países da Europa Ocidental a partir do séc. XIX causam desdobramentos nos modos de vida nas cidades industriais que sofriam com os efeitos do excesso populacional. Influenciados pelos conceitos positivistas vigentes à época, arquitetos e urbanistas buscavam soluções para equacionar os problemas de saneamento, transporte e habitação (SILVA, 2006).

Não é intenção deste trabalho analisar o desenvolvimento do movimento moderno, porém é necessário estabelecer um recorte para sua fundamentação, sendo este a partir da década de 1930, precisamente quando da promulgação da Carta de Atenas pelo IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, CIAM², 1933, sendo aqui identificadas as transformações ensejadas no modo de desenhar e pensar as habitações coletivas.

² CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, 1928. Ver FRAMPTON, Kenneth. História crítica da Arquitetura Moderna., 2000.

Os principais pontos da Carta, habitação, trabalho, lazer e circulação estão separados no espaço e no tempo, e o arquiteto franco suíço, Le Corbusier, é o maior representante da modernidade naquele contexto. Influenciado pelos conceitos positivistas de Auguste Comte e por uma estética industrial. Le Corbusier propõe a construção da Vila Radieuse no centro de Paris, um ambiente limpo, saudável, com unidade e ordem.

O documento ainda demonstra insensibilidade diante da memória histórica e tem no urbanismo sua fundamental visão para constituição das cidades industriais, planejando, decompondo e reorganizando o espaço através do zoneamento, seja na escala da casa ou da cidade. Um sonho materializado posteriormente em Brasília, que segundo ÁBALOS (2003) era uma utopia social, a cidade perfeita criada graças à ciência e ao zoneamento.

O positivismo entende que os fenômenos do mundo estão submetidos a leis naturais invariáveis, e seu objetivo é o de reduzir esses eventos ao máximo e, para tal, a crença na ciência e no conhecimento são cruciais e servem de base para a evolução que irá acontecer na busca por uma sociedade perfeita e sem conflitos, onde a ordem e o progresso estão presentes.

O homem é então um fenômeno natural e portanto passa a ser objeto de conhecimento científico. “O indivíduo é tomado como uma abstração, como uma peça de uma engrenagem sujeita a observação e a experimentação, como um dado estatístico...”

(ÁBALOS, 2003. Pág. 71)

O espaço produzido para as habitações coletivas passa a ser elaborado pela técnica do urbanismo e a casa pensada como um objeto passa a ser decomposta e dividida assim como no processo de produção industrial, suas medidas serão estudadas e pensadas para serem mínimas – *Existenzminimum*³.

A habitação é agora um processo industrial e a cozinha de Frankfurt é o exemplo mais explícito da dissecação e reconfiguração do espaço aplicado à produção industrial e a geometria, onde o *Modulor* é a proposta de Le Corbusier para a padronização de medidas ergonômicas no desenho das habitações coletivas. A coletividade agora é representada pelos conjuntos habitacionais, expressão máxima da industrialização aplicada à habitação e caracteriza o desenho das cidades. Sua linearidade faz analogia com a linha de produção da indústria, facilitando assim sua execução e sua estética industrial acaba recebendo a denominação “máquina de morar” (ÁBALOS, 2003).

Com o final da II Guerra Mundial os arquitetos têm a oportunidade de aplicar os conceitos da arquitetura moderna na reconstrução das cidades europeias atingidas pela destruição gerada pelo conflito, já que sofriam com um enorme déficit habitacional. A *Unité d'Habitation*⁴ de Marselha, projetada por Le Corbusier é a efetivação do modelo habitacional idealizado anteriormente pelo arquiteto, nos anos 1920, porém em uma escala muito maior.

O edifício, um grande bloco horizontal com 18 pavimentos, contém os preceitos modernistas preconizados pelo arquiteto: a liberação do pavimento térreo através do uso de pilotis, o terraço jardim, as aberturas na fachada separadas da estrutura, que possibilitava uma liberdade em seu desenho e composição, com um sistema de *brises* que protegem as

[1]

³ *Existenzminimum* – tradução do alemão: Nível de subsistência. Ver SILVA, Ricardo Dias. Habitação mínima na primeira metade do século 20. 2006.

⁴ *Unité d'Habitation* – Tradução do francês: unidade de quarto. Edifício modelo implantado na cidade de Marselha, França (1947) com 300 habitações aproximadamente que atenderia 1200 pessoas com equipamentos coletivos, comércios e áreas comuns, como terraço jardim. Ver CURTIS, William, J.R. Le Corbusier: Ideas and Forms. Londres. Phaidon, 1986.

[1] Figura 11.01
Unité d'Habitation. Marselha. Le Corbusier, 1942
 Maquete de estudo da estrutura.

[2] Figura 11.02
Unité d'Habitation. Marselha. Le Corbusier, 1942
 Relação entre a Planta e o Corte.

[2]

fachadas da insolação excessiva. As atividades comunitárias, serviços e o comércio como em um pequeno bairro também estão presentes através em uma rua interna, assim como as atividades de lazer que estão na cobertura.

Em sua maioria, os projetos dos conjuntos têm unidades habitacionais em cada face com uma circulação central para que haja uma quantidade maior de unidades, servidas por uma circulação central. Porém, Le Corbusier, opta por dispor as unidades transversalmente ao edifício para que desta forma consiga que cada unidade tenha duas fachadas, o que acaba por gerar uma ventilação cruzada e um melhor aproveitamento quanto a insolação nas unidades (Figura 11.02).

Além deste fato, o arquiteto reduz as circulações horizontais a cada três andares e cria apartamentos tipo duplex, onde parte da área social tem um pé-direito duplo. Com esta atitude de redução do espaço coletivo de circulação o arquiteto conseguiu aumentar o número de habitações na edificação, fato necessário à época devido à demanda maior por unidades habitacionais.

Diferentemente dos projetos anteriores do arquiteto onde o branco estava sempre presente, no pós-guerra europeu o concreto era um material de fácil acesso, e foi adotado em sua forma aparente na execução do edifício, criando assim uma linguagem que influenciaria posteriormente o brutalismo.

A partir de então as críticas ao modelo modernista começam a ser elaboradas e no X CIAM realizado em Dubrovnik, 1956, com o tema: Problemas do habitat humano, arquitetos

e urbanistas buscavam respostas para a crise que ocorria na modernidade. Em função da renúncia dos membros fundadores do CIAM, um grupo de arquitetos denominados Team 10, entre eles Alison e Peter Smithson, realizaram reuniões paralelas para criticar o “reduccionismo positivista que pairava e se derramava indiscriminadamente sobre a arquitetura moderna ” (ABALOS, 2003. pág. 69).

Já no final da década de 1960, Robert Venturi escreve o manifesto da pós-modernidade, ***Complexidade e contradição na arquitetura***⁵, onde afirma que a complexidade na arquitetura ocorre tanto na forma como na função e no momento em que ela é limitada exclusivamente ao programa configura-se o formalismo em simplificação, como algo vago.

Como reformadores de um movimento de vanguarda, os autores afirmam que os arquitetos separam e excluem elementos no projeto ao invés de adicionar e sobrepor. Segundo Venturi, Le Corbusier propôs formas puras e simples sem contradições ao programa e cita Paul Rudolph em seu texto para descrever o trabalho de Mies Van Der Rohe:

Nunca é possível resolver todos os problemas. Na verdade, uma característica do século XX é o fato de que os arquitetos são altamente seletivos ao elegerem os problemas que querem resolver. Mies, por exemplo, faz edifícios maravilhosos simplesmente por ignorar muitos aspectos da construção. Se ele resolvesse mais problemas, seus edifícios seriam muito menos poderosos. (VENTURI apud NESBITT, 1995. Pág. 93)

⁵ ***Complexidade e contradição na arquitetura.***
VENTURI, Robert. 1966. Ver em NESBITT, Kate (Org.) UMA
NOVA AGENDA PARA A ARQUITETURA. Antologia teórica
(1965-1995). São Paulo. Cosac Naify, 2ª ed. 2013.

Alison e Peter Smithson, antigos integrantes do Team X, projetam o conjunto Robin Hood Gardens, 1972 em Londres, em oposição aos preceitos estabelecidos na modernidade.

Segundo Josep Bramona em conferência realizada na Escola da Cidade em 2009 durante o curso de Pós-graduação “Habitação e Cidade”:

[...] o projeto de Londres realizado pelos Smithson, dois dos teóricos e projetistas mais influentes da segunda metade do século XX, é a resposta inglesa a projetos como a Unidade de Habitação de Le Corbusier e dá continuidade a propostas anteriores como o Golden Lane de 1952, em que se evita o desenho de edifícios isolados e se propõem agrupamentos mais suscetíveis de gerar atividades. (AMORIN; OTERO, 2009. pág. 164)

O conjunto é formado por dois edifícios com sete e dez andares respectivamente cada, sendo construídos com elementos pré-fabricados de concreto, reafirmando a relação de entre produção habitacional e produção industrial, onde a modulação dos elementos é um conceito essencial para sua realização. A implantação perimetral dos edifícios no lote reforça a relação espacial do espaço coletivo central, uma grande área verde de lazer.

Outro ponto a destacar no projeto dos Smithsons é o espaço gerado nas circulações horizontais, denominadas pelos arquitetos como ruas elevadas, *street in the sky*, onde são utilizadas como espaços de lazer e convívio pelos moradores.

Assim como no projeto da *Unité d'Habitation* essas circulações não acontecem em todos os andares, porém no projeto de Le Corbusier, as circulações ocorrem no interior do edifício liberando as fachadas para as unidades, já no projeto dos Smithsons as circulações horizontais ocorrem nas fachadas e geram uma relação visual com a paisagem.

[1]

[1] Figura 11.03
Robin Hood Gardens, Londres.
Alison e Peter Smithson, 1972
Desenho de implantação e corte do conjunto

[2] Figura 11.04
Robin Hood Gardens, Londres.
Alison e Peter Smithson, 1972
Foto da circulação horizontal – *Street in the sky*

Vale salientar que estes elementos constantes do projeto de habitação coletiva como a definição da unidade tipo, a modulação, a pré-fabricação e suas relações com as circulações horizontais e verticais são definidores do partido arquitetônico de um projeto. Em ambos os projetos descritos anteriormente existem tais elementos e de certa forma eles se relacionam, mesmos que com sob visões diferentes na conformação do conjunto e sua relação com a cidade e no desenho urbano.

1.2 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL: DOS INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO ÀS ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em seu livro ***As origens da habitação social no Brasil*** (1998), Nabil G. Bonduki descreve um panorama ocorrido durante o século XX sobre políticas públicas, produção de arquitetura e o surgimento da preocupação do estado com habitação de interesse social no Brasil.

O Estado Novo instalado no país a partir de 1930 marca uma nova forma de atuação do poder público nas questões sociais e consequentemente nas questões ligadas à habitação de interesse social. Estruturas de captação de recursos ligadas aos Institutos de Aposentadoria e Pensão por categoria de trabalhadores serão fundamentais para a implantação de projetos habitacionais no Brasil até a década de 1960.

[...] arquitetos envolvidos com a produção de habitação social, sobretudo no âmbito dos IAP's e do departamento de habitação popular do DF, adotaram a atitude de projeto concebida pelo movimento moderno, buscando compatibilizar economia, prática, técnica e estética (BONDUKI, 1998. pág. 134).

O processo de industrialização em São Paulo a partir do início do século XX contribui para o aumento populacional e a escassez na oferta de moradia na região central da cidade obrigando a classe trabalhadora à migrar para regiões distante do centro, desprovidas de infraestrutura urbana, de transportes ou serviços.

Até a década de 1940 a produção habitacional na cidade era quase exclusivamente que destinada ao mercado de locação e seu financiamento se dava pelo capital privado. Porém, com a expansão do parque industrial na cidade, os recursos destinados à habitação são deslocados para a atividade industrial, fato que contribui com a crise das moradias.

O poder público inicia então um processo de criação de redes de infraestrutura na cidade, como a captação de águas no Cantareira, a criação de redes de esgoto e sistemas de transporte públicos. O congelamento dos aluguéis através lei do inquilinato a partir de 1942, é outro fator dentro do contexto à época.

Inicia-se assim o processo de ocupação das periferias, que para muitos habitantes da cidade era unica opção de moradia, representada no “trinômio: loteamento irregular, casa própria e autoconstrução” (MAUTNER, 1999 pág. 248), momento onde surgem as primeiras favelas na cidade de São Paulo.

Os projetos habitacionais desenvolvidos pelos IAP's foram, para os arquitetos brasileiros, uma possibilidade de implantação no país das teorias modernistas, não devido à questão do desenho ou simplesmente na busca pela forma, mas pela possibilidade da racionalização em seus processos construtivos e no controle de custos, pois fazia-se necessário à produção de habitações em grande quantidade com qualidade.

Esses projetos adotavam o preceito de habitação coletiva multifamiliar, em oposição a escolha da unidade habitacional única no lote, fruto de um pensamento tardio, que ainda estava presente em setores da sociedade. Dispostos em grandes lâminas, geralmente os conjuntos habitacionais estavam localizados distantes dos centros urbanos devido à necessidade de grandes áreas, como no caso do Conjunto Residencial de Realengo, Rio de Janeiro.

Talvez o projeto mais emblemático dessa época seja o Conjunto do Pedregulho - RJ, de autoria do Arquiteto Afonso Eduardo Reidy e da Engenheira Carmem Portinho (Figuras 12.01 e 12.02) que segundo Bonduki, "[...] precisa ser situada num contexto de um ciclo de projetos habitacionais e não como uma obra de exceção..." (BONDUKI, 1998). Estes conceitos que aliavam arquitetura e urbanismo criavam espaços públicos coletivos em consonância com equipamentos e áreas comuns, jardins e parques também faziam parte do programa de necessidades.

Outras obras de relevância foram desenvolvidas ao longo do tempo pelo diversos Institutos de Aposentadoria e Pensão, como o Conjunto Residencial Várzea do Carmo, de autoria do Arquiteto Atílio Corrêa Lima e o Edifício Japurá, de autoria do Arquiteto Eduardo Kneese de Mello, ambos em São Paulo, porém em situações urbanas distintas.

Atílio Corrêa Lima, arquiteto com formação na Escola Nacional de Belas Artes e especialização em Urbanismo na França, foi fundamental para a concepção do Projeto para a Várzea do Carmo (12.03 e 12.04) Nele o arquiteto pode implantar sua visão sobre a habitação e urbanismo alinhada com os princípios da Carta de Atenas, onde os processos de industrialização e racionalização da construção geraram uma nova condição urbana.

[1]

[2]

[1] Figura 12.01
Conjunto Residencial Prefeito Mario Mendes de Moraes
(Pedregulho), Rio de Janeiro.
Eduardo Afonso Reidy e Carmem Portinho
Vista do pav. Intermediário de acesso ao conjunto

[2] Figura 12.02
Conjunto Residencial Prefeito Mario Mendes de Moraes
(Pedregulho), Rio de Janeiro.
Eduardo Afonso Reidy e Carmen Portinho, 1946
Corte Esquemático

O conjunto situado na baixada do Glicério junto ao Rio Tamanduateí próximo ao centro da capital, o maior a ser desenvolvido pelo IAPI até então, previa a construção de mais de 4000 unidades habitacionais para cerca de vinte e dois mil moradores divididos em 12 edifícios em lâmina com térreo e 11 andares e 37 blocos de apartamentos com 04 andares.

A decisão por essa solução se deu na medida em que a área de implantação do projeto, próxima do centro da cidade, tivera elevado custo de aquisição para o Instituto e, portanto, era necessário que o projeto apresentasse viabilidade financeira, fato que acabou por determinar o aumento das unidades habitacionais através do desenho de edifícios tipo laminar. O conjunto ainda contaria com Hotel, Terminal Rodoviário (até então inexistente na capital) e edifícios comerciais. Assim suprimiria as necessidades econômicas e não sobrecarregar os futuros moradores, trabalhadores de baixa renda, com os custos de implantação e manutenção do projeto.

Devido à morte prematura de Atílio, o projeto não foi executado em sua totalidade, como os edifícios laminares, que garantiriam a alta densidade com baixa ocupação do solo. As circulações horizontais foram projetadas a cada 03 andares no edifício laminar. Segundo Nabil “nos pavimentos servidos pelo elevador, um corredor central, espécie de via suspensa, daria acesso às unidades situadas no andar e as seis escadas de interligação entre os pavimentos imediatamente inferior e superior” (BONDUKI, 2014. Pág. 60).

O conjunto foi executado considerando apenas os blocos habitacionais de 04 andares, implantados diretamente no solo onde a circulação vertical é feita por meio de uma caixa de escadas localizadas em seu interior, com acesso às duas unidades habitacionais por andar.

[1] Figura 12.03

Conjunto Habitacional Várzea do Carmo, São Paulo, 1938.
Atílio Correa Lima (IAP)
Vista Geral do conjunto

[2] Figura 12.04

Conjunto Habitacional Várzea do Carmo, São Paulo, 1938.
Atílio Correa Lima (IAP)
Planta de implantação do projeto original para o conjunto

Outro exemplo de projeto implantado em São Paulo é o Conjunto Residencial Armando de Arruda Pereira, conhecido como Edifício Japurá (1945-1952), de autoria do Arquiteto Eduardo Kneese de Mello (Figuras 12.05 e 12.06) Desenvolvido dentro uma proposta de adensamento populacional no centro da capital, o projeto adota conceitos de redução e otimização dos espaços na unidade tipo sempre dentro de parâmetros mínimos de conforto e ergonomia, sendo elaborado simultaneamente com o projeto da *Unité d'Habitation* de Le Corbusier em Marselha.

Engenheiro-arquiteto formado pelo Mackenzie, 1931, Kneese de Mello teve uma atuação profissional até 1940 sua ligada ao ecletismo, como outros arquitetos de sua geração. A participação no V Congresso Pan-Americano de Arquitetos em Montevideu foi decisiva para uma mudança de rumos em sua carreira, quando percebe que a Arquitetura Moderna não trata somente de um estilo, mas de todo um conjunto de valores que poderiam criar uma nova condição ao individuo e a sociedade.

Kneese de Melo, membro fundador do IAB-SP, 1943, esteve à frente do instituto até 1953, porém mesmo após esse período sempre foi atuante na instituição, conciliando com suas atividades profissionais e acadêmicas. Sua participação no IAB-SP foi fundamental para o estreitamento das relações com profissionais cariocas, ligados aos Institutos de Aposentadoria, sendo um dos únicos arquitetos paulistas contratados para o desenvolvimento dos conjuntos habitacionais à época.

O tema da industrialização da construção como forma de democratização da arquitetura, fez com o arquiteto criasse a empresa, Uni-Seco, uma patente inglesa para fabricação de elementos pré-fabricados para construção, porém não obteve sucesso comercial.

O contexto acima descrito é fundamental para o entendimento do projeto do Ed. Japurá implantado na área central da capital, o qual tem como diretrizes: o adensamento populacional através do desenho da unidade de habitação mínima, a implantação de unidades de comércio e serviços localizados no nível do térreo, a implantação de uma área coletiva na cobertura e sua implantação no lote feita através do grande volume laminar, conceitos presentes na Carta de Atenas.

Localizado na Rua Japurá, em um lote com 100m de frente e um acentuado desnível para o fundo. O conjunto é composto por um pequeno bloco de serviços, com habitações na parte superior, no alinhamento da rua e pela lâmina vertical localizada no interior do lote, onde estão as habitações, sendo estes blocos unidos através de uma laje que contém acessos cobertos, passarelas sinuosas, que funciona como um espaço coletivo aos moradores.

Na laje do térreo há uma abertura, em desenho orgânico, que proporciona uma relação visual com o pavimento inferior onde está implantado o edifício laminar sobre pilotis. Com uma implantação distante do alinhamento da rua, feita a partir da interpretação sobre o código de obras, o arquiteto viabilizou a verticalização do edifício ao máximo. Na projeção do edifício laminar em seu nível inferior está localizada uma área destinada para a implantação de restaurante e uma pequena garagem destinada a este estabelecimento, mas que atualmente é usada pelos moradores.

A redução das circulações horizontais através da adoção de unidades tipo duplex, duzentos e oitenta e oito ao total, possibilitou que o edifício possua paradas de elevadores a cada dois andares, com um total de 16 andares mais o térreo. Porém diferentemente do projeto de Le

[1]

[1] Figura 12.05
Edifício Japurá, São Paulo, 1942
Eduardo Kneese de Mello.
Plantas da unidade tipo duplex

[2] Figura 12.06
Edifício Japurá, São Paulo, 1942
Eduardo Kneese de Mello.
Vista do conjunto

[2]

Courbusier, os apartamentos não contem duas fachadas e para equacionar a necessidade de iluminação e ventilação internas dos apartamentos são projetados nove fossos internos no corpo do edifício.

Os apartamentos têm áreas que variam entre 58 e 64m² devido ao posicionamento dos poços de iluminação à esquerda da circulação horizontal. O acesso aos apartamentos está localizado nos andares ímpares através de um pequeno vestíbulo que liga a sala, a cozinha e a escada interna, a qual leva ao pavimento superior da unidade, localizado nos andares pares.

No pavimento superior da unidade estão localizados um pequeno hall, que funciona como escritório ou sala de estudos, os dormitórios e o banheiro, que possui apenas um tanque, pois não há lavanderia em consonância com a redução dos espaços internos.

O projeto busca aproveitar melhor o desenho irregular do lote através de sua geometria levemente inclinada. Sua estrutura, executada em pilares e vigas de concreto, é independente do fechamento em alvenaria, e reforçam o desenho dos pavimentos e na cobertura há uma marquise e um terraço jardim, uma área de lazer para os moradores.

Completando o conjunto há um bloco secundário, com dois pavimentos, no alinhamento da rua, onde estão localizados pequenos comércio e algumas pequenas unidades habitacionais no pavimento superior.

Esses elementos arquitetônicos presentes no edifício Japurá, vão de encontro aos preceitos Corbusianos e caracterizam o edifício como um legítimo exemplar da arquitetura moderna

implantado na cidade de São Paulo, representando uma experiência inovadora realizada no país, pois foi implantado anteriormente ao Conjunto do Pedregulho no Rio de Janeiro.

Esses edifícios criaram espaços de acesso ao público dentro de propriedades privadas; geraram solo artificialmente com uma implantação que rompe a lógica tradicional da relação entre o lote e o espaço público. (BONDUKI, 2014. Pág. 134)

Sua lógica se perdeu em meio ao desenvolvimento urbano da cidade a partir da segunda metade do século XX e do modo de vida individual, onde os espaços coletivos pensados para o uso público, foram fechados e tornaram-se exclusivamente privados para uso dos moradores. A partir do golpe militar de 1964 os projetos habitacionais desenvolvidos pelos IAP's passam a ser geridos pelo Banco Nacional de Habitação e os processos de racionalização e redução de custos fazem com que os projetos desenvolvidos não tenham mais a qualidade anteriormente realizada.

Com isso introduziu-se no repertório da habitação social brasileira, um suposto racionalismo formal desprovido de conteúdo, consubstanciado com projetos de péssima qualidade, monótonos, repetitivos, desvinculado de contexto urbano e do meio físico e principalmente, desarticulado de um projeto social. (BONDUKI, 1998. Pág. 135)

Com a crise econômica da década de 1980 e o fim do BNH em 1986 os programas para obras habitacionais de interesse social existentes, em sua maioria na implantação de grandes conjuntos em áreas periféricas, foram paralisados prejudicando assim as famílias beneficiadas pelos programas habitacionais, que normalmente, não têm acesso ao crédito formal.

Com a redemocratização do país a partir da década de 1980 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 foram criadas condições para o planejamento e a produção habitacional em novos moldes aos praticados até então, sendo que no ano de 2001 é promulgado o Estatuto da Cidade, que:

[...] estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulem o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental [...] e estabelecem a função social da propriedade e estabelece-se um conjunto de instrumentos que possam garantir maior acesso à terra urbana e à segurança na posse. (BRASIL, 2001).

Com a criação do Ministério das Cidades em 2003 o processo de formulação de políticas públicas voltadas para a produção de Habitação de Interesse Social é incrementado e conforme estabelece o Estatuto, todo município com mais de 20.000 habitantes deve elaborar um plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo prefeito. O atual Plano Diretor do município de São Paulo estabelece 05 tipologias de ZEIS, como um dos instrumentos de enfrentamento ao déficit habitacional na cidade.

Criado a partir do Estatuto das Cidades a Política Nacional de Habitação esta estruturada em quatro eixos: modelo de financiamento e subsídios, política urbana e fundiária, arranjos institucionais e cadeia produtiva da construção civil tendo entre seus objetivos; “articular uma política de inclusão com desenvolvimento econômico no país” (PLANHAB, 2009).

A partir deste fato inicia-se um processo de discussão entre o governo, entidades de classe e sociedade civil para a formulação do Plano Nacional de Habitação, com objetivos de orientar a elaboração dos planos habitacionais no âmbito estadual e municipal, concluído em 2009.

Nesse mesmo ano é lançado o Programa Minha Casa Minha Vida com o intuito de reduzir o déficit habitacional no país. O programa oferece imóveis na planta para população de baixa renda em 03 diferentes faixas de renda classificadas em: Faixa 1 - 0 a 3 salários mínimos; Faixa 2 - 3 a 6 salários e Faixa 3 - 6 a 10 salários.

O programa prevê que empresas privadas possam apresentar projetos às superintendências da Caixa Econômica Federal, para análise e liberação dos recursos conforme um cadastro único de demanda. O banco acompanha a execução das obras e libera os recursos conforme seu cronograma, comercializando as unidades habitacionais. Sendo os empreendimentos classificados em duas tipologias, casas térreas e apartamentos com áreas de 35,0m² e 42,0m² respectivamente, organizados em conjuntos de até 500 unidades.

Considerando os impactos urbanos e sociais que um projeto de um conjunto habitacional mal planejado pode gerar com sua implantação na formação e consolidação das cidades a arquiteta e urbanista, Raquel Rolnik, relatora do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada, afirma:

“[...] a ideia de que é o mercado privado vai ofertar a moradia. Até o BNH ainda era o Estado que contratava. Não estou defendendo que isso era maravilhoso, mas o modelo de que o mercado é que vai ofertar vem na crítica ao anterior. Então se deixa o mercado fazer, mas os produtos que estão sendo ofertados por ele são de qualidade muito baixa, reiteram o lugar histórico que os pobres ocuparam nas nossas cidades, que é a não-cidade, o não-lugar. (ROLNIK, 2016)

Em documento enviado à presidência da República em 2012 o Instituto de Arquitetos do Brasil critica o programa e propõe que este “se articule com o estatuto das cidades, com o PLANHAB, com os planos diretores, demais programas e políticas de urbanas desenvolvidas pelo Estado” além afirmar “[...] que o projeto arquitetônico e urbanístico de qualidade é fundamental na produção de habitação de interesse social, devendo ser valorizado pelas políticas públicas” (IAB, 2012).

1.3 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM SÃO PAULO

Desde a década de 1980 na cidade de São Paulo são realizadas inúmeras experiências na busca por soluções para equacionar o déficit habitacional das famílias de baixa renda, porém em função dos diferentes direcionamentos políticos na administração pública a condução das políticas sobre o tema sofre constantes discontinuidades e gera prejuízos à situação urbana e social do município.

Na tentativa de manter as famílias em seus locais de origem, experiências isoladas implantaram infraestrutura de água, luz e esgoto através da urbanização de favelas. O Programa de recuperação da Bacia do Guarapiranga procurou equacionar esses problemas de saneamento ambiental e serviu de base para orientação de futuros programas de qualificação urbana.

A provisão de habitação é mais um elemento nesse processo, onde a relevância dos espaços públicos nos projetos é fundamental e possibilita a integração das áreas informais a cidade. Este

fato acaba por valorizar os investimentos feitos pelas famílias na produção de suas moradias e assim “re-estruturar o espaço físico”. (URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 2008. pág. 18)

Nas administrações de Mario Covas (1983-1985), Luiza Erundina (1989-1992) e Marta Suplicy (2001-2004), ocorreram ações no sentido de enfrentar a questão habitacional com políticas públicas que estimulasse os programas de financiamento, os programas de urbanização de favelas, a regularização fundiária, o estabelecimento de Zonas Especiais de Interesse Social e os programas de mutirões.

Por outro lado, a administração Jânio Quadros (1986-1988), adota uma postura de exclusão e remoção das populações de baixa renda das áreas centrais para áreas periféricas da cidade.

Os prefeitos Paulo Maluf (1993-1996) e seu sucessor político Celso Pitta (1997-2000) também adotam posturas para continuidade das remoções, através da implantação do programa Prover – Cingapuras, desarticulando assim os movimentos de mutirão e as reurbanizações que vinham sendo realizadas na gestão de Luiza Erundina.

O programa Prover tinha como objetivo a provisão de habitação para as populações nas áreas ocupadas por meio da construção de edifícios, em sua maioria com baixa qualidade técnica, mas em áreas de grande visibilidade da cidade. “As ações se tornam pontuais e com o objetivo de dar visibilidade à administração municipal ” (ZUQUIM, 2012. pág. 07).

A partir das administrações de José Serra (2005-2006) e seu sucessor Gilberto Kassab (2006-2012) o direcionamento das políticas públicas foi alterado para uma ação de integração entre as secretarias e os níveis de governo, no intuito de lidar com a questão habitacional de maneira efetiva através da criação do Plano Municipal de Habitação, em consonância com o Estatuto das Cidades.

Por meio da cooperação técnica com a Aliança de Cidades na elaboração de planos de ação para implantação de políticas públicas como o PMH, que previa o atendimento de 800 mil famílias

Figura 13.01
Projeto Prover (Cingapura)em Heliópolis- Gleba A.

através de financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o município cria o Habisp-plus, uma base de dados on-line para o gerenciamento das informações coletadas nas comunidades, possibilitando assim uma visão completa sobre a realidade em relação a questão habitacional no município.

A atualização das informações sobre demanda e oferta, possibilitou a secretaria, um olhar preciso na elaboração das metas e no seu cumprimento, em oposição aos modelos implantados anteriormente.

Dados da SEHAB indicam que a cidade de São Paulo, 2018, possui mais de 3.500.000 de habitantes em assentamentos precários, favelas ou loteamentos irregulares, num total de aproximadamente 11.000.000 de habitantes, o que representa 31,8% de sua população.

As condições precárias de habitação dessa parcela da população que tem renda inferior a três salários mínimos, valor insuficiente para se adequarem ao mercado formal de habitação, acaba por perpetuar seu isolamento geográfico nas periferias, o que acaba por gerar reflexo do crescimento urbano desordenado da cidade.

Entre os anos de 2005 a 2012 a arquiteta Elisabeth França, superintende da SEHAB e posteriormente secretária adjunta, coordenou ações para a mudança de postura por parte da administração pública a respeito da questão habitacional em áreas irregulares no município de São Paulo. A articulação destas ações promoveu o protagonismo da Arquitetura e o Urbanismo, em oposição aos projetos, onde prevalecem a repetição de soluções sem identidade arquitetônica, sem conexão com o contexto local e suas populações.

Segundo dados do HABISP, existem na cidade de São Paulo, 1707 favelas cadastradas com uma estimativa de 391.043 domicílios, 423 núcleos urbanizados com 60.601 famílias estimadas, 1982 loteamentos irregulares com 392.369 lotes irregulares estimados e 2334 cortiços cadastrados na região da Sé e Mooca. A partir de 2013 a SEHAB entregou 71 empreendimentos com um total de 15.421 unidade habitacionais. (SÃO PAULO, 2018).

As intervenções estão classificadas em 04 grupos: Favelas, Cortiços, Núcleos urbanizados e Loteamentos irregulares, sendo atendidos em 05 programas habitacionais; Programa de Mananciais, PMCMV, Regularização Fundiária, Renova Centro e Urbanização de Favelas.

Especificamente sobre o Programa de Urbanização de Favelas, em seu processo de reconhecimento da área, utilizam-se fotos aéreas para constituição dos desenhos das ocupações e sistema viário existente. Após o levantamento de campo, as informações obtidas são confrontadas e servem de base para a definição do traçado urbano da área. Há um procedimento de cadastro das famílias e os imóveis são lacrados e numerados representando uma base de dados a serem cadastradas no sistema Habisp da Prefeitura.

Com o projeto, devem ser solucionados problemas relacionados a redes de infraestrutura, acesso de pedestres e veículos, eliminação de áreas de risco e implantação de serviços públicos. Para tanto, são elaborados projetos de urbanismo, água, esgoto, drenagem, pavimentação e contenção geotécnica, além dos projetos dos edifícios de reassentamento das famílias a serem removidas. (URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 2008. pág. 25)

A remoção das habitações é definida conforme dados geotécnicos sobre o risco de deslizamentos, solapamentos de terra, o que se torna um grande desafio aos técnicos

envolvidos no processo para que os remanejamentos sejam minimizados e seus impactos sobre as populações locais. Somente quando da execução dos levantamentos no local, o remanejamento é confirmado, gerando uma situação onde os projetos executivos são elaborados simultaneamente à execução das obras de remoção. Após esse processo é que são executadas as sondagens de solo, o que por vezes, gera dados inesperados devido a situações ocultas pelas moradias irregulares.

O constante adensamento populacional e a mutação das habitações têm impacto no projeto e nos custos, e seu tempo de execução deve ser o menor possível. Diferentemente de um canteiro de obras onde máquinas e equipamentos têm fácil acesso e os custos de implantação do projeto necessitam de soluções menos onerosas, no processo de urbanização de favelas, as soluções a serem adotadas demandam dos profissionais envolvidos criatividade devido precárias condições de acessibilidade ao local das obras, assim como a constante presença das populações residentes.

As ações das equipes de gerenciamento social junto às famílias atendidas, são fundamentais no processo de atualização cadastral das moradias, quando necessária sua remoção, e o amparo a estas famílias é feito por meio aluguel social ou por meio de alojamentos provisórios. A reocupação da área é outro fator constante que acaba por interferir no tempo de execução dos projetos. Tanto o desenvolvimento dos projetos como as obras são acompanhados por conselhos gestores formados paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil. Este último grupo é eleito pelo voto direto dos moradores, e acompanha e faz a interlocução na aprovação das propostas juntos aos moradores, o que gera um processo mais democrático e organizado no processo de transformação urbana destas comunidades carentes.

Figura 14.01
Associação de amigos e moradores da favela de Heliópolis

1.4 HELIÓPOLIS: UMA COMUNIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Delimitada pelas Avenidas das Juntas Provisórias, Avenida Almirante Delamare e Via Anchieta, a área de Heliópolis tem aproximadamente 1.000.000m² o que corresponde a 10.000 hectares e esta localizada no bairro do Ipiranga, distrito do Sacomã, região Sudeste da Capital e foi regularizada pela PMSP no ano de 1923 com a execução de obras de arruamento a área da favela era de propriedade do Conde Silvio Penteado.

No ano de 1947 a área da favela é comprada pelo Instituto de Previdência e Pensão dos Industriários, que tinha a intenção de construir moradias para os associados, porém com à morte prematura de Atílio Corrêa Lima, arquiteto responsável pelos projetos do IAPI, a construção destas moradias não foi concluída.

Possuindo uma área verde semelhante às dimensões do Parque do Ibirapuera, com lagoas e campos de futebol, a área da favela era utilizada pelas famílias do bairro como área de lazer até a década de 1950.

Denominado Vilas Provisórias, a PMSP no início da década de 1970, inicia um programa para eliminar as favelas da cidade, através da remoção de moradias irregulares e a oferta de moradias provisórias as famílias de baixa renda. Segundo SOUZA (2012), no ano de 1972, as 150 famílias que moravam sob o Viaduto da Vila Prudente foram removidas para obras de execução da Av. Inácio de Anhaia Melo, e foram encaminhadas para a Vila Provisória junto ao córrego do Sacomã, dando início a ocupação da Favela de Heliópolis. Maria Ruth SAMPAIO (2010) afirma que “[...] aos poucos o provisório foi tornando-se definitivo e em dez anos a área já abrigará 10 mil moradores [...]”.

Com o aumento substancial do fluxo de migrantes, principalmente provenientes do Nordeste, para a cidade no final dos anos 1970, grileiros aceleram o processo de ocupação irregular da área da favela e loteiam e comercializam irregularmente lotes. Nesse período há um constante processo de invasões, ocupações e remoções de moradores.

A PMSP inicia o programa PROFAVELA (1979 – 1982) para execução de redes de infraestrutura, luz e esgoto através de subprogramas PRÓ-LUZ E PRÓ-ÁGUA, implantados pelas concessionárias de serviços públicos. É nesse momento que o Estado deixa de encarar o problema das ocupações irregulares como uma questão temporária e passa a tentar enfrentar a questão do déficit habitacional de maneira definitiva.

No início da década de 1980 surge a Sociedade de Amigos e Moradores da Favela Heliópolis e a população local tem na Igreja Católica um suporte para sua organização, e realização das assembleias gerais, que à época estavam em torno de 3000 moradores, as quais eram realizadas na Paróquia Santa Edwiges.

[1]

[2]

Nesse momento as áreas ocupadas passam para a guarda da COHAB, e são divididas em 14 glebas, de A à N, e nesse sentido a enorme pressão feita pela associação de moradores foi fundamental para o processo de negociação entre a PMSP e o IAPAS sob intermédio do BNH.

Entre 1989 e 1992 é consolidado o Plano Global de Intervenção, que previa investimentos em infraestrutura e a regularização dos lotes na área das glebas A à K, com obras de drenagem, pavimentação, contenção e a provisão de moradias, sendo implantados inúmeros projetos pelas entidades governamentais em diversos Programas tais como: FUNAPS, PROVER e Programa de Urbanização de Favelas através da SEHAB / PMSP e os conjuntos implantados pela COHAB.

Esse histórico de desenvolvimento do território de Heliópolis ocorrido desde o final da década de 1980 muito se deve a organização da população local por melhores condições de vida e à mudança na postura do Estado em relação a sua atuação nas áreas ocupadas irregularmente na cidade. No mapa a seguir estão localizados alguns dos projetos implantados em Heliópolis por ordem cronológica:

[1] Figura 14.02
Vilas provisórias de de Heliópolis
Vista do alojamento

[2] Figura 14.03
Vilas Provisórias de Heliópolis
Vista da habitação

[1]

[2]

[3]

[4]

[5]

[6]

[7]

[8]

[9]

[10]

[11]

[12]

Figura 14.04
Foto montagem do projetos implantados em Heliópolis

Figura 14.05
Mapa com localização dos projetos em Heliópolis

- 1** Residencial Almirante Delamare, 1990-1992
- 2** Opeações Interligadas, 1989-1992
- 3** Gleba L Cingapura, 1994-2004
- 4** Gleba A Cingapura, 1996-2004
- 5** Gleba A, 2005-2009
- 6** Conjunto habitacional Gleba A, 2007
- 7** Gleba A Cingapura, 1994-2000 e
Projeto Urbanização de Favelas, 2009
- 8** Gleba N, COHAB 1994 e Sehab 2009
- 9** Residencial Heliópolis I, Gleba K, 2011
- 10** Comandante Taylor, Gleba K, 2008-2011
- 11** Residencial Silvio Bacarelli, Gleba H-
2009-2013
- 12** Conjunto habitacional Heliópolis
(Juntas provisórias) Gleba G -2013-2014

2.0 FERRAMENTAS DE LEITURA DE PROJETO

Para que as informações colhidas na pesquisa sejam organizadas sobre critérios claros e específicos, foram adotados temas na apresentação dos projetos, fundamentados no conteúdo discutido na disciplina Seminário em Pesquisa de Projeto de Arquitetura II, cursada dentro do Programa de Pós-Graduação da FAU - USP.

Na referida disciplina foram realizados trabalhos de cunho acadêmicos, que a partir de uma leitura crítica de autores como Baker, Ching, Unwin, Leupen, Pause and Clarck e Vieira, os quais tratam da pesquisa e análise de projeto através do desenho, foram estudadas obras específicas e de relevância de arquitetura moderna e contemporânea como objeto do trabalho com o objetivo de facilitar sua leitura e compreensão.

A disciplina colaborou com a pesquisa por meio de uma base teórica para compreensão do desenho, que vai além de uma ferramenta de representação, mas como forma expressão das idéias elaboradas pelos arquitetos. Em 1967, VilaNova Artigas fala sobre a importância do desenho no texto O Desenho, organizado em seu livro ***Caminhos da Arquitetura***.

Segundo Artigas (2004), o *disegno* tem importância a partir do Renascimento, onde seu significado acaba por expressar uma linguagem tanto para a técnica, como para a arte, mas acima de tudo uma linguagem humana, que tem a intenção em realizar algo, o *desígnio*.

Em seu livro ***Proyecto y Análisis: evolución de los principios en arquitectura*** (1999), Bernard Leupen apresenta projetos de edifícios, planos urbanos e paisagísticos através de uma leitura histórica para o entendimento sobre os modos de pensar o projeto arquitetônico através do desenho sob os seguintes temas: Projeto e Análise; Ordem e Composição; Projetos e Usos; Projeto e Estrutura; Projeto e Contexto e Projeto e Tipologia, sendo este resultado das experiências acadêmicas como professor na Universidade de Delft, Holanda. Segundo LEUPEN (1999) desde a década de 1960 a análise de projeto ganha mais espaço nos meios acadêmicos em pesquisas de autores como Aldo Rossi, Collin Rowe, Francis Ching entre outros, demonstrando a relevância do desenho como ferramenta de leitura e análise do projeto de arquitetura.

Júlio Luiz VIEIRA, um dos autores estudados na disciplina do Programa de Pós-graduação, em sua tese de Doutorado: ***Vias de aproximação para uma leitura da condição espacial da arquitetura*** (2015); cria seu próprio método de leitura para projetos arquitetônicos, através do estudo de caso de oito obras de relevância na história da arquitetura moderna e contemporânea. Segundo ele “[...] o que se objetiva com tais leituras é a demonstração das qualidades espaciais particulares de cada obra que possibilite uma visão de conjunto com sua condição espacial.” (VIEIRA, 2015. Pág. 136)

No primeiro capítulo da tese Vieira se baseia em autores como Sigfried Giedion (1888_1968), Bruno Zevi (1918_2000) e Gian Carlo Argan (1909_1992) para discutir as relações do espaço

na modernidade. A partir destes autores, no segundo capítulo o autor inicia a conceituação dos temas para suas Vias de aproximação para a condição espacial da Arquitetura, sendo estes: Contexto; Ocupação; Permeabilidade; Sociabilidade; Fluxos; Estratificação e Estrutura. Estes temas definidos por Vieira, foram estabelecidos com base em autores como Herman Hertzberger, Bernard Leupen, Simon Unwin, Francis D. Ching, Geoffrey Baker, Jan Gehl, Michael Pause e Roger Clark.

Diferentemente da Tese defendida por Vieira, esta pesquisa não tem a pretensão de criar um método de leitura ou análise dos projetos, objeto do trabalho, porém tem a necessidade de definir nesta bibliografia uma base para organização e apresentação das informações colhidas pela pesquisa.

A partir de então tomou-se a decisão por não se fechar em um único modelo para apresentação das obras, mas eleger temas que auxiliem na compreensão e apresentação os projetos, e descartar outros que não sejam pertinentes ao objeto de estudo, parece ser o método mais adequado neste caso. O que se busca é o esclarecimento das estratégias adotadas no modo do pensar a habitação coletiva na visão de diferentes arquitetos, onde textos, imagens e desenhos são elementos que representem o partido arquitetônico dos projetos.

Sendo assim, os projetos aqui apresentados estão organizados por arquitetos, em ordem cronológica, e as idéias destes arquitetos, expressas em falas e textos serão descritas inicialmente, como pano de fundo, para compreensão dos projetos. Posteriormente os projetos são apresentados por meio dos temas que irão colaborar com o entendimento do conjunto arquitetônico, sendo: Projeto; Contexto; Ordem e Composição; Usos e Fluxos, descritos a seguir.

[1] Figura 21.01
Projeto Edifício Neue Vahr, Bremen.
Alvar Aalto, 1958-1962.
Vista do Edifício

[2] Figura 21.02
Projeto Edifício Neue Vahr, Bremen.
Alvar Aalto, 1958-1962.
Desenho da planta do pavimento tipo

[1]

[2]

2.1.1 Projeto

Para Leupen (1999) o projeto arquitetônico tem por objetivo atender a um programa sendo ele fixo ou desenvolvido ao longo do trabalho e assim atender a um conjunto de normas, demandas, condições construtivas e usos. Não se trata de um processo linear e um dos principais problemas é saber como satisfazer todos os requisitos e expectativas, e o senso crítico do projetista deve apoiar-se em diversas ponderações para interpretar e ajustar as prioridades e as expectativas. A visão do projetista conduz a um conceito, que não deve definir uma forma de antemão, mas sim estabelecer ideias subjetivas para as decisões a serem tomadas no projeto elaborando o que comumente chamamos de partido arquitetônico que o encaminhará em determinada direção.

O autor esclarece que o partido arquitetônico de um projeto pode ser definido por meio do processo de debate entre projetistas e especialistas, pela força plástica de um croqui, ou pela adoção da melhor orientação solar para as unidades habitacionais como no Projeto de Alvar Aalto para a torre de apartamentos *Neue Vahr*, Bremen (1958 – 1962) (Figura 21.01) o que pode ser entendido como a síntese do projeto expresso por um diagrama.

Segundo o autor desenhos, textos ou maquetes são elementos fundamentais na compreensão das hipóteses de projeto lançadas pelo arquiteto. O desenho é bidimensional embora seja possível representar uma terceira dimensão e dispomos de diversas maneiras de representação: croquis, desenhos de apresentação e desenhos técnicos, cada qual com suas especificidades de informação, mas sempre como uma representação do abstrato, da hipótese.

Vários recursos podem ser utilizados para a compreensão de um projeto, como reduzir ou adicionar elementos a um desenho e desta forma extrair sua essência, eliminando itens superficiais. Dentro do tema do Projeto, a história do lugar e seus processos sociais, devem ser bem compreendidos pelo projetista para serem incorporados ao projeto, e potencializando seus resultados.

Portanto no item Projeto, serão apresentadas as informações iniciais sobre os projetos, por meio de um texto que esclareça as circunstâncias para sua realização, seu momento histórico, político e condicionantes, dados coletados a partir de pesquisas e extraídos dos desenhos, além das plantas de localização; pavimentos; unidades; cortes e elevações, redesenhados para a pesquisa.

2.1.2 Contexto

O tema Contexto trata de elementos como a força do lugar no processo de projeto, onde cada ação é feita para um lugar específico, concreto e cheio de história, onde suas características e limitações, seus diferentes tipos de vínculos, tangíveis e intangíveis, influenciam no resultado do projeto, pois nas palavras de Leupen “o projeto não se faz no vazio” (LEUPEN, 2004, pág. 152).

A topografia, os edifícios existentes e as funcionalidades são consideradas vínculos diretos, e sua origem, história e significado vínculos indiretos. A análise é mais complexa devido ao fato de cada projetista interpretar esse contexto para sua tomada de decisão no projeto, influenciando de forma direta nos seus resultados.

[1]

[1] Figura 22.01

Projeto da Prefeitura de Logrono
Rafael Moneo, 1980
Perspectiva Axonométrica

[2] Figura 22.02

Projeto da Prefeitura de Logrono
Rafael Moneo, 1980
Diagrama de implantação

[a]

[b]

[c]

[d]

[2]

Dentro do contexto urbano, a formação da cidade é colocada como reflexo de diferentes aspectos, traz grandes variações nos resultados concretizados e os aspectos técnicos, econômicos, políticos e sociais dizem respeito ao contexto, mas não são os únicos elementos que são geradores do contexto, as ideias dominantes da Arquitetura e Urbanismo também influenciam em sua resultante.

Assim, são colocadas duas hipóteses sobre a formação das cidades. A primeira hipótese trata das cidades formadas por um processo definido pelas grandes intervenções, com características, processos e modelos espaciais próprios e a segunda hipótese trata das cidades formadas ao longo dos séculos, por processos espontâneos, de transformações informais e com velocidade lenta ligadas ao cotidiano.

Leupen descreve o projeto da Prefeitura de Logrono (1980) projeto de Rafael Moneo, onde a leitura do contexto urbano e a conexão histórica e como as colunatas presentes outros edifícios da cidade, os espaços públicos e vegetados existentes e assim como o rio, possibilitaram o desenvolvimento de um projeto de transformação urbana (Figura 22.01).

Por meio de diferentes diagramas são identificadas as potencialidades do contexto urbano para desenvolver as propostas do projeto (Figura 22.02): (a) o edifício e o contexto urbano, (b) o desenho estilizado de uma sequência de praças existentes e o boulevard até o rio, (c) o sistemas de colunatas e arcadas presentes na cidade e (d) a relação entre a cidade e o rio. Segundo o autor, essa soma dessas características transformaram o edifício em um catalisador para outras áreas da cidade, o que acaba por potencializar a representação do edifício como um ícone no conjunto urbano (LEUPEN, 1999).

Através de um desenho de figura-fundo, é possível analisar as relações existentes entre o conjunto edificado e seu entorno como meio de compreender a implantação do projeto elaborada pelo arquiteto, dentro do contexto urbano local.

2.1.3 Ordem e Composição

Sobre o tema, Ordem e Composição, Leupen entende que projetar uma casa, uma cidade, um parque ou uma paisagem é uma composição entre matéria e espaço. Em uma casa a matéria são seus materiais e o espaço são seus cômodos, em um parque as trilhas e espaços abertos são o espaço e as árvores são a matéria; na cidade edifícios e árvores são a matéria e ruas e praças são o espaço e de modo geral, a forma, o lugar e a natureza determinam a qualidade deste espaço, e as atividades desenvolvidas nele.

Segundo o autor a ordem é um modo de adequar o pensamento abstrato à realidade concreta e a geometria não é o único modo de ordenação de um projeto, pois existem outros princípios organizadores como o programa, os métodos construtivos, as circunstâncias e suas interpretações, onde cada projetista pode interpretá-los conforme suas percepções. Estes princípios também são passíveis de sofrer evolução ao longo do tempo, influenciados pelas mudanças culturais e sociais.

O século XX confirmou o capitalismo industrial como sistema econômico na sociedade ocidental, a riqueza e a desigualdade estavam presentes nas cidades que cresciam desordenadamente e novas técnicas e materiais contribuíram por uma nova arquitetura, onde princípios ordenadores ditam a linguagem formal.

Figura 23.01
Villa Savoye
Le Corbusier (1928-1930)
Diagrama de composição de volumes

Figura 23.02
Villa Savoye
Le Corbusier (1928-1930)
Diagrama de composição da estrutura

A *Villa Savoye* (1928-1930), para o autor é um manifesto da arquitetura moderna onde as novas técnicas construtivas e materiais proporcionam o uso de elementos como o pilotis, a planta livre, o terraço jardim, a janela em fita livre da fachada, elementos na ordenação e composição do espaço. (Figura 23.01 e 23.02). Esse novo modelo de ordenamento e composição não está presente somente na casa, mas na cidade também e a criação do CIAM (1928) tem por objetivo o debate de propostas para as cidades com mais luz, ar e espaço.

A partir da segunda metade do século XX, os fenômenos sociais e culturais desenvolvem o que podemos chamar de condição pós-moderna, onde a realidade pode ser interpretada de várias maneiras e nesse momento surgem críticas aos conceitos modernos, pois as formas cada vez mais complexas e programas mais indefinidos, geram uma situação onde os arquitetos possuem a tarefa de projetar o indeterminado.

Um exemplo emblemático nesse sentido é o projeto do *Parc La Villette*, Paris (1983-1993) (Figura 23.03) de autoria de Bernard Tschumi, como parte do programa de grandes projetos para a cidade. O projeto previa um amplo programa que englobava atividades esportivas, museus, conservatório de música e jardins em uma mesma área. Os elementos como a retícula, as superfícies e as linhas presentes ao longo da história da arquitetura irão criar uma organização por camadas no projeto. Tschumi compreende essa complexidade e sobrepõe arquitetura, urbanismo e paisagem urbana na composição do todo.

A partir destes conceitos definidos os projetos são apresentados por meio de desenhos que representem e caracterizem seu ordenamento e composição, reflexo destas ações de projeto presente em elementos do edifício, que configuram sua volumetria e dos espaços gerados a partir desta.

2.1.4 Usos

Ao longo da história conforme as práticas sociais foram se alterando, os modos de usar a arquitetura sofrem mudanças, devido às relações sociais, econômicas e políticas que se alteram, surgem diferentes formas de apropriação do espaço, conseqüentemente, diferentes linguagens arquitetônicas.

Para Leupen, o ponto de partida para a análise dos usos é o entendimento de que a Arquitetura restringe o movimento, ou seja, de que ela existe quando da necessidade de fixação e sedentarismo, o que por outro lado, intensifica a dramatização do movimento no espaço limitado e amplifica seus significados. Ao citar John Summerson (apud LEUPEN, 1999, pág. 70). O autor coloca que as relações sociais e a arquitetura se influenciam mutuamente, o que acaba por delinear a configuração dos espaços.

As grandes mudanças no modo de operar o programa ocorrem em três momentos; Antiguidade, Idade Média e Modernidade, e nesta última, a mudança nos meios de produção, influenciam diretamente no desenvolvimento da cidade industrial a partir do século XIX.

Arquitetos durante a década de 1920, baseados no conceitos de Taylor⁶, realizam estudos para conseguir o máximo de objetividade na distribuição na planta de uma habitação, o que resultou na determinação de dimensões mínimas para organização deste espaço. A representação deste conceito está na cozinha de Frankfurt (1926), projetada por Margarete Schutte-Lihotzky, que elabora seu desenho como uma máquina.

[1]

[1] Figura 23.03
Parc La Villete, Paris,
Bernard Tschumi, (1983-1993)
Diagrama de composição

[2] Figura 24.01
Desenho com Planta, e diagrama de setorização por usos.
Mart Stam, 1935.

[2]

Segundo o autor, estas idéas estão baseadas na afirmação que toda a função implica em uma forma (LEUPEN, 1999. Pág. 85). Mas é na década de 1930 que o funcionalismo na arquitetura, terá seu auge com a elaboração da Carta de Atenas, a qual define que a habitação, o trabalho e o lazer estão separados no tempo e no espaço.

O movimento das atividades a serem realizadas são estudados e relacionados com as dimensões do ambiente, através do estudo da ergonomia do corpo humano. A definição do programa acaba por configurar as possibilidades de uso e a investigação através do projeto determina as dimensões necessárias as atividades a serem realizadas.

Arquitetos americanos no período da II Guerra Mundial, inspirados pelos conceitos funcionalistas começam a projetar residências onde há claramente a divisão dos espaços de uso, em espaços servidores (áreas de serviço e cozinha) e espaços servidos (áreas sociais e dormir) (Figura 24.01) caracterizando a criação dos núcleos de serviços e a separação por zonas nas habitações.

No item Uso, são apresentadas plantas do pavimento térreo e das unidades habitacionais com a setorização dos usos como suporte para verificação da divisão dos espaços internos.

⁶ TAYLOR, Frederick Winslow (1856-1915). Engenheiro Norte Americano que propõe a realização do trabalho por meio do estudo do tempo e dos movimentos, visando a obtenção de uma padronização do método de trabalho a ser seguido, para evitar o desperdício no processo de manufatura.

2.1.5 Fluxos

A *Promenade architecturale* estabelecida por Le Courbusier como um dos elementos presentes em seus projetos, possibilita transformar a circulação, elemento de transposição, em uma experiência que resulte na percepção da obra arquitetônica e seu contexto de inserção. VIEIRA coloca que a organização dos espaços está diretamente relacionada com a estrutura de circulação de um edifício e cita PERRONE, para afirmar:

Uma boa obra incorpora o estudo de como se ingressa no edifício, como ele será percorrido, acessado e como nesses percursos serão reconhecidos seus espaços fazendo da circulação um elemento definidor da forma, da ligação dos ambientes e da percepção dos edifícios [...] Na Arquitetura é indispensável imaginar um edifício com ambientes sem elementos de circulação. Eles são motivadores das soluções plásticas e espaciais[...] (PERRONE apud VEIRA, 2015. Pág. 104).

Edifícios como os da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (Artigas e Cascaldi, 1961) (Figura 25.01 e 25.02), assim como o projeto da Marquise do Parque do Ibirapuera (NIEMEYER e EQUIPE, 1951-1954) são citados por Vieira, como exemplos, onde a circulação transpõe sua condição básica de ligação, e atinge uma outra condição espacial, onde ocorrem a interação social e a experiência de percepção do edifício por meio do percurso.

No edifício da FAU-USP, as rampas de acesso, interligam os pavimentos, em seus diversos níveis e funcionam como espaços de encontro e interação social. A marquise do Ibirapuera é outro exemplo citado pelo autor, onde o projeto supera sua função como elemento de ligação entre o conjunto edificado do Parque, propiciando um local de convívio social e práticas esportivas.

[1]

[1] Figura 25.01
Edifício da FAU-USP, São Paulo.
Artigas e Cascaldi, 1961.
Foto da rampa do edifício

[2] Figura 25.02
Edifício da FAU-USP, São Paulo.
Artigas e Cascaldi, 1961.
Corte Transversal do edifício FAU-USP

Ao tratar do movimento como um dos fatores que organizam e definem a Arquitetura Vieira cita Unwin para explicar o conceito de transição entre os espaços, que por meio de uma hierarquização na sequência dos espaços percorridos, se atinge núcleo do edifício.

O movimento desempenha também um papel na Arquitetura. Passamos do exterior ao interior, ou através das diversas fases de um percurso. Até em um simples espaço fechado, como não é possível olharmos em todas as direções simultaneamente, estamos obrigados a nos deslocar por ele [...] por exemplo, ao penetrar-se uma casa, geralmente, atravessa-se cinco zonas de crescente intimidade. Em ocasiões, essa hierarquia ou experiência gradual dos lugares, tem seu ponto culminante no coração da obra de arquitetura, seu núcleo (UNWIN apud VIEIRA, 2015. Pág. 105).

[2]

Portanto, é possível afirmar que a circulação em um edifício, tem relação direta com o modo de distribuição do programa pelo edifício, e através de como o projeto articula esses espaços no todo, possibilita transformar o movimento em uma experiência estática ou dinâmica. Em se tratando dos conjuntos habitacionais, essa condição de experiência durante o percurso até a unidade habitacional, o núcleo, como descreve Unwin, é uma alternativa para valorização destes espaços, pois trata-se de um importante elemento na composição deste tipo de edifício.

Neste capítulo são apresentadas plantas de pavimentos de acesso, que por meio de diagramas são indicados de percursos e desta forma possibilitem identificar suas relações na organização do espaço.

3.0 PROJETOS: DIFERENTES VISÕES SOBRE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Neste capítulo serão apresentados os projetos selecionados pela pesquisa, através de desenhos, textos e imagens, elementos que expressem a síntese do partido arquitetônico dos projetos e colaborem na compreensão destas diferentes visões sobre a habitação coletiva de interesse social em Heliópolis. A definição dos projetos ocorreu após o entendimento do panorama sobre a habitação coletiva, da tradição brasileira e do contexto de Heliópolis, apresentados no capítulo anterior.

Essa compreensão, direcionou o olhar e estabeleceu o foco da pesquisa para o amadurecimento de olhar crítico sobre a produção de habitação coletiva, onde a diversidade de ideias e interpretações sobre o projeto, dentro do mesmo território, mesmo que em momentos e condicionantes diferentes, representam o objeto de interesse da pesquisa.

Diferentemente dos projetos contratados pela COHAB ou desenvolvidos internamente pela SEHAB, os projetos realizados por escritórios de arquitetura, sob coordenação da SEHAB, foram capazes de estabelecer uma relação diferente com a paisagem urbana local.

É possível identificar a manutenção das relações sociais existentes e os investimentos feitos pelos moradores, resultado das interpretações e visões sobre arquitetura e urbanismo destes profissionais, a partir de distintas bases culturais e trajetórias profissionais, sobre o mesmo contexto urbano e social. Fato que contribui com a qualidade do espaço construído na cidade e nas palavras de Elisabeth França, Secretária adjunta da SEHAB entre os de 2005 e 2012:

[...] vários escritórios foram convidados a participar do Programa, desenvolvendo projetos a partir do conceito central da permanência dos moradores e do respeito aos investimentos individuais realizados na construção da moradia. Soma-se a isso o destaque dado à implantação de espaços públicos de qualidade, que respeitam as preexistências ambientais e culturais e buscam diluir as fronteiras urbanísticas e simbólicas entre territórios da cidade. Coube aos arquitetos a importante tarefa de reforçar a identidade de cada bairro projetado, como alternativa às soluções padronizadas, tão comuns à paisagem urbana brasileira (FRANÇA, 2014).

A compreensão sobre o pensar o projeto de habitações coletivas colabora na formação de um repertório de projetos, essencial à prática profissional e acadêmica do arquiteto, que corrobora com a discussão proposta por Alvaro Puntoni em sua tese de doutorado: ***O Projeto como caminho: Estruturas de habitação na área central de São Paulo - A ocupação de vazios urbanos na Avenida Nove de Julho, 2004.***

As possibilidades geradas pelo projeto de habitação como suporte à requalificação urbana é uma hipótese que possibilita a melhoria das condições urbanas e sociais e segundo Puntoni é necessário que haja, não somente a prática profissional, mas um repertório de projetos os quais fundamentam seu trabalho.

A tese procura demonstrar, por meio da elaboração deste projeto, a relação entre o desenvolvimento do trabalho do arquiteto e sua necessária fundamentação constituída de experiências antecedentes e memória

(PUNTONI, 2004.pág. 03).

A partir dessa constatação foram definidos os seguintes critérios de apresentação dos projetos: (1) soluções que buscassem superar o modelo do edifício com planta “H”; (2) que os arquitetos responsáveis pelos projetos possuam produção teórica e prática em sua trajetória; (3) que o material da pesquisa não fosse escasso; (4) que os projetos fossem reconhecidos pela crítica através de publicações.

Portanto, estão excluídos desta pesquisa, os projetos contratados pela COHAB, caracterizados pela implantação dos edifícios com planta “H”, assim como projetos desenvolvidos internamente pela SEHAB, pois em sua maioria são resultado de ações que buscam atingir um maior adensamento populacional frente ao déficit das moradias e deste modo, acabam por adotar soluções repetitivas e com uma racionalização excessiva, além da falta de uma relação mais adequada com o entorno.

Estas ações desenvolvidas pelo poder público, no âmbito estadual ou municipal, se enquadram na crítica formulada por Venturi no início da década de 1960, a respeito dos preceitos da arquitetura moderna, conforme descrito em Complexidade e contradição na Arquitetura, e produzem edificações incapazes de produzir uma transformação social dentro do contexto contemporâneo onde a repetição de soluções que desconsiderem as especificidades de suas populações nega a possibilidade da função social da arquitetura.

Em oposição a este modelo adotado repetitivo descrito anteriormente, foram realizados projetos de habitação coletiva de interesse social, a partir da redemocratização do país até o ano de 2013, onde as estratégias adotadas por arquitetos e urbanistas superaram as soluções repetitivas e criam edifícios com uma identidade arquitetônica própria e desta maneira são inseridos de forma mais adequadas com seu local de implantação.

A pesquisa irá apresentar os seguintes projetos abaixo organizados em ordem cronológica localizados no mapa a seguir:

Residencial Almirante Delamare - Heliópolis I (1990 – 1992).

Autor: Luís Espallargas.

Conjunto Habitacional Gleba A - Quadra 0 e 1 (2004 - 2007)

Autor: Vigliecca & Associados

Residencial Silvio Bacarelli, Gleba H (2009 - 2013)

Autor: Vigliecca & Associados

Residencial Comandante Taylor, Gleba K (2008-2011)

Autor: Piratininga Arquitetos Associados.

Conjunto Habitacional Heliópolis (Juntas Provisórias) Gleba G - Fase I (2011-2014).

Autor: Biselli Katchborian Arquitetos Associados.

[1] Figura 30.01
Foto aérea da cidade de São Paulo.
São Paulo, 2018.

[2] Figura 30.02
Mapa de localização dos projetos.
São Paulo, 2018.

- 1 Residencial Almirante Delamare
- 2 Residencial Comandante Taylor
- 3 Residencial Silvio Bacarelli (Gleba H)
- 4 Conjunto Habitacional Gleba A
- 5 Conjunto Habitacional Juntas Provisórias)

0 50 100

[2]

Inserido dentro do Programa de urbanização de favelas da SEHAB o projeto do Condomínio Residencial Heliópolis I – Sabesp (2008 - 2011) também conhecido como “Redondinhos”, de autoria do arquiteto Ruy Othake (Figuras 20.03 e 30.03), é resultado de uma relação estabelecida entre o arquiteto e a comunidade. A partir de uma entrevista do arquiteto para um periódico, o arquiteto foi questionado sobre o que havia de gritante em São Paulo, o arquiteto não hesitou em responder que eram seus contrastes.

Segundo Othake, “Pediram que fosse mais específico e então citei como exemplo Morumbi e Heliópolis” (OTHAKE, 2004). Porém foi publicado que Heliópolis era o que de mais feio existia em São Paulo e a partir deste fato o arquiteto foi convidado pelo presidente da União de Núcleos, Associações e Sociedade de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco (Unas), João Miranda, a visitar a comunidade e propor um meio para se alterar aquela situação. Este mal-entendido, acabou por gerar uma oportunidade para uma série de intervenções em Heliópolis por parte do arquiteto.

A respeito dos edifícios de habitação coletiva realizados pelo arquiteto, Othake esclarece que, a forma circular das edificações, síntese do partido arquitetônico, é uma estratégia para não hierarquizar as fachadas dos edifícios. Segundo ele, não há frentes ou fundos, e desta forma, não há valorização de determinados moradores em detrimento de outros. Nesse sentido é possível perceber que o desenho dos edifícios contribuiu com uma maior igualdade social, na visão do arquiteto.

Mesmo dentro deste cenário apresentado, a pesquisa entende que o projeto é constituído por edifícios repetitivos caracterizados com planta “H”, implantados em larga escala na área por meio do Programa Prover (Cingapuras) e os conjuntos da COHAB, e sua volumetria é

[1]

[1] Figura 30.03

Vista aérea do conjunto residencial Heliópolis I- Sabesp Ruy Othake (2008- 2011).

[2] Figura 30.04

Vista do conjunto residencial Heliópolis I- Sabesp Ruy Othake (2008-2011).

resultado de um ajuste na planta para adequação do discurso à volumetria proposta pelo arquiteto. Fato que condiz coma trajetória profissional do arquiteto, onde as formas orgânicas se fazem presentes, em projetos como o Centro Cultural Tomie Othake , (1ª fase - 2001, 2ª fase - 2004) e o Hotel Unique (2002).

A pesquisa não faz críticas a proposta dos edifícios e entende a relevância da trajetória do arquiteto, porém, entende que o projeto dos edifícios não se enquadra nos critérios de seleção estabelecidos e desta forma não o apresenta em sua totalidade.

[1]

[2]

[3]

[1] Figura 30.05
Residencial Heliópolis I. Ruy Othake, 2009
Planta Pav. Térreo

[2] Figura 30.06
Residencial Heliópolis I. Ruy Othake, 2009
Planta Pav Tipo [2]

[3] Figura 30.07
Residencial Heliópolis I. Ruy Othake, 2009
Planta Cobertura [3]

[4] Figura 30.08
Residencial Heliópolis I. Ruy Othake, 2009
Elevação [1]

[5] Figura 30.09
Residencial Heliópolis I. Ruy Othake, 2009
Corte transversal[3]

[6] Figura 30.10
Residencial Heliópolis I. Ruy Othake, 2009
Corte longitudinal [4]

[4]

[5]

[6]

3.1 Arquiteto Luis Espallargas Gimenez

Formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1977) Luís Espallargas Gimenez, iniciou suas atividades acadêmicas como professor na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1984) e desde 2007 leciona no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP - São Carlos, além de integrar o conselho editorial da Revista Pós do Programa de Pós Graduação da Universidade de São Paulo.

No ano de 2004 o arquiteto concluiu seu Doutorado pela FAU-USP com a tese: Arquitetura paulistana da década de 1960 - técnica e forma, onde afirma que a Arquitetura realizada à época, caracterizada como Brutalismo, trata-se de uma ruptura ao movimento moderno e não sua renovação. Em entrevista a Revista AU, nº 136 (Jul. 2005), o arquiteto afirma que:

[...] O tal brutalismo, que é típico dessa época, é visto como um progresso, como uma tentativa bem-sucedida de recolocar a arquitetura moderna nos trilhos. A história trata o brutalismo com naturalidade. Eu parto da hipótese contrária. Será que o brutalismo não seria uma evasão, uma ruptura até radical em relação ao pensamento moderno? Será que, em última instância, não seria uma degradação do corpo e do pensamento modernos da arquitetura? Enfim, tento mostrar que toda a questão da técnica e do determinismo material presentes no brutalismo correspondem ao abandono da questão moderna [...] (ESPALLARGAS GIMENEZ, 2005).

Com uma linha de pesquisa que estuda as teorias da Arquitetura e do Urbanismo, o arquiteto possui ampla produção acadêmica e colaborou com Abílio Guerra na organização do Livro sobre a obra do arquiteto João Kon, 2016, além de ser o responsável pela organização do livro sobre o arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva, 2016, ambos publicados pela Romano Guerra Editora.

Espallargas Gimenez também publicou resenhas e artigos como: Autenticidade e Rudimento: Paulo Mendes da Rocha, 2000, no Site *Vitruvius* e Oscar Niemeyer: A Arquitetura renegada na cidade de São Paulo, 2008 nos cadernos de Arquitetura Ritter dos Reis, V.6.

Além do artigo: ***Cidade moderna e superquadra: unidade de vizinhança e conformidade***, 2012, onde busca esclarecer os conceitos de superquadra e unidade de vizinhança através de exemplos desenvolvidos por arquitetos durante o século XX, como Otto Wagner, Lucio Costa e Le Corbusier, sendo este, aqui apresentado no sentido de estabelecer relações entre a prática profissional e acadêmica do arquiteto. Segundo o autor, a habitação é o tema mais tratado por arquitetos seja pela sua produção seja pela questão urbana.

A arquitetura existe para estabelecer sentidos formais entre diferentes objetos e, por isso, deveria ter um papel determinante no desenho da cidade. Planejamento urbano é um conceito mais abstrato, menos formativo. A arquitetura de uma cidade teria mais a ver com o urbanismo (ESPALLARGAS GIMENEZ, 2005).

Para Espallargas Gimenez, o conceito de unidade de vizinhança comumente é confundido com o conceito da superquadra, porém a unidade de vizinhança refere-se a fragmentos ou complementos de áreas vazias habitacionais da cidade enquanto a superquadra é uma ação de desenho urbano. A unidade de vizinhança está comprometida com a experiência do local, uma parcela por vezes isolada na cidade, já a superquadra faz a intermediação entre o edifício e a cidade moderna, busca a experiência com o todo, articulando e propondo as cidades, como Brasília.

A respeito da unidade de vizinhança quer se sustentar que esse conceito deva ser considerado como a primeira e provisória resposta dada no início do século XX, pelos urbanistas ao conflito deflagrado pela invasão dos automóveis em setores habitacionais da cidade americana [...] Do outro lado, a superquadra representa para o urbanismo moderno o recurso decisivo para libertar as edificações do alinhamento das ruas-corredor – daí o interesse por superfícies maiores, e organizá-las segundo novos critérios de relação formal, acabam por sustentar a ideia da cidade moderna (ESPALLARGAS GIMENES, 2012, pág. 04).

O autor coloca que o problema da concepção das cidades está na dificuldade em desenhar os subúrbios, mais precisamente os conjuntos habitacionais, de forma adequada e estruturada. Em Viena até o início do século XX os espaços ajardinados públicos eram aristocráticos, mas a partir do projeto do distrito urbano modular projetado por Otto Wagner (1911), são transformados pelos projetos habitacionais, que criam espaços pertencentes à cidade.

Para o autor, a unidade de vizinhança representa o núcleo urbano onde estão concentradas as atividades e serviços destinados à comunidade, enquanto as superquadras têm como representação a verticalização das habitações e o fenômeno do carro e seus sistemas viários.

Com inúmeros projetos de Habitação Coletiva em sua trajetória profissional, o arquiteto teve o reconhecimento por parte da crítica na II Bienal Internacional de arquitetura de São Paulo (1993), onde o projeto do Residencial Almirante Delamare (1990), recebeu destaque na exposição.

Mesmo desenvolvido anteriormente a publicação do texto, a pesquisa entende que é possível estabelecer uma relação entre o projeto do Residencial Almirante Delamare, projetado pelo arquiteto e o conceito da unidade de vizinhança apresentada no texto. A configuração perimetral do conjunto, estabelece a relação entre o edifício e a cidade, conceito principal do partido arquitetônico do projeto, e possibilita a complementação do tecido urbano existente, consolidado pelas habitações irregulares.

O conceito apresentado pelo autor sobre a unidade de vizinhança, nesse momento inicial, é entendido como uma experimentação por parte do arquiteto em sua trajetória profissional e num segundo momento, essa questão, foi desenvolvida em sua produção acadêmica.

3.1.1 Residencial Almirante Delamare (Heliópolis I)

3.1.1.1 Projeto

Durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992) na Prefeitura de São Paulo, foram desenvolvidas iniciativas inovadoras como alternativas ao enfrentamento do déficit habitacional para as populações de baixa renda, tais como o Programa FUNAPS comunitário, ou Programa de Mutirões. De autoria do arquiteto Luis Espallargas Gimenez, o Projeto do Residencial Almirante Delamare - Heliópolis I, é uma destas iniciativas.

A população local de uma área da cidade com demanda por habitação, geralmente comunidades carentes e afastadas do centro, organizada através de associações comunitárias, assinavam um convênio com a Prefeitura através do Programa FUNAPS Comunitário, que atendia famílias com renda até quatro salários mínimos, no acesso a recursos na compra de materiais, regularização fundiária e assessoria técnica na realização de empreendimentos habitacionais, onde a autogestão dos empreendimentos por parte dos moradores resultava em ganhos de tempo e custos. O programa estipulava que somente 10,0% dos recursos poderiam ser aplicados na contratação de serviços especializados dentro do processo de construção das unidades habitacionais.

O Partido dos Trabalhadores, responsável pela gestão da Prefeitura no período, atuava com ênfase no bem-estar social da população, em um momento de retorno do país à democracia após o fim do regime militar, fato que ia de encontro às necessidades da população carente por avanços sociais, sendo a habitação uma das necessidades atendidas pela administração pública.

Figura 31.01
Residencial Almirante Delamare
Luís Espallargas Gimenez, 1990- 1992
Vista interna do conjunto

As experiências realizadas pela PMSP à época, serviram para quebrar preconceitos a respeito dos mutirões, que eram percebidos como programas incapazes de desenvolver projetos com qualidade técnica, soluções arquitetônicas e urbanísticas adequadas a realidade urbana, porém este programa se mostrou eficaz na busca por melhores condições de vida desta parcela da população da capital. Segundo BONDUKI, em artigo publicado na revista AU Nº 33 (1991) esse procedimento gerava uma economia de recursos da ordem de 50,0% em relação ao processo tradicional de contratação de empreiteiras por licitação.

[...] não se trata, portanto, simplesmente de um mutirão, trabalho promovido pelo Estado para a construção de casas, nem de autoconstrução, onde cada morador se vira individualmente para fazer um abrigo; é o mutirão autogerido, organização autônoma da sociedade civil que, com apoio financeiro da prefeitura, equaciona a produção de moradias com a participação dos moradores e a introdução de avanços tecnológicos e sociais que só o trabalho coletivo pode propiciar.

(BONDUKI, 1990. Pag. 77).

Esse cenário do início dos anos 1990, onde o Residencial Almirante Delamare foi realizado tem no poder público e na população organizada uma alternativa para o atendimento do déficit habitacional, desenvolvido com qualidade técnica e arquitetônica.

Figura 31.02
Residencial Almitante Delamare
Luís Espallargas Gimenez, 1990- 1992
Vista aérea do conjunto

- 1 Hospital Heliópolis
 2 AME (Ambulatório Médico de Especialidades)
 3 EMEF Luiz Gonzaga do Nascimento Jr.
 4 EMEI Otávio José da Silva Jr.
 5 Gleba H

AUTORES Espallargas Arquitetura
ARQUITETO Luis Espallargas
EQUIPE Angelo Cecco Jr.,
 Edna José Nagle
 e Rose Borges

DATA 1990/ 1992
PROGRAMA FUNAPS (MUTIRÃO)

ÁREADO TERRENO 5.860,00
ÁREA CONSTRUÍDA 5.665,50
T.O. 0,43
C.A. 0,97

TIPOLOGIA CASAS SOBREPOSTAS

UNIDADES 124

DENSIDADE
DISTRITO 175, 54 hab/ha
BAIRRO 544 hab/ha
PROJETO 719,45 hab/ha

USOS (%)
RESIDENCIAL 42,17%
INSTITUCIONAL 2,54%
COMÉRCIO 2,54%
CIRCULAÇÃO 15,59%
USO COLETIVO 25,23%

Figura 31.03
 Mapa de localização do projeto

0 50 100

Figura 31.04
Planta Térreo

Figura 31.05
Planta 1º Andar

Figura 31.06
Planta 2º Andar

Figura 31.07
Planta da Cobertura

0 5 10

[1]

[1] Figura 31.08
Elevação nordeste

[2] Figura 31.09
Corte transversal

[2]

[3]

[3] Figura 31.10
Corte longitudinal

[3]

0 5 10

[1] Figura 31.11
Planta Unidades Habitacionais Tipo A

- [1.1] Térreo
- [1.2] 1º Andar
- [1.3] 2º Andar

[2] Figura 31.12
Planta Unidades Habitacionais Tipo B

- [2.1] Térreo
- [2.2] 1º Andar
- [2.3] 2º Andar

- Unidade Habitacional Tipo 1
- Unidade Habitacional Tipo 2
- Unidade Habitacional Tipo 3

[1.1]

[1.2]

[1.3]

[2.1]

[2.2]

[2.3]

3.1.1.2 Contexto

Implantado ao longo da Avenida de mesmo nome, com alto tráfego de veículos, o conjunto Residencial Almirante Delamare ocupa todo o perímetro do pequeno lote onde ao mesmo tempo em que desenha a quadra se mantém protegido da avenida e também estabelece uma relação mais adequada com o gabarito das edificações existentes do local.

A partir do momento que o conjunto libera o miolo de quadra, criar dois pátios internos, o que representa uma ocupação diferente da lógica de ocupação do entorno, a qual ocupa o terreno em sua totalidade para implantação das habitações. Essa lógica característica de áreas irregulares deixa como espaço livre coletivo apenas as vielas de circulação de acesso às moradias.

A Leste e a Oeste, do conjunto habitacional estão implantados o Hospital Heliópolis e AME, respectivamente, e que tem características de implantação diferentes do entorno adensado do bairro e geram um vazio na paisagem local. O projeto, porém, acaba por incorporar o alinhamento da Avenida Almirante Delamare para configurar seu desenho longitudinal e desta forma estabelecer um diálogo com seu entorno direto.

Figura 31.13
Desenho de figura fundo da implantação

0 20 50

3.1.1.3 Ordem e Composição

Elaborado de modo a adaptar-se às condições locais, como a topografia, o desenho das unidades sobrepostas é fundamental para a composição de seu todo, para criar uma alternativa mais adequada na construção da paisagem em que está inserida, distante dos edifícios repetitivos e monótonos, característicos de conjuntos habitacionais.

Uma das críticas realizadas ao movimento moderno por Venturi, em ***Complexidade e Contradição na Arquitetura*** (1966) é a repetição de um modelo pré-determinado de edifícios, “o pato”, que segundo o autor através de elementos arquitetônicos que caracterizem um modelo universal de edificação poderia ser implantado em qualquer local, distante da realidade de implantação.

A habitação coletiva, nesse sentido é o maior exemplo onde a repetição de soluções cria soluções arquitetônicas sem identidade com o lugar ou seus moradores. Geralmente pensada para atender a demanda de grandes populações, as edificações acabam por ser massivas e monótonas no desenho da paisagem urbana e Heliópolis esta repleta de exemplos assim, como os edifícios “H” implantados pela COHAB.

O Residencial Almirante Delamare, ao contrário, é composto por casas sobrepostas que conformam um núcleo habitacional. Agrupados lado a lado, os núcleos de casas geram a volumetria do conjunto adaptando-se às condições do terreno, atitude que cria o conjunto arquitetônico a partir da unidade (Figura 31.15).

Figura 31.14
Conjunto Vila Passo d'Areia, IAPI.
Porto Alegre, 1942.

Ao total são cinco blocos, dois longitudinais paralelos à Avenida Almirante Delamare e três transversais, menores, conformando a quadra o que possibilita a criação de pátios internos. A escala do conjunto tem boa relação com as edificações existentes no entorno e se insere na paisagem de modo bastante adequado.

A tipologia de casas para composição de um conjunto habitacional era comumente usada nos projetos dos IAP's, isoladamente ou organizadas dentro de conjuntos maiores constituídos também edifícios em bloco ou lâminas. O conjunto Vila Passo d'Areia em Porto Alegre (1942) é um destes exemplos onde as casas estavam dispostas em grandes blocos lineares (Figura 31.14).

Figura 31.15
Diagrama volumétrico de composição das casas

3.1.1.4 Usos

Articuladas em planta e corte, as 120 casas sobrepostas, formam trinta núcleos habitacionais com quatro variações em suas plantas nas unidades habitacionais em cada núcleo, com áreas entre 40,55m² e 49,90m², e contam em seu programa com: sala, cozinha, lavanderia e banheiro, além de um ou dois dormitórios (Figuras 31.17 e 31.18).

As unidades do térreo possuem um dormitório, e no 1º andar, onde as unidades possuem dois dormitórios, além do programa citado. A relação entre as unidades habitacionais é feita pela sobreposição das escadas, tanto as de acesso as unidades do 1º andar, como a escada de acesso aos dormitórios no 2º andar, pertencentes a unidade 04.

Internamente a unidade não possui um bloco hidráulico definido em planta, pois o banheiro e cozinha não estão conjugados, mas devido a sobreposição das unidades em planta, estes ambientes acabam por gerar uma racionalização das instalações hidráulicas, verticalmente.

Além das unidades habitacionais o conjunto ainda abriga espaços para pequenos comércios e um salão comunitário, onde ocorrem atividades de uso coletivo dos moradores, localizadas no pavimento térreo (Figura 31.16). Acima dos comércios e do salão comunitário, foram criadas mais 04 habitações, além das 120 unidades presentes no conjunto.

- Uso habitacional
- Uso Institucional
- Uso Comercial
- Espaço Coletivo
- Circulação

Figura 31.16
Diagrama de usos do pavimento térreo

Dormitório
 Área servida
 Área servidora

[1] Figura 31.17
 Diagrama de usos
 Planta Unidades Habitacionais Tipo A

[1.1] Térreo
 [1.2] Primeiro Andar
 [1.3] Segundo Andar

[2.1]

[2.2]

[2.3]

[2] Figura 31.18
Diagrama de usos
Planta Unidades Habitacionais Tipo B

[2.1] Térreo
[2.2] Primeiro Andar
[2.3] Segundo Andar

3.1.1.5 Fluxos

Os fluxos no conjunto Almirante Delamare são constituídos em três níveis de hierarquização. O primeiro nível é composto por dois eixos principais de circulação que ligam o espaço público ao seu interior, por meio de dois grandes eixos que cortam o conjunto no sentido longitudinal, ligando os pátios internos às ruas laterais, Kiwi e Cristo Redentor. Inicialmente projetados para servir de acesso tanto a moradores do conjunto como servir de passagem para moradores do entorno, com o passar dos anos seu acesso foi restringido devido a questão de segurança.

O segundo nível acontece no acesso às unidades habitacionais, sempre a partir deste eixo principal de circulação (Figura 31.19). O terceiro nível ocorre dentro dos núcleos habitacionais, constituído pela sobreposição das casas, e é caracterizado pela escada de acesso às unidades que estão no 1º andar. Internamente a unidade habitacional tipo 03, há uma escada privada sobreposta a escada coletiva que liga a área social da unidade à área íntima dos dormitórios.

Essa estratégia de hierarquização dos fluxos permite uma maior privacidade nas várias escalas de uso do conjunto, criando uma transição entre o espaço público, o espaço coletivo e o espaço privado, compostos respectivamente pela rua, o pátio interno e as unidades habitacionais.

Conforme descrito no item Fluxos, segundo Unwin, a circulação pode ser um elemento que supere sua condição básica de transposição e desta forma contribua para qualificar a obra de arquitetura possibilitando a convivência de seus usuários.

[1] Figura 31.19
Diagrama de Fluxos
Diagrama de fluxos de acesso às unidades do térreo

[2] Figura 31.20
Diagrama de Fluxos
Diagrama de fluxos do pavimento térreo

3.2 Vigliecca & Associados

Radicado no Brasil, Hector Ernesto Vigliecca Gani, se forma arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de La República, *UdelaR*, em Montevidéu, 1968. Ainda em 1973, faz parte da equipe que projeta o *Residencial Complejo Boulevard Artigas* (Figura 32.01), o qual está inserido em um contexto social onde a população organizada em cooperativas, através da Lei Nacional da Habitação, tem acesso a construção de moradias por meio da formação de mutirões.

Segundo o arquiteto, o partido propõe o adensamento das unidades habitacionais, conforme as diretrizes do movimento moderno, em edificações do tipo torre, as quais estão implantadas nos limites do lote em seu sentido longitudinal, o que acaba por liberar uma grande área livre no centro para as atividades coletivas dos moradores. O arquiteto afirma que:

A escolha construtiva (estrutura em concreto aparente e fechamentos de alvenaria) determinou em parte o aspecto formal dos edifícios, nos quais se notam características brutalistas e certas influências britânicas, procedentes especialmente das new towns dos anos 1970, ainda que colocadas a limites difíceis de imaginar nos conjuntos ingleses (VIGLIECCA&ASSOCIADOS, 2018).

Figura 32.01

Complexo Boulevard Artigas, Montevideo, Uruguay.
Hector Vigliecca, Ramiro Bascans, Thomas Sprechmann,
Arturo Villaamil, 1971-1973.
Foto do conjunto a partir do pátio interno

Em sociedade com Bruno Padovano, os arquitetos projetam um Centro de Cultura e Lazer, o SESC Nova Iguaçu / RJ, 1992, o qual foi premiado pelo IAB/SP, 1992 e recebeu a indicação ao *Mies Van Der Rohe Awards for Latin American Architecture*, 1998. OS arquitetos ainda projetam o Conjunto Habitacional Rio das Pedras, SP, 1991 e concluído em 2003, sob o regime de mutirão dos moradores.

Em seu texto, *Áreas urbanas críticas*, publicado na revista *Monolito*, nº 07, *Habitação Social em São Paulo*, Hector Vigliecca busca estabelecer uma relação entre a saúde mental e física dos indivíduos e as condições dos locais de moradia, para defender sua estratégia de operar em áreas urbanas críticas, denominada terceiro território.

Segundo Vigliecca, as ações a serem tomadas para melhoria da qualidade de vida dos moradores em áreas urbanas críticas devem ser específicas e não seguir padrões pré-estabelecidos, pois há uma lógica nas ocupações existentes nesses territórios e a topografia destas áreas acaba por definir reflexo sua ocupação.

Para o arquiteto, há poucos exemplos no Brasil de habitação coletiva como os IAP's, pois a questão habitacional não é um problema de quantidade, mas de um projeto político, o que em última instância acaba por conformar a cidade.

Através da análise da realidade e suas contradições, a estratégia do arquiteto procura soluções que evitem a rotina repetitiva sem a pretensão de criar modelos. Vigliecca afirma que são os mais carentes que têm necessidade da ação da arquitetura e do desenho urbano.

Os processos de agrupamentos urbanos demandam tempo para se consolidarem e geram a morfologia da cidade, representando o esforço na busca por moradia e elementos como a estrutura de vizinhança onde os laços familiares dão suporte a essa condição urbana. A transformação urbana deve ser feita sem destruição para restituir a urbanidade e a metodologia dá-se através da análise urbana, uma hipótese de cidade, que não impõe um modelo pré-definido de desenho urbano.

Para o arquiteto, as áreas de ocupação e o crescimento da trama urbana de São Paulo são ordenados pela geografia, onde o território existente consolida um valor que não pode ser rejeitado em detrimento da cidade (VIGLIECCA, 2012). Nesse sentido podemos entender que qualquer acréscimos a essa estrutura urbana deve evitar a atitude do novo isolado e insolidário a história física do lugar.

Para o arquiteto a herança modernista preconizava os blocos isolados na gleba e considerar esse paradigma insuperável é um erro, uma marca cruel na paisagem. O terceiro território é um novo conceito de percepção da realidade, onde o resgate da urbanidade é feito sem um modelo pré-estabelecido, criando o novo em paralelo com as pré-existências, sem excluí-las. Essa reflexão se estabelece como um compromisso do coletivo sobre o individual evitando-se o “objeto de design” isolado, pois o objetivo é a criação de um lugar onde um não existe sem o outro.

As áreas comuns das unidades devem ser abertas, sob o olhar atento dos condôminos, evitando espaços de violência e depredação e a circulação interna deve ser mínima para que os serviços possam atender as funções da vida. Os conjuntos devem ter vários tipos de unidades para atender a maior diversidade de público e ao mesmo tempo devem ter uma continuidade construtiva que colabore com a redução de custos. Ao arquiteto cabe a responsabilidade na coerência entre teoria e prática.

Figura 32.02
Croqui do arquiteto para intervenções em áreas críticas

3.2.1 Conjunto Gleba A

3.2.1.1 Projeto

Iniciado ainda na administração de Marta Suplicy (2001-2004), o projeto do Conjunto habitacional Gleba A, está inserido dentro do Programa de Urbanização de Favelas, onde além da provisão de habitação as quadras deveriam receber obras de infraestrutura urbana, como arruamento, saneamento básico e a canalização do córrego do Sacomã, junto à área.

Com uma área de intervenção de 43.240m², o projeto elaborado inicialmente deveria implantar um total de 537 unidades habitacionais em 4 tipos, com áreas entre 40,0m² e 54,8m², distribuídos em edifícios de 4 e 5 pavimentos localizados em nove quadras, porém, foram executadas obras apenas na Quadra 1 e posteriormente na Quadra 0 (Figura 32.104).

Tendo como premissa a formação da cidade através do desenho das habitações, aliada às limitações do terreno, o projeto prevê que o edifício laminar esteja no eixo longitudinal do lote, no desenho criado pelo projeto para implantar os edifícios nas Quadra 1 e Quadra 0. Através de uma sequência de quatro pátios, conformados por blocos transversais ao edifício laminar, são criados espaços coletivos que buscam estabelecer uma relação entre o novo, dado pelo projeto, e as edificações irregulares consolidadas na área.

Figura 32.101
Vista aérea do conjunto Gleba A /Quadra 1.

[1]

[2]

[3]

O arquiteto entende que “[...] a intenção de conformar cidade a partir das dinâmicas e da autoconstrução encontrada, acrescido do fato do projeto, valoriza as possibilidades urbanas presentes” (VIGLIECCA, 2012, pág. 94) e gera uma condição para a integração e a valorização dos investimentos feitos pelos moradores além de suas relações sociais.

Inicialmente destinada ao canteiro de obras da Quadra 1, o projeto para a Quadra 0 foi desenvolvido em uma segunda etapa do projeto de urbanização da Gleba, conforme solicitação da SEHAB ao escritório de arquitetura, com a implantação de 47 unidades habitacionais.

A construtora responsável pela execução das obras detinha o controle sobre as etapas do projeto e desta forma, separou as obras de infraestrutura das obras de construção das moradias. Devido a um erro de locação na obra de canalização do córrego por parte da construtora, a geometria da área para implantação do conjunto para a Quadra 1, ficou incompatível com o projeto originalmente elaborado para o edifício, sendo necessário a revisão do projeto executivo para que as caixas de escada previstas na fachada fossem ajustadas para interior do edifício⁷.

[1] **Figura 32.102**
Implantação original do projeto de urbanização
Quadra 1 / Gleba A

[2] **Figura 32.103**
Implantação original do projeto de urbanização
Gleba A

[3] **Figura 32.104**
Vista aérea do conjunto Quadra 1 / Gleba A

A proposta de inserção das caixas de escada para acesso às unidades na face do edifício voltada para a rua, tinha o intuito de diluir o volume visual do edifício lâmina na paisagem e no livro organizado por Lizete Rubano sobre a obra do autor: ***O Terceiro Território – Habitação Coletiva e Cidade*** (2014), os projetos publicados demonstram o raciocínio inicial do arquiteto com as caixas de escada na posição original do projeto e as imagens apresentadas mostram a supressão das caixas de escada, sendo possível então verificar a diferença entre as informações apresentadas (Figuras 32.101, 32.102 e 32.106.), porém sem nenhuma menção ao ocorrido no processo de projeto.

⁷ Informação verbal fornecida pela arquiteta em entrevista realizada em 19/07/17

AUTORES Vigliecca & Associados
 ARQUITETO Hector Vigliecca
 EQUIPE Luciene Quel, Rubens Otero,
 Ronald Fielder, Neli Shimizu,
 Lilian Hun, Ana Carolina Penna,
 Gabriel Farias, Thaísa Fróes

DATA 2004-2007
 PROGRAMA Bairro Legal

	Quadra 0	Quadra 1
ÁREA DO TERRENO	1.570,3	3.592,0
ÁREA CONSTRUÍDA	2.830,8	7.696,6

T.O.	0,62	0,47
C.A.	1.80	2,14

TIPOLOGIA	Casas Sobrep.	Apart.
UNIDADES	66	106

DENSIDADE	
DISTRITO	175, 54 hab/há
BAIRRO	544 hab/há
PROJETO	1429,30/ha 1003,34 hab/ha

USOS (%)		
RESIDENCIAL	54%	25%
COMÉRCIO	0%	3%
CIRCULAÇÃO	45,60%	51%
USO COLETIVO	45,60%	55%

1 Terminal Sacomã
 2 CEI Indir Girassol
 3 EMEI Batista Cepelos

Figura 32.106
Planta Térreo

- Quadra 0
- Quadra 1

Figura 32.107
Planta 1º Andar

0 5 10

Figura 32.108
Planta 2º Andar

Figura 32.109
Planta 3º Andar

[1] Figura 32.110
Corte Longitudinal

[2] Figura 32.111
Corte Transversal

[1] Figura 32.112
Planta unidade Tipo 1- Quadra 0

[1.1] Térreo
[1.2] 1º Andar

[2] Figura 32.113
Planta unidade Tipo 2- Quadra 0

[2.1] Térreo
[2.2] 1º Andar
[2.3] 2º Andar

[3] Figura 32.114
Planta Unidade Tipo 3- Quadra 0

[3.1] Térreo
[3.2] 1º Andar

[1] Figura 32.115
Planta unidade Tipo 1- Quadra 1

[2] Figura 32.116
Planta unidade Tipo 2- Quadra 1

[2.1] Térreo
[2.2] 1º Andar

3.2.1.2 Contexto

Através do desenho de figura fundo é possível verificar que o projeto do conjunto para Quadra 0 e Quadra, 1 propõem uma estratégia de ocupação do solo, que parecer similar as demais edificações implantadas na área, analisando apenas a forma linear de implantação. Porém, é possível notar que a relação do conjunto com o lote e as habitações irregulares no entorno, ocorro de modo diferente aos demais conjuntos existentes na área, pois estão implantados nos limites do lote e desta forma liberam o miolo de quadra (Figura 32.117).

Onde haviam moradias em condições insalubres, junto ao córrego e por vezes sobre ele, o projeto determinou sua retirada e através do desenho do espaço público, com a delimitação do traçado da rua e a retificação do córrego, a geometria da quadra determinou o local de implantação das edificações.

A edificação linear, no eixo longitudinal do lote e paralela a rua, ao mesmo tempo em que cria pátios coletivos internos, também cria uma forma de conexão com as edificações existentes, representadas no desenho pela mancha, a Leste.

Mais a Leste e a Oeste é possível visualizar outros conjuntos habitacionais com a implantação de edifícios isolados no lote, alternativas de ocupação que acabam gerando espaços residuais entre os edifícios, ou comumente destinados como áreas de estacionamento para veículos. Ao Sul do conjunto permanece uma grande macha de habitações irregulares, onde havia a previsão original da implantação da urbanização para as outras quadras na Gleba.

Figura 32.117
Desenho de Figura Fundo de implantação

3.2.1.3 Ordem e Composição

Na Quadra 0 o conjunto é constituído por casas sobrepostas de dois e três pavimentos e na Quadra 01 por apartamentos. Em ambos os conjuntos o programa prevê sala, cozinha, lavanderia, banheiro e 02 dormitórios nas unidades habitacionais.

As edificações da Quadra 01 agrupam os apartamentos em pares, servidos por uma circulação vertical constituída pela caixa de escada, que formam ao todo, sete blocos para composição do edifício laminar. Como num gesto que abraça as construções irregulares existentes, o arquiteto desenha dois volumes nas extremidades e quatro volumes, todos perpendiculares à lâmina principal. Os vazios gerados por estes volumes, criam pátios internos no térreo, ao mesmo tempo que servem de espaços coletivos aos moradores, são espaços de transição (Figura 32.119).

No edifício laminar paralelo à rua os blocos transversais estão conectados ao edifício lâmina, por meio de passarelas, que partem do patamar das escadas, para se adequar à topografia do terreno, que no miolo de quadra tem uma diferença de nível em relação à cota da rua, onde está implantado o edifício.

[a]

[b]

Figura 32.118
Croquis do arquiteto para composição volumétrica

[c]

[a, b, c] Figura 32.119
Diagrama de composição volumétrica

3.2.1.4 Usos

Quase em sua totalidade o conjunto tem uso residencial, exceto por pequenos espaços comerciais no nível do térreo na extremidade Norte do conjunto. Os espaços coletivos, transição entre o público e o privado ocorrem no nível do térreo, tanto nos pátios internos, conformados pelos volumes transversais, como na entrada do conjunto, e que permitem o acesso as caixas de escada para acesso as unidades habitacionais nos pavimentos superiores.

O desenho das unidades habitacionais, deve distribuir o programa de modo a não haver espaços residuais, para que em ambientes como a cozinha e a lavanderia, ao espaço para execução das atividades diárias dos moradores, possa ser feita de modo adequado.

Organizados em setores servidos (sala e dormitórios) e servidores (cozinha, banheiro e lavanderia), os ambientes são bem definidos. Os dormitórios ocorrem nas duas fachadas do edifício, orientados tanto a Leste como a Oeste, o que permite uma ventilação cruzada, entre os eles, na unidade tipo 2 do edifício lâmina da Quadra 1.

Sobre os espaços servidores, seu agrupamento em um bloco hidráulico, permite que haja uma racionalização das instalações e facilita sua construção. Sobre a lavanderia, seu espaço é generoso, em comparação aos modelos implantadas comumente, pois há uma área para passar e secar de roupas, que por meio de elementos vazados de concreto também propiciam a ventilação cruzada com a sala (Figuras 32.120 e 32.121).

Uso habitacional
 Uso Comercial
 Espaço Coletivo
 Circulação

Figura 32.120
 Diagrama de usos
 Planta do térreo

[1]

[2]

- Dormitório
- Área servida
- Área servidora

[1] Figura 32.121
Desenho de usos
Planta unidade Tipo 1- Quadra 1

[2] Figura 32.122
Desenho de usos
Planta unidade Tipo 2- Quadra 1

3.2.1.5 Fluxos

Como neste caso, o projeto é constituído por edifícios em duas Quadras, 0 e 1, serão tratados neste tema apenas o edifício lâmina da Quadra 1, a em sua planta no nível térreo., pois a partir desta é possível compreender a lógica de circulação definida pelo arquiteto, que ocorrem em dois níveis, do público para o coletivo e deste para o privado, respectivamente da rua para os espaços internos do conjunto, que no nível do térreo são constituídos por dois espaços.

Por meio de um espaço coletivo localizado sob os pórticos, no térreo, é feito o acesso da rua. A partir deste espaço é feita a distribuição tanto para a circulação vertical de leva as unidades superiores, como para um eixo longitudinal que distribui a circulação internamente no conjunto e que dá acesso aos pátios internos descobertos.

O segundo espaço coletivo, no nível do térreo, está inserido entre duas unidades habitacionais, tipo 1, onde há o acesso a estas, assim como para a circulação vertical de acesso às unidades superiores (Figura 32.123). Essa lógica de transição dos espaços constituída pelas circulações é uma constante nos projetos de habitação coletiva, porém vale salientar que Vigliecca define uma estratégia de acesso as unidades habitacionais que vai contra o modelo da circulação horizontal, comumente adotado por arquitetos em projetos de habitação coletiva, como nos projetos do Edifício Japurá (1942) ou Robin Hood Garden (1972).

A partir do momento em que o arquiteto define no projeto que a circulação vertical atende duas unidades habitacionais, consegue garantir maior privacidade aos moradores, porém vai contra uma solução que reduza custos de execução de obra pois adota um número maior de circulações verticais no edifício.

[2] Figura 32.124
Diagrama de Fluxo
Planta de acesso às unidades
Térreo

[3] Figura 32.125
Diagrama
Planta de acesso às unidades
Pavimento Tipo

- Fluxo vertical
- Fluxo Principal
- Acesso à unidade

3.2.2 Conjunto Residencial Silvio Bacarelli (Gleba H)

3.2.2.1 Projeto

Construído dentro do programa de urbanização de favelas, na administração de Gilberto Kassab (2006- 2012), o Conjunto Habitacional Silvio Bacarelli, faz parte do projeto de urbanização da Gleba H. A estratégia do projeto visa equacionar uma situação onde a área envoltória a cinco edifícios existentes implantados pela COHAB e ocupados irregularmente, estavam cercados também por habitações irregulares ocupando toda a quadra da Gleba.

Segundo Neli Shimizu⁸, arquiteta integrante da equipe do projeto, moradores da Gleba H impressionados com o projeto implantado na Gleba A, solicitam a SEHAB que o projeto de urbanização da Gleba fosse elaborado pelo mesmo escritório responsável pelo projeto anterior.

Com base na situação apresentada, o arquiteto incorpora o conceito das pré-existências das habitações e considera a conexão das ocupações irregulares acopladas aos edifícios da COHAB, como um modo possível de leitura da cidade a partir da percepção dos moradores, para então elaborar o projeto do conjunto. Nas faces dos edifícios da COHAB, onde não há aberturas, são geminadas as habitações, por meio das circulações verticais estabelecidas no projeto, porém sem uma ligação funcional entre as edificações.

Figura 32.201
Vista aérea do conjunto

⁸ Informação verbal fornecida pela arquiteta em entrevista realizada em 17/07/2017

[1]

[2]

[3]

Com uma área construída de 13.950m², são organizadas 200 unidades em três tipos habitacionais, com áreas entre 40m² e 54,8m², plantas aprimoradas dos tipos implantados no projeto da Gleba A. Ao total foram implantados nove blocos de edifícios, com térreo mais três ou quatro pavimentos, executados em alvenaria estrutural.

Dentro de sua linha de raciocínio, o arquiteto desenha a edificação no limite do lote, no intuito de contribuir no desenho da cidade, liberando e organizando o interior da quadra. Onde haviam áreas residuais ocupadas pelas habitações irregulares, a partir da implantação, do projeto, o miolo de quadra transforma-se em espaço coletivo, e por meio do arruamento proposto, conecta-se com as ruas do entorno, ao mesmo tempo libera espaço para implantação de uma quadra poliesportiva.

[1] Figura 32.202

Vista do pátio interno do conjunto

[2] Figura 32.203

Vista do conjunto situação de ocupação da Gleba H

[3] Figura 32.204

Vista do conjunto a partir da rua

Figura 32.205
Mapa de localização do projeto

0 50 100

AUTORES Vigliecca & Associados
ARQUITETO Hector Vigliecca,
EQUIPE LucieneQuel, Ruben Otero,
Ronald Fielder, Neli Shimizu, Lilian
Hun, Ana Carolina Penna, Gabriel
Farias, Thaísa Fróes

DATA 2009 / 2013
PROGRAMA Urbanização de Favelas

ÁREADO TERRENO 11.466,00
ÁREA CONSTRUÍDA 13.950,00
T.O. 0.28
C.A. 1.22

TIPOLOGIA APARTAMENTOS
UNIDADES 200

DENSIDADE
DISTRITO 175, 54 hab/ha
BAIRRO 544 hab/ha
PROJETO 593,36 hab/ha

USOS (%)
RESIDENCIAL 19%
COMÉRCIO 2%
CIRCULAÇÃO 46%
USO COLETIVO 47%

1 Conjunto Gleba H
2 CEI Indir Girassol
3 95° DP COHAB Heliópolis
4 Conjunto Comandante Taylor
5 EMEI Batista Cepelos
6 Hospital Heliópolis
7 EMEF Dr. Abrao Huck

Figura 32.206
Planta Térreo

Figura 32.207
Planta 1º Andar

0 10 20

Figura 32.208
Planta 2º Andar

[1]

[1] Figura 32.209
Elevação Sudoeste

[2] Figura 32.210
Corte transversal

[3]

[3] Figura 32.211
Elevação Nordeste

[4] Figura 33.212
Elevação Sudeste

[5] Figura 32.213
Elevação Noroeste

[1] Figura 32.214
Planta Unidades Tipo 1

[2] Figura 32.215
Planta Unidade Tipo 2

[2.1] Térreo
[2.2] 1º Andar

[3] Figura 32.216
Planta Unidade Habitacional

3.2.2.2 Contexto

Com uma área de 11.466 m² o lote faz divisa com as Ruas Barão de Rio da Prata a Leste, Cel. Silva Castro a Oeste, Conego Xavier ao Sul e com outros lotes ao Norte e está inserido no meio do tecido da favela. Com desníveis de aproximadamente 2,85m no sentido transversal e 4,85m no sentido longitudinal, a topografia do terreno tem inclinações estão em torno de 3,5% em ambos os sentidos, o que possibilita que as edificações, organizadas em blocos, possam adequar-se às pequenas inclinações da topografia.

A Oeste do terreno está uma mancha com habitações irregulares e a Leste é possível notar uma área com edificações que possuem certo ordenamento em relação à sua implantação. O conjunto não acompanha a lógica de ocupação do entorno, e a implantação dos edifícios está condicionada inicialmente pela estratégia do projeto em estabelecer uma conexão com os edifícios existentes no lote e pela geometria do terreno.

A partir de seus dois tipos, o edifício em lâmina e o edifício em formato de “U”, o projeto busca desenhar a quadra, sem necessariamente construir todo o perímetro do lote com as edificações, sendo possível o acesso ao miolo da quadra, o que possibilita sua integração a área do entorno (Figura 32.217).

Figura 32.217
Desenho figura fundo de implantação

0 20 50

3.2.2.3 Ordem e Composição

O ponto de partida para a composição do conjunto arquitetônico é a conexão com as edificações existentes localizadas dentro do lote, ao mesmo tempo em que se busca através do desenho das edificações a ocupação perimetral do lote dentro do que já foi discutido pelo arquiteto, como uma estratégia para se evitar o edifício isolado.

O conjunto arquitetônico é composto por dois agrupamentos de edificações, o primeiro grupo é constituído pelos dos blocos de edifícios organizados em planta na forma de “U” e que estão conectadas às torres existentes. Essa solução definiu pátios internos nas edificações e criou novos espaços coletivos dentro do conjunto.

O segundo grupo de edificações é constituído pelos blocos de edifícios lineares, implantados nas faces Leste, Norte e Oeste do lote, em locais onde não foi possível adotar a solução de conexão com as edificações existentes (Figura 32.219). No bloco linear voltado para a Rua Cel. Silva Castro, Vigliecca adota a solução dos volumes das caixas de escada na fachada do edifício, face Oeste, como solução para quebrar a monotonia do grande volume linear gerado pelo edifício, estratégia que não pode ser implantada no projeto para o conjunto da Gleba A, conforme descrito anteriormente.

Na volumetria do conjunto é possível notar, ao mesmo tempo, uma relação de equilíbrio e tensão entre a volumetria dos edifícios verticais existentes e dos blocos horizontais implantados pelo projeto. Esse diálogo entre as diferentes propostas sobre habitação coletiva, mesmo que em diferentes gabaritos, representam uma alternativa as soluções formais repetidas comumente no desenho de conjunto habitacionais, em consonância com o discurso do arquiteto e sua trajetória profissional.

[2]

[1]

[1] Figura 32.218
Maquete de composição do arquiteto para o conjunto

[2] Figura 32.219
Diagrama de composição volumétrica
Relação entre as partes e o todo

Figura 32.220
Croqui do arquiteto / planta unidade tipo

3.2.2.4 Usos

Os mesmos conceitos adotados na elaboração das plantas para as unidades do projeto da Gleba A, neste projeto para os edifícios da Gleba H, são utilizados e aprimorados pelo arquiteto. Evita-se o desperdício de área interna e a criação de espaços residuais, a tal ponto do arquiteto desenhar o acesso aos dormitórios com as portas inclinadas em 45°, na busca pela racionalização dos espaços internos. Vigliecca se vale do desenho das atividades diárias dos moradores na planta em seu croquí (Figura 33.219), como meio de organizar os usos do espaço interno da unidade habitacional.

O uso dos edifícios é quase que exclusivamente residencial, exceto por pequenos espaços comerciais, localizados no térreo da Rua Cel. Silva Castro. O que se difere, em relação ao projeto da Gleba A, e que aqui, há a inclusão de espaços coletivos destinados a prática esportiva, em função da maior dimensão do lote e também pelo resultado da implantação os novos edifícios em relação aos existentes (Figura 33.17).

O projeto ainda contempla espaços coletivos cobertos na projeção dos blocos em formato de “U”, no nível do térreo, na Rua cônego Xavier e Cel. Silva Castro, que possibilitam atender as atividades condominiais, incomuns em projetos de habitação coletiva de interesse social, devido a racionalização excessiva presente neste tipo de projeto diante a necessidade do atendimento na provisão de habitação.

Os pátios internos existentes nos blocos em “U”, gerados por sua volumetria, é mais uma das soluções adotadas no projeto, que propicia a criação de espaços de uso coletivo ao conjunto, o que pode ser percebido como uma preocupação em buscar soluções que vão contra a excessiva ocupação do solo.

- Uso habitacional
- Uso Comercial
- Espaço Coletivo
- Circulação

Figura 32.221
Diagrama de usos
Planta do térreo

[1] Figura 32.222
Diagrama de usos
Planta Unidades Tipo 1

[2] Figura 32.223
Diagrama de usos
Planta Unidade Tipo 2
Térreo [2.1]
1º Andar [2.2]

[3] Figura 32.224
Diagrama de usos
Planta Unidade Tipo 3

3.2.2.5 Fluxos

Podemos afirmar que o partido arquitetônico do projeto, estabelecido pela conexão das edificações as existentes com as desenhadas pelo projeto, define o fluxo de circulação no conjunto. A implantação resultante dos edifícios, assim como a maior dimensão do lote da Gleba, permite que sejam criadas as vias de acesso ao acesso ao interior da quadra, para o acesso de veículos, o que facilita a rotina dos moradores no abastecimento de suprimentos as unidades com maior facilidade (Figura 33.227).

Neste projeto, a hierarquia dos fluxos ocorre em três níveis, do público para o coletivo, do coletivo externo para o coletivo interno, e destas para o privado, respectivamente, da Rua para as vias Internas, posteriormente, destas vias internas para as circulações verticais e horizontais, dentro das edificações, que distribue o fluxo até as unidades habitacionais.

Diferentemente do projeto da Gleba A, onde o arquiteto utiliza apenas a circulação vertical para acesso a duas unidades habitacionais, aqui no projeto do Residencial Bacarelli, Vigliecca, adota duas soluções de circulação para acesso as unidades. A primeira solução é idêntica a solução adotada no projeto da Gleba A, para os edifícios lineares, presentes no conjunto (Figura 33.225).

A segunda solução, é específica do projeto, pois nos pontos de conexão dos edifícios novos com os edifícios existentes, estão as circulações verticais, que levam a circulações horizontais, avarandadas, nos edifícios em formato de “U”, que possibilitam a visualização dos pequenos pátios internos gerados pela volumetria dos blocos (Figura 32.226).

[1] Figura 32.225
Diagrama de fluxos
Planta de acesso unidade Tipo 3.

[2] Figura 32.226
Diagrama de fluxos
Planta de acesso unidade Tipo 1.

Os espaços comerciais existentes no conjunto são acessados diretamente da rua e possibilitam desta forma que os moradores da área do entorno também usufruam destes espaços definidos pelo projeto.

Figura 32.227
Diagrama de fluxos do pavimento térreo

3.3 Piratininga Arquitetos Associados

Fundado em 1984, o escritório Piratininga Arquitetos Associados, tem como sócios fundadores os arquitetos, João Paulo Beugger, José Armênio de Brito Cruz, Marcos Aldrighi e Renata Semin. Formados pela FAU-USP (1982), um momento de retomada da democracia no país após o regime militar, foi nesse período que ocorreu o retorno de Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Jon Maitrejean a Faculdade após o período de exílio.

Segundo os arquitetos, estes personagens da Arquitetura Brasileira contribuíram de forma fundamental em sua formação e consideram-se integrantes da Escola Paulista de Arquitetura. “[...] você se posiciona quando está desenhando, projetando uma estrutura” (BRITO CRUZ, 2011) e nesse sentido Vilanova Artigas é o melhor exemplo desta atuação do profissional/cidadão, afirma Brito Cruz. O arquiteto defende que o conhecimento técnico é um meio de melhoria e transformação do país

Com trabalhos desenvolvidos em várias escalas, como arquitetura residencial e corporativa, projetos de conjuntos habitacionais e planos urbanísticos, o escritório colaborou com o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, no projeto para a Praça dos Museus na Cidade Universitária, SP. Entre os trabalhos executados pelo escritório estão também a reforma da Biblioteca Mario de Andrade na capital, assim como as reformas da Biblioteca da FAU-USP da Cidade Universitária e na Vila Penteado, além do projeto do edifício da Biblioteca da PUCCAMP em Campinas.

Além da atuação profissional a frente do escritório, José Armênio de Brito Cruz, tem intensa atuação política no âmbito da classe, sendo presidente do IAB-SP (2012-2016), Vice-Presidente Extraordinário do IAB do Brasil – Direção Nacional (2012-2016) e desde o ano de 2016 preside a SP Urbanismo, na PMSP. Além de sua atuação de classe, o arquiteto, é professor na disciplina de Projetos da Escola da Cidade desde 2007, cargo que está licenciado.

Essa atuação de Brito Cruz, que vai além do exercício da profissão, pode ser percebida em seu discurso, quando afirma que o profissional / cidadão, não pode atuar na profissão de um modo e agir fora dela de outro. Questões relativas a cidade, à economia, à cidade, a história e ao social, tem relevância e refletem na Arquitetura e portanto, é defende que é necessário ao arquiteto uma estruturação de seu discurso para o desenvolvimento de suas ações diante a profissão, mas ressalta que sempre dentro de sua realidade, pois segundo ele “a Arquitetura é o dia a dia da cidade” (BRITO CRUZ, 2011).

Para os arquitetos o poder transformador da profissão é um bem comum e as relações entre cidade e edificação tem relevância como meio de melhoria das condições urbanas. Nas palavras da arquiteta: “é uma questão de ética, onde quer que esteja o edifício, procuramos compreender o entorno e como melhorar aquele bem comum” (SEMIN, 2011).

Sobre Brasília, Brito Cruz afirma que foi um momento de transformação, de construção da nacionalidade: “Brasília nos ensinou a fazer prédios. O conceito do espaço público, densidade, trouxe lições de conceitos urbanos que são aplicáveis na nossa cidade hoje” (BRITO CRUZ, 2011).

Por meio destas falas dos arquitetos, fica claro que, sua atuação profissional deve refletir uma posição política e que dentro de estratégias de projeto consiga desenvolver soluções que equalizem as diferentes escalas do projeto de arquitetura. Nesse sentido, a participação do escritório na realização do projeto do Residencial Comandante Taylor, traduz uma ação do profissional / cidadão que busca soluções aos problemas das cidades brasileiras, como o déficit habitacional e com base nas soluções desenvolvidas por outros arquitetos na história da Arquitetura Brasileira, constrói sua própria trajetória.

3.3.1 Residencial Comandante Taylor

3.3.1.1 Projeto

O Conjunto Residencial Comandante Taylor é fruto da relação entre o Movimento de Famílias Sem Teto de Heliópolis e Ipiranga, MSTI, o escritório Piratininga Arquitetos Associados, que articulou sua implantação junto à SEHAB.

Conforme depoimento da arquiteta Renata Semin⁹, responsável pelo projeto junto com José Armênio de Brito Cruz, por mais de dez anos o escritório de arquitetura atuou como assessoria técnica, junto a 200 famílias, na elaboração do projeto e na captação dos recursos. Nesse período, o projeto previa a implantação de um conjunto em outra área de Heliópolis, porém, esta área foi vendida e todo o trabalho desenvolvido pela equipe foi perdido, o que acarretou em prejuízos financeiros ao escritório que arcava com os custos de desenvolvimento do trabalho.

Na busca por uma solução para equacionar a demanda das famílias, a arquiteta afirma que após encontrarem o atual terreno, local de uma empresa de Terraplenagem, a SEHAB iniciou a articulação para viabilizar a compra da área e implantação do projeto.

Com a necessidade de se incorporar um número maior de moradias ao conjunto, no total de 420 famílias, esse acréscimo contribuiu com o aumento no número de edificações no lote e representa um adensamento populacional superior ao da região, sendo a densidade do conjunto de 1.092 hab/ha, em oposição a Heliópolis, 544 hab/ha e ao distrito do Sacomã que é de 174,54 hab/ha¹⁰.

Figura 33.01

Foto do conjunto a partir da rua Comandante Taylor

⁹ Informação verbal fornecida pela arquiteta em entrevista realizada em 19/07/2017.

¹⁰ Densidade- Adotada a média de 3,4 hab. / unidade habitacional em Heliópolis. Dados fornecidos pelo IBGE, Censo Demográfico de 2010, p. 167.

[1]

[2]

[3]

[1] **Figura 33.02**
Foto da circulação horizontal do conjunto

[2] **Figura 33.03**
Vista aérea do conjunto

[3] **Figura 33.04**
Foto do pátio interno do conjunto

[4.1 e 4.2] **Figura 33.05**
Desenho de organização e tabela de organização dos edifícios

[4.1]

[4.2]

EDIFÍCIO	NOMENTLATURA	Nº PAVIMENTOS
1	A	8
	B	8
2	C	8
	D	8
3	E	8
4	F	8
5	G	8
6	H	8
	I	8
7	J	7
	K	6
	L	5

EDIFÍCIO	NOMENTLATURA	Nº PAVIMENTOS
8	M	6
9	N	6
10	O	5
11	P	4
12	Q	7
	R	6
	S	5
13	T	7
	U	6
14	V	7
	X	7

O conjunto possui um total de 14 edifícios, subdivididos em blocos, implantado isoladamente no lote ou agrupados em blocos, classificados de A à X, sendo que um mesmo edifício pode conter uma variação no número de pavimentos entre seus blocos (Figura 33.05). O projeto ainda conta com um Centro Comunitário para prática de atividades esportivas, sociais e lazer dos moradores, porém não concluído até o momento.

Figura 33.06
Mapa de localização do conjunto

AUTORES Piratininga Arquitetos Associados
ARQUITETO José Amênio de Brito Cruz
e Renata Semin
EQUIPE Fabiana Stuchi (coord.), Ricardo
Zemp, Bruno Valdetara Salvador
e Jéssica Tobado Modeli (estag.)

DATA 2008 / 2011
PROGRAMA Urbanização de favela

ÁREA DO TERRENO 13.152,00
ÁREA CONSTRUÍDA 29.300,00
T.O. 0,58
C.A. 2,22

TIPOLOGIA APARTAMENTOS
UNIDADES 421

DENSIDADE
DISTRITO 175, 54 hab/ha
BAIRRO 544 hab/ha
PROJETO 1.088 hab/ha

USOS (%)
RESIDENCIAL 26%
INSTITUCIONAL 7%
CIRCULAÇÃO 23%
USO COLETIVO 42%

1 CEI Indir Girassol
2 95° DP COHAB Heliópolis
3 Conjunto Gleba H
4 Hospital Heliópolis

Rua Visconde de Camamu

Rua Resende Costa

752,03

752,8

752,8

752,8

Figura 33.07

Planta-3

Cota 752,80

Rua Comandante Taylor

0 10 20

Rua Visconde de Camamu

Rua Resende Costa

Rua Comandante Taylor

Figura 33.08

Planta -2

Cota 755,49

0 10 20

Rua Visconde de Camamu

Rua Resende Costa

Figura 33.09
Planta -1
Cota 758,18

Rua Comandante Taylor

0 10 20

Rua Visconde de Camamu

Rua Resende Costa

Rua Comandante Taylor

Figura 33.10

Planta Térreo

Cota 760,87

0 10 20

Rua Visconde de Camamu

Rua Resende Costa

Rua Comandante Taylor

Figura 33.12
Planta 4º Andar

0 10 20

[1] Figura 33.13
Elevação leste

[2] Figura 33.14
Elevação norte

[3] Figura 33.15
Elevação oeste

[4] Figura 33.16
Elevação sul

[5] Figura 33.17
Corte AA

[6] Figura 33.18
Corte BB

[7]

[8]

[7] Figura 33.19
Corte CC

[8] Figura 33.20
Corte DD

[9] Figura 33.21
Corte EE

[10] Figura 33.22
Corte FF

[1.1]

[1.2]

[1.3]

[1.4]

[1.5]

[1.6]

[1] **Figura 33.23**
Planta Unidades tipo 1

- [1.1] Planta tipo 1.1
- [1.2] Planta tipo 1.2
- [1.3] Planta tipo 1.3
- [1.4] Planta tipo 1.4
- [1.5] Planta tipo 1.5
- [1.6] Planta tipo 1.6

[2] Figura 33.24
Planta Unidade tipo 2

- [2.1] Planta tipo 2.1
- [2.2] Planta tipo 2.2
- [2.3] Planta tipo 2.3
- [2.4] Planta tipo 2.4

[2.1]

[2.2]

[2.3]

[2.4]

3.3.1.2 Contexto

Com uma área de 13.152,00 m², o terreno está no limite da favela e faz divisa com as Ruas, Comandante Taylor à Oeste, Resende Costa a Leste, Visconde de Camamu ao Norte e com outros lotes ao Sul. Na Rua Comandante Taylor existe a ocupação tradicional da favela com grande adensamento das habitações irregulares, configurando uma mancha única na imagem de figura fundo (Figura 33.25). À Leste do terreno há uma área livre de construções pertencente à Petrobras, que está em negociação com a SEHAB, para a implantação de outros conjuntos habitacionais segundo a arquiteta Renata Coradin (CORADIN, 2014, pág. 86).

A implantação dos edifícios no lote é condicionada tanto pela geometria do terreno, como por um eixo transversal de circulação no centro do lote, o qual liga sua cota mais alta, na Rua Comandante Taylor (760,87) a cota mais baixa, a Rua Resende Costa (752,80). A partir destes o projeto dispõe os edifícios em dois grandes grupos, o que gera áreas comuns entre as edificações, mas que, não são necessariamente áreas de uso coletivo.

A proposta de fruição no projeto, por meio da alameda de circulação, visa criar uma integração do conjunto com a comunidade, dado que há a possibilidade de implantação de outros conjuntos no terreno à Rua Resende Costa, porém atualmente estes acessos são restritos aos moradores e não permitem a passagem de pedestres.

Figura 33.25
Desenho Figura Fundo de implantação

0 20 50

3.3.1.3 Ordem e Composição

À primeira vista a organização dos edifícios no lote, chama atenção pelo volume edificado e pela percepção da não simetria no desenho de implantação dos edifícios. Esta organização dos edifícios deve-se a manutenção de uma edificação em sua porção Sudoeste, onde está implantado o centro comunitário e a partir do eixo central de circulação, define áreas com diferentes tamanhos para implantação dos edifícios habitacionais.

Estes dois grandes grupos edificados não estão conectados pelo conjunto de passarelas existentes. À esquerda da alameda de circulação estão implantados no perímetro do lote os edifícios 1(A/B), 7(J/K/L) e 12(Q/R/S) com unidades habitacionais do tipo 1. No centro desta área estão implantados os edifícios 8(M), 9(N), 10(O) e 11(P), com unidades habitacionais do tipo 2.

Essa organização nos edifícios no lote não permite que todas as unidades tenham a mesma insolação, mas vale salientar que apenas 3 edificações de todo o conjunto têm sua face principal, onde estão localizadas a sala e um dos dormitórios para o Sul, o que pode prejudicar a insolação nas unidades, já que em outra face as unidades estão voltadas para o conjunto de passarelas e deste modo não recebem insolação direta, mesmo com as aberturas existentes nas passarelas.

A volumetria dos edifícios é caracterizada por um desenho limpo e racionalizado, sem dentes ou reentrâncias na planta das unidades, que contribui para a composição de grandes blocos laminares no lote. A relação de cheios e vazios existentes, decorrente das aberturas

Figura 33.26
Diagrama de composição volumétrica

dos caixilhos, segue um ritmo em função da organização das unidades em planta e estão agrupadas de modo espelhado para racionalização das instalações hidráulicas.

A direita da alameda de circulação há uma edificação existente no lote, mantida no projeto, para implantação de um centro comunitário, e que gerou uma área menor para implantação dos edifícios em relação ao outro lado do conjunto. Mantendo a lógica de implantação citada anteriormente onde os edifícios C/D, T/U e V/X, dispostos no perímetro abrigam as unidades habitacionais tipo 1 e os edifícios E, F, G, H/I, agrupados no espaço central, abrigam as unidades habitacionais tipo 2.

3.3.1.4 Usos

Implantados em patamares no sentido longitudinal para que não houvesse grandes movimentações de terra, os edifícios foram projetados a partir de dois tipos habitacionais e guardam relações de acesso através do conjunto de passarelas em concreto. As unidades do tipo 01 estão presentes nos edifícios 1(A/B), 2(C/D), 7(J/K/L), 12(Q/R/S/), 13(T/U), e 14(V/X), com acesso às unidades apenas um lado da passarela. As unidades habitacionais do tipo 02, estão presentes nos edifícios 3(E), 4(F), 5(G), 6(H/I), 8(M), 9(N), 10(O) e 11(P) com acesso as unidades pelos dois lados da passarela.

Com uma área interna de aproximadamente 45,00m², o programa contempla: sala, cozinha, lavanderia, banheiro e dois dormitórios com uma clara setorização entre espaços servidos e servidores, a partir da sala de estar localizadas no centro das unidades, de um lado estão os espaços servidores, cozinha, banheiro e lavanderia, agrupados para otimização das

- Uso habitacional
- Uso Institucional
- Espaço Coletivo
- Circulação

Figura 33.27
Diagrama de usos do pavimento Térreo

[1]

[2]

- Dormitório
- Área servida
- Área servidora

[1] Figura 34.28
Diagrama de usos
Planta Unidades Habitacionais Tipo 1

[2] Figura 34.29
Diagrama de usos
Planta Unidade Habitacional Tipo 2

prumadas hidráulicas, e do outro lado os dormitórios (Figuras 33.28 e 33.29). Com um acesso independente do conjunto o centro comunitário, para atividades culturais e sociais e esportivas atendem tanto a moradores do conjunto com a população do entorno.

3.3.1.5 Fluxos

É possível afirmar que o partido arquitetônico do projeto é definido pelo conjunto de passarelas horizontais presentes no projeto devido a sua representatividade em relação à área de ocupação das habitações, respectivamente, 23,0% em relação aos 26,0% da área para as habitações.

Devido ao desnível existente no sentido transversal do lote em mais oito metros e a necessidade de adensamento conforme diretrizes da SEHAB, o projeto articula as edificações por meio das passarelas executadas em concreto pré-fabricado, que segundo Renata Semin, estabelece um diálogo com o conceito de calçadas suspensas¹³, ao mesmo tempo servem de espaço de convívio social aos moradores.

As passarelas estabelecem o nível do térreo na cota mais alta do lote na Avenida Comandante Taylor (760,87) e geram edificações com até oito pavimentos na menor cota de nível do lote a Rua Resende Costa (752,80). O conjunto de passarelas possui um afastamento em relação aos edifícios por meio de vazios nas lajes para que seja criado uma privacidade aos moradores das unidades em suas atividades diárias.

¹³ Informação verbal, onde a arquiteta comenta que o termo Calçadas suspensas é uma inspiração no projeto da Praça dos Museus do Arquiteto Paulo Mendes da Rocha, onde a circulação horizontal tem fator preponderante devido as características topográficas do terreno e desta forma articula os diferentes níveis do projeto

[1]

[2]

[1] Figura 34.30

Diagrama de Fluxos do pavimento Térreo

[2] Figura 34.31

Diagrama Volumétrico de Fluxos

Esse elemento arquitetônico do conjunto é marcante na paisagem local e foi executado anteriormente aos edifícios, funcionando como andaimes para o transporte de materiais e trabalhadores além de estabelecer níveis de piso e prumo para a obra. A definição por esse sistema construtivo deu-se em função de custos e prazos de execução quando comparado à estrutura metálica e estrutura de concreto moldada in loco, durante o processo de execução do projeto executivo, segundo a arquiteta.

Feita através das oito caixas de escada, a circulação vertical, esta implantada em pontos das passarelas horizontais que atendam às exigências da legislação quanto a distâncias mínimas para circulação e rota de fuga e acabam por não estarem atreladas a nenhum edifício em específico. A estratégia de organizar os edifícios em blocos autônomos acaba por gerar espaços internos no lote, os quais funcionam como locais de transição entre os níveis do terreno, por meio de rampas de acesso e escadas (Figura 33.39) e servem de alternativa aos moradores como áreas coletivas.

3.4 Biselli Katchborian Arquitetos Associados

Constituído pelos arquitetos Arthur Katchborian e Mario Biselli em 1987, o escritório Biselli Katchborian Arquitetos Associados desenvolve projetos Institucionais, Comerciais e Residenciais em várias escalas, tanto para o setor privado como para o setor público. Ambos os arquitetos são graduados pela Universidade Mackenzie, 1985, e além da atuação profissional desenvolvem atividades acadêmicas.

Katchborian é Mestre em Docência no ensino superior e leciona em cursos de graduação e Pós-graduação no Senac. Mario Biselli é Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Mackenzie, onde também leciona desde 1999, além da Faculdade Belas Artes de São Paulo, desde 1992.

Ao longo de sua trajetória o escritório recebeu premiações como a indicação para o *Mies Van*

Der Rohe Awards for Latin American Architecture (1999), Prêmio Rino Levi do IAB/SP, 2010 e do Prêmio APCA para melhor obra construída (2010), ambos para o projeto do CEU Pimentas. O escritório ainda é responsável pelo projeto de construção do Terminal 3 do Aeroporto Internacional de Guarulhos, SP (2010), obra não executada.

Em 1993 o escritório desenvolveu para a CDHU, um conjunto habitacional em Itatiba, SP. No ano de 2004 recebeu menção honrosa no Concurso HabitaSampa, para o lote do Conjunto Assembléia (Figura 34.01) . Segundo a ata do concurso:

As fachadas refletem a estreita relação entre forma e função que orienta todo o projeto, bem como sua relação com o custo de construção. A própria cromatização proposta identifica os apartamentos segundo seus tipos. Todo o seu desenho usufrui de soluções em que a tradição moderna brasileira já se debruçou longamente, farta em modelos para habitação (VITRUVIUS, 2004).

Figura 34.01
Vista do conjunto Assembléia / Habita Sampa
Bliselli Katchborian (2004)

Além da autoria para o projeto do Conjunto Habitacional Heliópolis (Residencial Juntas Provisórias) 2011, atualmente o escritório é responsável pelo projeto da Escola de Música Tom Jobim, na região Central de São Paulo, o qual contém no programa, edifícios de habitação coletiva, tanto para Habitação de Interesse Social como para Habitação de Mercado Popular. Nesse projeto, a habitação tem papel fundamental na requalificação urbana da área conhecida como Cracolândia, contribuindo com o aumento populacional na região, que atualmente sofre com o abandono e possui graves problemas sociais.

No texto *Teoria e prática do partido arquitetônico* (2011), Mario Biselli busca respostas para o entendimento do tema para discussão de conceitos apresentados por diversos autores. O texto é um embrião de sua tese de Doutorado (2014), onde arquiteto utiliza sua própria trajetória profissional como objeto de estudo a partir dos conceitos estabelecidos pelos autores citados por Biselli.

A pesquisa optou por utilizar o texto inicial de Biselli, para compreensão de suas idéias, onde o autor inicia explicando o que chama de processo de projeção, o qual ele define que a produção de projeto trata-se de processo, mas afirma que não pode ser reduzido há um processo linear, como a sequência de operação de uma máquina, pois existem diversas metodologias para se projetar e “embora as partes possam estar sujeitas há uma sequência, o processo como um todo não se enquadra nesse modelo” (BISELLI, 2011).

O autor cita Claudio Silveira Amaral para afirmar que Le Corbusier enfatizou o uso da lógica matemática de Descartes. “O processo de criação é a definição da planta que por sua vez é o programa. Linhas que se transformam em planos, aos quais se transformam em volumes” (AMARAL apud BISELLI, 2011) e embora Descartes, seja apreciado nas escolas de arquitetura do Brasil a caixa preta ainda representa a subjetividade no projeto utilizada pelos arquitetos para definir o partido. O texto traz definições discutidas por Laert P. Neves em A adoção do partido em arquitetura e Anna Paula Canez em Composição, Partido e Programa.

Segundo Neves, partido é a ideia preliminar do projeto, onde há dois procedimentos; o de definir as alternativas apresentadas e o de desenvolver a alternativa escolhida. “Projetar um edifício é o ato de criação que nasce da mente. Fruto da imaginação criadora, da sensibilidade do autor, sua percepção e intuição [...]” (NEVES apud BISELLI, 2011).

A herança Courbusiana definia que os princípios gerais são adaptados à situação real e o projeto era definido do geral para o particular. Nota-se no Brasil que isso ocorre nos meios acadêmicos e nas comissões julgadoras de concursos como uma estrutura de pensamento proveniente dos grandes mestres da arquitetura moderna Brasileira (BISELLI, 2011).

O autor afirma que para Futagawa:

“[...] os princípios dos modernos foram aplicados e adaptados as condições sociais do contexto brasileiro, como se a idéia do modernismo simpatizasse com o clima tropical do Brasil e da cultura das pessoas que lá vivem. Mais tarde veio a luz uma forma única e original de arquitetura, que só existe no Brasil, e que vai além do movimento modernista original” (BISELLI, 2011).

Segundo o autor o regime militar iniciado em 1964 provocou estagnação e isolamento da arquitetura brasileira em relação ao movimento pós-moderno que acontecia na década de 1960 em comparação à produção à época, mas esse fato resulta que atualmente a produção da nova geração de arquitetos é influenciada por sucessores legítimos do modernismo.

A partir destas colocações o autor propõe que o partido é como uma idéia preliminar não abrangendo totalmente os modos de projetar, pois não é um modelo universal, “o movimento não é do todo em direção à parte” (BISELLI, 2011). Segundo ele os projetos que envolvem tecnologia de pré-fabricação e que têm na reprodução de elementos em série, ou partes, as quais formam o todo, contraporiam essa idéia discutida anteriormente por Laert Neves.

Portanto, o autor propõe que o modo de pensar dos arquitetos é menos relevante que o resultado final de seu trabalho e o partido arquitetônico é compreendido como a ideia que subjaz ao projeto, aquela identificada como a elemento principal, central, quando o projeto já encontra-se concluído, não importando quando esta surgiu.

A máxima de Descartes; “Penso, logo existo”, é um entendimento do pensamento sobre o próprio pensamento e o autor se utiliza dela para afirmar que o arquiteto pensa soluções sobre suas próprias idéias e as revisita quando estas funcionam bem. O projeto de arquitetura é um processo criativo, sujeito a metodologias ou fórmulas, porém permanece sempre aberto a inovações e ao espírito de sua época, o *zeitgeist*¹⁴, e revisitando as soluções do passado.

Portanto, é possível afirmar que o texto propõe que o arquiteto tem um papel de agente criador, de sua linguagem própria onde as soluções adotadas são revisitadas a cada projeto e o partido arquitetônico é a resultante de um processo, síntese do conjunto de soluções propostas para cada situação enfrentada pelo projeto e não simplesmente uma idéia inicial.

No livro ***Estratégias do Belo: A Arquitetura de Biselli e Katchborian*** (2014) são apresentados projetos do escritório, amparados por imagens e textos escritos por Ana Carolina Ferreira Mendes, arquiteta associada do escritório, que discute as estratégias adotadas pelos arquitetos em sua trajetória profissional. O texto afirma que “em todos os projetos a que se dedicam o escritório de Biselli e Katchborian, é certo que em seu processo de *progettazione* tem lugar a questão da beleza (BISELLI, 2014. Pág. 18) e cita o próprio BISELLI para confirmar sua proposição:

¹⁴ *Zeitgeist*- Termo em Alemão que não possui uma tradução literal para o português. Seu significado consiste no conjunto de valores que representam o espírito de sua época.

A beleza é um fenômeno misterioso. Entre arquitetos é tratada como epifenômeno, um acidente de percurso, quase uma frivolidade. Mas a beleza é um assunto que se intromete em tudo o que fazemos, não se pode evitar. É como a consciência: o olho julga. Aprova ou condena. Seria um fardo, se não fosse o melhor de tudo

(BISELLI apud BISELLI, 2014, pág. 18).

Nesse sentido é possível afirmar que o escritório, personificado na figura de Mario Biselli, tem grande preocupação sobre a relação entre qualidade espacial e volumétrica de sua produção. Como agentes criadores, a beleza não é algo que se atinge sem pretensão, e portanto um objetivo a ser buscado. A pesquisa não questiona ou qualifica tais idéias, mas busca identifica-las para contribuição sobre a visão do arquiteto e sua linguagem, colaborando para o entendimento do projeto de habitação coletiva.

3.4.1 Conjunto Habitacional Heliópolis (Residencial Juntas Provisórias)

3.4.1.1 Projeto

Localizado no encontro da Avenida Juntas Provisórias e da Rua Comandante Taylor, o Conjunto Habitacional Juntas Provisórias foi implantado no terreno onde haviam habitações construídas pela prefeitura no programa Vilas Provisórias. Inserido no Programa de Urbanização de favelas da SEHAB, o projeto faz parte de um conjunto de obras de habitação coletiva desenvolvidas na cidade onde a arquitetura e o urbanismo são protagonistas no processo de enfrentamento ao déficit habitacional da cidade.

Com previsão inicial para 420 unidades habitacionais, apenas 200 unidades foram construídas na primeira fase do projeto. A edificação foi implantada no perímetro no lote, onde a maioria dos conjuntos habitacionais do bairro, possui um caráter repetitivo em sua implantação no lote. Nas palavras do arquiteto:

Mais que um projeto, isso é uma tese, afirma Mario Biselli. Sempre achei muito estranho esse negócio de recuo, conta. Para o arquiteto, as grandes cidades do mundo são aquelas que têm seus quarteirões densamente edificadas no perímetro, deixando livres os miolos de quadra: para exemplificar, cita a Barcelona de Ildefons Cerdà e as cidades italianas (BISELLI, 2014.).

[1]

[2]

[3]

O conjunto ainda possui um sistema de passarelas metálicas que articula toda a distribuição e circulação a partir da Rua Comandante Taylor, onde foi estabelecido o pavimento térreo elevado, o que permite que a edificação tenha uma variações na altura de seus blocos, possibilitando assim, que sejam projetadas um numero maior de habitações no conjunto.

Para cada bloco de unidades habitacionais, com 04 apartamentos, há um conjunto de escadas, abertas, que estabelecem a circulação vertical do conjunto. Quanto as áreas molhadas existem em seu alinhamento em planta, o posicionamento das caixas d'águas que demarcam uma verticalidade ao conjunto.

[1] Figura 34.03

Vista do acesso a partir da Avenida das Juntas Provisórias

[2] Figura 34.04

Vista de entrada do conjunto pela Rua Comandante Taylor

[3] Figura 34.05

Perspectiva eletrônica do conjunto com fase I e fase II

AUTORES Biselli Katchborian Associados
ARQUITETO Mario Biselli e
Arthur Katchborian

DATA 2011 / 2014
PROGRAMA Urbanização de Favelas

ÁREADO TERRENO 7.040,00
ÁREA CONSTRUÍDA 15.550,00
T.O. 0,31
C.A. 2,21

TIPOLOGIA APARTAMENTOS
UNIDADES 200

DENSIDADE
DISTRITO 175, 54 hab/ha
BAIRRO 544 hab/ha
PROJETO 965,90 hab/ha

USOS (%)
RESIDENCIAL 19%
COMÉRCIO 3%
CIRCULAÇÃO 25%
USO COLETIVO 28%

1 Ponto de Ônibus
2 Terminal Sacomã
3 Conjunto Gleba A

Figura 34.06
Mapa de localização do projeto

Figura 34.07
Planta Térreo

Figura 34.08
Planta 1º Andar

0 5 10

Figura 34.09
Planta 2º Andar

Figura 34.10
Planta 3°/4°/5° Andar

0 5 10

Figura34.11
Planta 6º Andar
0 5 10

[1]

[2]

[1] Figura 34.12

Elevação Leste

[2] Figura 34.13

Elevação Norte

[3]

[3] Figura 34.14
Corte longitudinal

[4] Figura 34.15
Corte Transversal

[3]

[4]

[1] Figura 34.16
Planta Unidade habitacional Tipo 1

[1.1] Planta unidade
[1.2] Planta unidade acessível

[3] Figura 34.17
Planta Unidade Habitacional Tipo 2

3.4.1.2 Contexto

Inserido no limite Noroeste de Heliópolis, junto a Avenida Juntas Provisórias, a ocupação do conjunto difere das demais edificações da região conforme desenho de figura / fundo (Figura 34.18). À Nordeste há uma área ocupada por galpões industriais onde é grande o parcelamento dos lotes e a ocupação do solo não tem uma organização regular.

À Sudoeste estão implantados alguns edifícios do Programa Prover, organizados de forma isolada no lote, além de uma área ocupada por habitações irregulares sem nenhum espaço livre na grande mancha ocupada representada no desenho. Ao Sudeste esta o terreno vazio, local previsto a implantação da segunda fase do projeto e mais adiante uma área ocupada por habitações irregulares.

Quando do desenho da quadra, os arquitetos elaboraram uma pequena praça em frente ao Conjunto como elemento de transição entre a Avenida das Juntas Provisórias e a edificação, onde existem algumas vagas de estacionamento utilizadas por moradores e seu uso é prejudicado pelo alto tráfego de veículos da Avenida. Na face Sudoeste, à Rua Comandante Taylor, o conjunto é recuado do alinhamento da via em função de um talude existente e mantido pelo projeto, onde o acesso de pedestres é feito por meio de quatro passarelas transversais à rua, executadas em concreto, em dois diferentes níveis que dão acesso ao conjunto.

A declividade da Av. Comandante Taylor propicia com que estas passarelas determinem a implantação do térreo em dois níveis, possibilitando assim com que o conjunto tenha blocos com cinco e seis pavimentos considerando que a legislação garante que não é necessário a utilização de elevadores para edifícios com térreo mais quatro pavimentos.

[1]

O grande pátio interno do conjunto, provavelmente a síntese do partido arquitetônico, é um espaço coletivo de transição entre o público e o privado, e demonstra claramente a intenção em liberar o uso do solo em oposição aos modelos adotados por outros conjuntos habitacionais da área e da densa ocupação das moradias característica da favela.

3.4.1.3 Ordem e Composição

Podemos entender que a composição volumétrica do conjunto é resultado da ocupação perimetral do lote, criando assim o volume com seu vazio central. Dentro do conceito que as partes compõem o todo, o projeto organiza dois tipos de unidades habitacionais, a unidade tipo um, implantadas nas faces Nordeste e Sudoeste e as unidades do tipo dois nas faces Noroeste e Sudeste do conjunto.

A unidade tipo um possui um recuo em sua planta, sala de estar e terraço, em relação à face dos dormitórios e que, quando do agrupamento das unidades, gera uma tensão no volume e acaba por quebrar a monotonia do grande edifício laminar, tão comum aos conjuntos habitacionais.

A unidade tipo dois tendo uma organização interna sem ruídos em sua geometria acaba por gerar um volume ortogonal quando do seu agrupamento em planta, sendo este somente quebrado, em elevação, pelos dois grandes pórticos que dão acesso ao pátio interno central.

[1] Figura 34.18
Desenho Figura Fundo de implantação

[2] Figura 34.19
Croquis do arquiteto para composição do conjunto

Durante a pesquisa foi possível identificar uma similaridade entre a planta das unidades tipo 01 e as plantas dos edifícios do Programa Prover, Cingapura, implantados na região, por meio da tese de doutorado de Maria José Albuquerque: ***Verticalização de favelas em São Paulo: Balanço de uma experiência (1989 a 2004)***, (2006). Porém não foi possível identificar se este fato foi uma diretriz da SEHAB ou como o Autor fala em seu texto revistar as soluções do passado para composição do partido (Figura 34.18 e 34.19).

Apesar das similaridades acima citadas, entre as plantas das unidades em relação ao referido projeto, a estratégia adotada pelos arquitetos esta distante de repetir as soluções implantadas anteriormente na área, pois a organização das unidades habitacionais na composição do conjunto contribui para à qualidade no espaço edificado, e possibilita a criação do grande espaço coletivo, caracterizado pelo pátio interno, o que em última instância, materializa uma alternativa de grande qualidade para produção de habitação coletiva.

Outro ponto do projeto que reflete a preocupação dos arquitetos com a qualidade da edificação em sua composição são as generosas aberturas dos vãos da sala e dormitórios, as quais garantem boa iluminação e ventilação, acrescidas de janelas venezianas de correr que funcionam com *brises*, aos quais remetem aos bons exemplos da arquitetura moderna brasileira, como o edifício Lausane em São Paulo de autoria do arquiteto Frans Heep.

[1]

[2]

[1] Figura 34.20
Planta unidade tipo 1- Programa PROVER

[2] Figura 34.21
Planta unidade tipo 2- Programa PROVER

[3] Figura 34.22
Diagrama de composição Volumétrica

3.4.1.4 Usos

O conjunto Heliópolis (Juntas Provisórias) além de seu uso habitacional possui alguns espaços comerciais localizados na face da Rua Maciel Parente. A implantação perimetral no lote, adotada como elemento definidor do partido arquitetônico do conjunto, organiza as unidades habitacionais em torno do pátio central, e possibilita uma alternativa de lazer e convivência social aos moradores.

A organização interna dos dois tipo habitacionais, cada qual com área de 50,0 m², é diferente devido ao desenho que as mesmas possuem para composição da ocupação perimetral do conjunto. Na unidade tipo 1, há uma variação na planta para adaptação das unidades aos portadores de necessidades especiais, e que estão localizadas no nível inferior do conjunto. Ambos os tipos habitacionais contem no programa, sal de estar, cozinha, banheiro, lavanderia e dois dormitórios, além de um terraço.

Na unidade tipo 1, a setorização entre as áreas servidoras e servidas não é delimitada pelo projeto, pois projeto prevê que cozinha seja integrada com a sala, porém há um desalinhamento dos ambientes e a solução proposta é a inserção de uma mesa como elemento articulador entre os espaços.

Na unidade tipo 2, o espaço interno das unidade é melhor definido e há clara definição das áreas servidoras e servidas, embora sua forma externa possua um jogo de volumes em oposição a unidade tipo 1 que tem uma volumetria mais ortogonal, o que a princípio parece um contrassenso.

Dormitório

Área servida

Área servidora

[1] Figura 34.23
Diagrama de Usos
Planta Unidade Habitacional Tipo 1

[2] Figura 34.24
Diagrama de Usos
Planta Unidade Habitacional Tipo 2

Em ambos os tipos habitacionais, há um agrupamento dos espaços servidores (cozinha, lavanderia e banheiro), porém a distribuição hidráulica não é racionalizada, como se identifica na maioria dos projetos de conjuntos habitacionais, sendo esta feita por meio de *shafts*, devido ao sistema construtivo de blocos de alvenaria estrutural (Figuras 34.23 e 34.24).

[1]

[2]

- Uso habitacional
- Uso Comercial
- Espaço Coletivo
- Circulação

Figura 34.25
Diagrama de usos do pavimento térreo

3.4.1.5 Fluxos

A lógica de organização dos fluxos de circulação propostos pelos arquitetos é fundamental para o entendimento do projeto. Estabelecida em grande medida pela interpretação do contexto, dado pela rua em desnível, o projeto prevê a inserção de passarelas de ligação sobre o talude existente entre a Rua Comandante Taylor e o edifício, assim como estabelece as circulações verticais nestes pontos de conexão com a rua.

Neste espaço de transição, entre o público e o privado existente na edificação, definido em planta pela supressão de duas unidades habitacionais, o projeto articula a conexão com a circulação vertical que atende os andares superiores e inferiores, assim como com as passarelas metálicas.

Estas passarelas tem grande apelo visual no projeto e são fundamentais na composição e organização da circulação do conjunto, pois garantem a ligação entre o bloco sudoeste voltado para a Rua Comandante Taylor com o bloco nordeste voltado para a Rua Maciel Parente. Estruturalmente independentes do edifício, as passarelas estão ancoradas em estruturas de concreto, por normas de combate a incêndio.

No sentido longitudinal do conjunto ao nível da Avenida Juntas Provisórias há dois grandes pórticos de entrada que ligam tanto a praça ao pátio central como o terreno onde será implantada a segunda fase do projeto. Este elemento garante o acesso de pedestres, além da ligação visual entre a paisagem local e o empreendimento, sendo de grande relevância visual.

Quanto aos usos, o conjunto é quase que em sua totalidade de caráter habitacional, exceto por poucos espaços destinados a pontos comerciais ao nível da Rua Maciel Parente. É no pátio central que ocorrem as atividades recreativas e esportivas e, neste aspecto, a apropriação por parte dos moradores é fundamental para sua manutenção. Entretanto tal espaço não estabelece relação com a população local, pois os acessos são fechados mesmo que haja transparência visual e tenham uma escala urbana adequada.

Os espaços comuns ao nível das passarelas citados anteriormente, como responsáveis pela distribuição da circulação, são de uso coletivo dos moradores, porém acaba por se tornar espaços residuais e suscetíveis à apropriação por integrantes do tráfico de drogas presentes no conjunto. A arquitetura nesse sentido não consegue responder a todas as questões postas pela desigualdade social, mas propicia os espaços para construção da cidadania dos moradores de áreas irregulares amparados pelos programas sociais de habitação de interesse social.

Figura 34.26
Diagrama volumétrico de Fluxos

[1]

[1] Figura 34.27
Diagrama de Fluxos
Planta do térreo

[2] Figura 34.28
Diagrama de Fluxos
Planta do 1º Andar

[3] Figura 34.29
Diagrama de Fluxos
Planta do 2º Andar

[2]

[3]

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para desenvolvimento da pesquisa, foi necessária uma bordagem que vai além da compreensão do objeto de estudo e resgata a tradição dos projetos de habitação coletiva de interesse social, a partir do estado Novo com a instalação dos IAP's na década de 1930. Tal procedimento possibilitou o entendimento de um repertório de soluções de projetos dentro de um contexto, onde estas obras estão inseridas.

Através dos estudos de casos apresentados, como o Edifício Japurá (1942) construído em São Paulo, foi possível identificar por parte de Eduardo Kneese de Mello, uma preocupação na implantação de conceitos estabelecidos pela Arquitetura Moderna, como: a modulação da estrutura, a racionalização construtiva e uma preocupação com a relação entre forma e função do edifício como alternativas a produção de habitação coletiva que se fazia no país até então.

Anterior ao Conjunto do Pedregulho (1946), RJ; e contemporâneo da *Unité d'Habitation* de Marselha (1942-1945), o Conjunto Residencial Armando de Arruda Pereira, conhecido como Edifício Japurá (1942), São Paulo, representa uma experiência inovadora até então no país e na cidade.

Ao implementar um projeto de habitação social nas áreas centrais, o edifício foi precursor de uma perspectiva que passou a fazer parte da agenda urbana brasileira apenas no início do século XXI [...] Ao articular edifício e cidade, seu projeto mostrou uma forma democrática e aberta de renovar o centro em um momento crucial de metropolização da cidade (BONDUKI, 2014. Pág. 141).

Experiências como o Edifício Japurá e o Conjunto do Pedregulho, representam soluções de projeto que criam no ideário da Arquitetura Brasileira elementos que servirão de subsídio para o desenvolvimento de futuros projetos de habitação coletiva por outros arquitetos.

A fundamentação histórica caracterizada no primeiro capítulo da pesquisa subsidia a construção deste repertório de soluções, para a partir destes, estabelecer um olhar sobre a compreensão sobre as proposições de arquitetos sobre as obras de habitação coletiva de interesse social em Heliópolis.

Na fala de Biselli, o projeto de arquitetura é um processo criativo que revisita as soluções do passado, porém sempre com o espírito de sua época, o *zeitgeist*. Álvaro Puntoni também afirma que é necessário para o arquiteto uma “[...] fundamentação constituída de experiências antecedentes e memória” (PUNTONI, 2004. Pág. 03) que contribuí para a prática profissional e acadêmica.

Considerando estes aspectos, a pesquisa construiu uma linha de raciocínio que busca aproximar os exemplos selecionados para caracterizar a habitação coletiva, a partir de exemplos como o projeto da *Unité d'Habitation* de Le Corbusier e o Edifício Japurá, que possuem similaridades,

como a adoção da unidade tipo duplex, a circulação horizontal central de acesso as unidades, além de elementos, como o térreo livre com a adoção de pilotis, o terraço jardim e a implantação do edifício no lote de modo a liberar o terreno.

Mesmo que em oposição aos preceitos modernos quanto a formação do tecido urbano, O projeto dos Smithson, em Londres, é uma evolução de sua própria produção, *Golden Lane* (1958), porém se vale de algumas soluções características da arquitetura moderna, como a pré-fabricação de elementos arquitetônicos, a racionalização no processo de construção e a adoção da circulação horizontal para acesso as unidades.

Portanto, com a definição dos objetos a serem estudados dentro de um contexto específico, a pesquisa consegue estabelecer um olhar sob o mesmo ponto de vista para os diferentes projetos implantados, para propor relações sobre as estratégias dos arquitetos no modo de pensar a habitação coletiva de interesse social, que em determinados momentos se mostra divergente ou convergente, sob a perspectiva dos temas já tratados nas leituras de projeto realizadas.

4.1 Projeto

Os cinco projetos apresentados pela pesquisa, estão inseridos em dois momentos históricos diferentes, sendo a primeira fase entre os anos de 1990 e 1992, e a segunda fase a partir do ano de 2000 até os anos de 2013. A percepção de que não é possível estabelecer uma relação entre estas duas fases, distantes no tempo, é falsa, pois quando analisamos os momentos históricos onde estão inseridos, é possível estabelecer paralelos entre elas.

A primeira fase (1990 – 1992) caracterizada pela redemocratização do país, onde a busca por melhores condições de vida na cidade de São Paulo tinha na figura do Partido dos Trabalhadores um forte aliado no poder público, contribuí para a realização de experiências inovadoras como o Programa FUNAPS, que através da participação popular e da assessoria técnica de escritórios de arquitetura possibilitou a implantação de projetos como Residencial Almirante Delamare.

O projeto realizado, mesmo distante do paradigma da grande edificação linear característica dos conjuntos habitacionais, tem na Arquitetura um alicerce para a construção de seu partido arquitetônico, e propõe o agrupamento das partes para a formação do todo, consegue estabelecer relações com o local e suas populações.

Após o período das administrações de Maluf e Pitta que vai do ano de 1993 a 2000, onde o modelo repetitivo e sem identidade com o local dominou a paisagem da cidade e da comunidade de Heliópolis por meio do Programa PROVER, a partir do ano de 2001 até 2013, segunda fase, ocorreu uma sequência de administrações públicas, iniciada por Marta Suplicy seguidas por Serra e Kassab, que dão suporte a Arquitetura e o Urbanismo no desenvolvimento de soluções de projeto próprias para cada situação apresentada. Resgatando a fala de Elisabeth França:

[...] vários escritórios foram convidados a participar do Programa, desenvolvendo projetos a partir do conceito central da permanência dos moradores e do respeito aos investimentos individuais realizados na construção da moradia [...] Coube aos arquitetos a importante tarefa de reforçar a identidade de cada bairro projetado, como alternativa às soluções padronizadas, tão comuns à paisagem urbana brasileira. (FRANÇA, 2014)

O panorama histórico da segunda fase tem como pano de fundo a promulgação do Estatuto das cidades (2001), que [...] estabelece a função social da propriedade e estabelece-se um conjunto de instrumentos que possam garantir maior acesso à terra urbana e à segurança na posse (BRASIL, 2001).

Portanto, a pesquisa entende que essas duas fases distintas no tempo, convergem sob o aspecto político e sócio, e representam momentos de mudança por parte do poder público nas ações implantadas para enfrentamento da questão habitacional, tendo a Arquitetura e Urbanismo como um suporte teórico e prático.

Quanto à teoria e a prática, por parte dos arquitetos responsáveis pelos projetos estudados, as relações ocorrem nos temas tratados pela pesquisa e que serão tratados a seguir, como meio de verificação de suas falas e estratégias de projeto.

4.2 Contexto

A respeito do tema podemos considerar que os todos os projetos enfrentam cada situação de modo singular, e mesmo no caso dos Conjuntos para a Gleba A e Gleba H, ambos de autoria de Hector Vigliecca, a resposta a interpretação do contexto envoltório do projeto nunca é a mesma, as especificidades de cada área são únicas e nesse sentido, os projetos convergem em apresentar diferentes soluções de implantação dos edifícios.

Vigliecca defende um modo particular de intervir em áreas críticas, denominado Terceiro Território, onde não há modelos pré-estabelecidos, mas sim um modo de leitura das pré-existências do lugar que contribuem na elaboração do projeto e por meio desta estratégia possibilita aos moradores das áreas irregulares o acesso a melhores condições de vida, física e mental.

No projeto da Gleba A, o arquiteto projeta espaços coletivos como estratégia de conexão com as edificações remanescentes na quadra, solução que define o partido do projeto. Já no projeto para o Residencial Silvio Bacareli, Gleba H, a definição do partido é feita pela conexão entre o projeto e as edificações da COHAB, estratégia similar porém não idêntica, que incorpora as pré-existências e novamente por meio de elementos espaciais, caracterizados pelos pátios internos, convergem como solução de integração e articulação em resposta as questões tratadas pelo projeto.

A preocupação com o reflexo das habitações no tecido urbano é constante na trajetória do arquiteto, e o entendimento que se obteve com a pesquisa é que em suas propostas, os edifícios estão distantes de soluções formais como resposta para a configuração da quadra.

Sobre os projetos do Residencial Almirante Delamare (Figura 42.01) e do Conjunto Heliópolis (Juntas Provisórias) (Figura 42.02), é possível verificar por meio de sua implantação que ambos os projetos se caracterizam pela ocupação perimetral do lote, o que resulta na criação dos pátios internos. Esse elemento material estabelecido pelo projeto configura o desenho da quadra, porém para cada situação é resultante das diferentes interpretações que os arquitetos tem sobre o contexto e suas estratégias de projeto.

Respectivamente, Espallargas Gimenez afirma que a intenção foi de isolar-se do tráfego da Avenida Almirante Delamare e desta maneira criar uma edificação que articula o convívio social por meio dos pátios internos e regula a relação público-privado através de seus acessos. Já Mario Biselli, afirma que se inspirou nas cidades européias, para definição do partido do projeto, com o objetivo articular a inserção do conjunto no tecido da favela.

A partir destas leituras feitas sobre os projetos é possível relacionar o projeto de Vigliecca com o de Espallargas Gimenez, que se caracterizam por uma leitura do contexto na elaboração do projeto. Por outro lado, é possível relacionar o projeto de Biselli com o de Espallargas Gimenez pela similaridade no desenho de implantação e volumetria dos conjuntos.

[1]

[2]

[1] **Figura 42.01**
Vista do conjunto Almirante Delamare

[2] **Figura 42.02**
Vista do conjunto Heliópolis (Juntas Provisórias)

A partir do entendimento acima descrito é possível considerar que todos os arquitetos, com base nas ações de projetos, e expressos por suas diferentes falas e escritos, apresentados pela pesquisa, interpretam de modo divergente o contexto onde as obras estão inseridas e mesmo que, possíveis similaridades formais possam ser identificadas, representam diferentes estratégias no enfrentamento por parte dos arquitetos as situações apresentadas.

4.3 Ordem e Composição

Segundo Leupen, os elementos materiais e espaciais que constituem o projeto são elaborados a partir de um ordenamento específico e refletem na composição do edifício, possivelmente o ponto de maior divergência entre os projetos.

Considerando que um dos princípios de composição, em um projeto de habitação coletiva, é a organização das partes para o todo, a partir de unidades mínimas, esse modelo de composição da edificação está presente em todos os projetos apresentados aqui, e sua interpretação está relacionada diretamente com o contexto de implantação, assim como a visão dos arquitetos na proposição destas estratégias de projeto.

Iniciando uma reflexão sobre o tema a partir do Residencial Delamare, onde a composição é elaborada, de um modo muito particular, por meio da sobreposição das casas, o agrupamento das quatro unidades habitacionais constitui um núcleo habitacional, e em última instância, conformam o conjunto.

Neste caso por estar no perímetro do lote a edificação desenha a quadra e possibilita que o interior do conjunto seja usado como espaço coletivo, criando um elemento espacial com grande representatividade no partido adotado no projeto.

Ao mesmo tempo essa organização em núcleos, permite que projeto possa adaptar-se às condições topográficas do local, possibilitando estabelecer um paralelo entre o projeto e experiências anteriores, como no conjunto da Quinta da Malagueira, projetado por Alvaro Siza Vieira na cidade de Évora, Portugal (Figura 43.02), dentro do Programa SAAL¹⁵.

O mesmo princípio de composição da edificação, através da implantação perimetral, é adotado por Mario Biselli no Conjunto Heliópolis (Juntas Provisórias), fazendo menção as cidades europeias e as quadras do Plano Cerdá de Barcelona, Espanha, representando uma organização do conjunto do todo para a parte.

Porém, a relação composição do conjunto, tem uma segunda abordagem e contraria a primeira apresentada, da parte para o todo, onde o desenho dos blocos, quando agrupados, são percebidas como diferentes edifícios organizados lado a lado. Nas palavras do próprio do arquiteto:

“A percepção que se obtém, no interior das quadras, é a presença de vários edifícios leves e articulados pelos blocos verticais coloridos das escadas, muito diferente do aspecto mais uniforme do interior das quadras de Cerdá” (BISELLI, 2014. pág. 12).

[1]

[2]

[1] Figura 43.01
Vista do conjunto Almirante Delamare

[2] Figura 43.02
Vista do conjunto Quinta da Malagueira, Évora, Portugal.
Alvaro Siza. 1972

¹² SAAL - Serviço de Ambulatório de Apoio Local. Trata-se de um programa habitacional realizado em meados da década de 1970, em Portugal, que tinha como objetivo o atendimento as populações carentes do país. Ver ZAPATEL, Juan Antonio. Visões Urbanas e Habitações do século XX, 2013.

[1]

[2]

[1] Figura 43.03
Vista do conjunto Heliópolis (Juntas Provisórias)

[2] Figura 43.04
Vista de edifícios em Sporenburg, Amestrdaan, Holanda.

A partir desta fala podemos estabelecer um paralelo com as edificações realizadas em Sporenburg, na cidade Holandesa de Amsterdã, onde as edificações localizadas em uma área de docas estão agrupadas lado a lado (Figuras 43.03 e 43.04). A relação entre os projetos, por meio do discurso do arquiteto, reforça a idéia da existência de um repertório de projetos, contribui tanto com a prática profissional dos arquitetos como no ensino do projeto de arquitetura.

A respeito dos Projetos de Hector Vigliecca quanto a composição das edificações e o ordenamento destas em sua implantação é que, em ambos os projetos há uma relação direta com o contexto do projeto, pois o arquiteto em sua fala, entende que a adoção das pré-existências pelo projeto valoriza os investimentos sociais existentes e potencializa seu resultado.

Na Gleba A, o projeto estabelece uma conexão com as edificações existentes por meio da criação dos pátios internos, elementos espaciais, que definem sua composição e ordenam o espaço no projeto. Já no projeto da Gleba H, a ligação entre as edificações existentes e as novas, cria um elemento físico na composição, que em ambos os casos, são elementos definidores do partido arquitetônico.

Quanto ao projeto do residencial Comandante Taylor, nas palavras dos arquitetos, seu ordenamento deu-se a partir do programa de necessidades para atendimento de 420 famílias, fato que influencia diretamente no número de habitações e que quando das limitações de área para o projeto, caracteriza um adensamento da área edificada.

A composição do conjunto, dispõe os edifícios no lote próximos ao perímetro, mas distante do alinhamento, e partir dos espaços gerados no miolo do lote, onde estão inseridos os demais edifícios (Figura 43.05).

Esse ritmo, se assim podemos dizer, tem relação com outros projetos de habitação coletiva com, por exemplo, os edifícios da Superquadras de Brasília (Figura 43.06), guardadas as devidas proporções quanto ao seu distanciamento na implantação no lote. Porém, nas palavras do arquiteto, o projeto busca inspiração no Projeto da Praça dos Museus da USP, de Paulo Mendes da Rocha, por meio da criação das passarelas de acesso as unidades habitacionais¹¹.

Portanto, a partir do momento, em que os edifícios, elementos materiais do projeto, são organizados no lote, geram os eixos de circulação entre os edifícios, elementos espaciais, que são materializados por meio das passarelas em concreto, que em última instância representa a composição do conjunto.

Por mais divergentes que possam ser os modos de ordenamento e composição das edificações, enquanto seu resultado volumétrico, salvo a os projetos do Residencial Almirante Delamare e Heliópolis (Juntas Provisórias), em função da volumetria resultante da ocupação perimetral do lote, todos os projetos convergem pelas relações e similaridades com projetos antecedentes realizados por outros arquitetos, em consonância com o discurso de Puntoni sobre a memória e o repertório de projetos.

[1]

[2]

[1] Figura 43.05

Vista do Residencial Comandante Taylor. PAA, 2012.

[1] Figura 43.06

Vista de uma superquadra Brasília. NIEMEYER, 1958

¹¹ Informação verbal fornecida pela arquiteta em entrevista realizada em 19/07/2017.

4.4 Usos

A princípio , o tema do Uso pode apresentar mais convergências e similaridades entre os projetos, e não estamos falando aqui do tema habitação coletiva de interesse social, mas da forma com que os usos são organizados nas habitações. As estratégias utilizadas pelos arquitetos em função de um programa de necessidades, similar a todos, tem como pressuposto a composição do todo a partir da unidade mínima, necessária ao atendimento das necessidades básicas de uma família para sua sobrevivência.

O programa estabelecido pela SEHAB, em uma área de no máximo 50,0m² é composto por sala, cozinha, banheiro, lavanderia e 02 dormitórios, pode ser percebido como algo de simples complexidade, mas em se tratando da produção de um número considerável de unidades, organizadas em grande numero, eleva sua complexidade e caracteriza o desenho das habitações como algo de extrema importância, quando da redução das medidas a serem adotadas para desenvolvimento do projeto.

Em se tratando de projetos de habitação coletiva, que em sua maioria são caracterizados por edificações verticalizadas no atendimento de uma grande demanda por habitações, a otimização dos espaços internos e a racionalização de elementos construtivos, são diretrizes fundamentais para elaboração do projeto. Soluções para setorização dos usos, dos sistemas de instalações elétricas e hidráulicas, significam pequenas atitudes no projeto, que dentro do conjunto da obra acabam por representar grandes desafios aos projetistas, quanto ao resultado técnico e formal.

O Residencial Almirante Delamare, é uma exceção quanto a verticalização por se tratar de casas sobrepostas, e a organização da planta buscou estabelecer 3 tipos, que se complementam para a formação do núcleo habitacional. Organizado em 03 pavimentos, térreo, 1º andar e 2º andar, as unidades têm na circulação vertical um eixo definidor da planta, onde as unidades térreas possuem 01 dormitório, além de sala, cozinha, banheiro e lavadeira e um pequeno pátio de serviço.

As unidades do 1º andar, possuem o mesmo programa, porém com 02 dormitórios e a organização da planta, apresenta uma solução bastante interessante pois distribui os dormitórios de uma unidade no mesmo pavimento e utiliza o 2º andar para alocar os dormitórios da outra unidade.

Quanto à organização das instalações, não há um agrupamento em planta, mas é possível estabelecer uma relação vertical, por meio de uma prumada hidráulica, para os banheiros, e outra para a cozinha e lavadeira. A definição dos espaços servidos e servidores é clara e setorizada, onde estes usos estão agrupados verticalmente (Figura 44.01).

Os demais projetos, edifícios verticais, organizam a planta das unidades a partir da sobreposição das unidades e mais uma vez o agrupamento das instalações hidráulicas é uma preocupação constante nos projetos, porém como especificidades em sua distribuição interna.

Em todos os projetos, as unidades possuem um uso definido por zonas, exceto por algumas variações em planta no conjunto Residencial Comandante Taylor, que apresenta 10 variações em 02 tipos de habitacionais. Porém fica claro que nesse tema, os arquitetos tendem a

Figura 44.01
Conjunto Residência I Almirante Delamare.
Diagrama de prumadas hidráulicas.

[1] Figura 44.02
Residencial Comandante Taylor.
Planta unidade tipo 01

[2] Figura 44.03
Conjunto Gleba A.
Planta da unidade tipo 01

otimizar a planta das unidades quanto aos espaços internos e propõe soluções de organização das unidades, que adotam o agrupamento dos dormitórios, e a criação de blocos hidráulicos (cozinha, lavanderia e banheiro), (Figura 44.02 e 44.03) mas vale salientar que devido ao sistema construtivo as tubulações hidráulicas são inseridas em *shafts* em função do sistema construtivo adotado, blocos de alvenaria estrutural.

A pesquisa identificou que as diferentes soluções adotadas nos projetos, quanto à configuração das plantas, representa mais do que a simples organização dos usos na unidade habitacional, mas a forma com que esta solução tem impacto no resultado de todo o conjunto e portanto, entende-se que o projetos dos conjuntos, consideram tanto aspectos relativos as unidades, como os aspectos relativos ao conjunto arquitetônico em sua elaboração, e desta forma estabelecem uma relação de ambivalência em seu desenvolvimento.

4.5 Fluxos

Após o processo de entendimento dos projetos é possível perceber similaridades nas diferentes soluções propostas pelos arquitetos, sendo um dos princípios adotados pela maioria dos projetos de habitação de interesse social em geral, é a adoção do pavimento térreo na cota mais alta da rua como acesso principal nas edificações com implantação em terrenos com topografia acidentada como é o caso dos conjuntos Comandante Taylor, e Residencial Heliópolis (Juntas Provisórias).

Essa estratégia garante ao projeto, por meio da legislação para habitações de interesse social, que edificações com térreo mais quanto pavimentos, possam ser construídas sem a necessidade de elevadores, o que para esse tipo de edificação inviabiliza tanto o custo da construção como o custo de manutenção aos futuros moradores. A partir do momento em que esse térreo fica estabelecido na cota mais alta, o projeto adiciona pavimentos abaixo desta cota, o que garante o aumento no número de unidades habitacionais, tão necessário para atendimento da demanda por habitações. Essa estratégia de acesso a edificação em um pavimento intermediário, foi adotada por Reidy no Conjunto do Pedregulho (1946) para o acesso ao edifício, (Figura 45.01), garantindo uma implantação mais adequada em relação a topografia do terreno.

No projeto do Residencial Comandante Taylor, a circulação é definida por meio das passarelas em concreto, importante elemento de composição do conjunto. A grande alameda criada entre a cota mais alta do terreno localizada a Rua Comandante Taylor, articula uma ligação com a cota mais baixa e possibilita uma integração entre o público e privado, assim como um local de passagem aos moradores do bairro. Existem ainda no conjunto, acessos secundários na Rua Visconde de Camamu e Rezende Costa, porém, atualmente estão fechados.

Sobre o Conjunto Heliópolis (Juntas Provisórias), a circulação tem relevância na organização dos espaços pois a partir da definição do térreo, em duas diferentes cotas na Rua Comandante Taylor, o projeto prevê a ligação da edificação com a rua por meio de passarelas em concreto que levam a espaços de transição entre o público e o privado, dentro da projeção do edifício que leva as unidades habitacionais, seu núcleo, como coloca Unwin.

[1]

[1] Figura 45.01
Conjunto Prefeito Mario Mendes de Moraes (Pedregulho)
Corte Transversal

[2] Figura 45.02
Residencial Comandante Taylor.
Corte Transversal

[3] Figura 45.03
Conjunto Heliópolis (Juntas Provisórias)
Corte Transversal

A partir deste espaço, o percurso é feito horizontalmente pelas passarelas metálicas sobre o pátio interno ou verticalmente por meio das caixas de escada. As passarelas possibilitam a ligação entre os blocos Noroeste e Sudeste e desta forma garantem a adoção de mais pavimentos no edifício, além do térreo mais quatro pavimentos. A adoção das passarelas metálicas no projeto, podem ser relacionadas com o projeto para o Museu em Suwon, Coréia do Sul (2003), (Figura 45.04) de autoria do próprio arquiteto. Nas palavras de Biselli:

[...] aqui o partido se estabelece sobre uma forma inspirada na solução estrutural, resultando na configuração de um edifício-ponte[...] Desse modo, o projeto definiu uma praça coberta, no vale formado entre as duas elevações
(BISELLI, 2014. Pág. 22)

Guardadas as devidas proporções, entre as obras, um edifício e uma transposição, a solução estrutural adotada no museu, pode ser revisitada pelo arquiteto e reconfigurada em sua trajetória, como um elemento que adapta-se as diferentes situações dadas pelo projeto.

Quanto a relação público-privado, estabelecidas nos projetos por meio das circulações, é possível identificar em todos os projetos uma preocupação por parte dos arquitetos. Por meio de aberturas nos edifícios nos locais de acesso da rua, os projetos articulam uma integração com o entorno da favela, tanto como uma ligação de percurso entre as áreas internas e externas, como no caso do Conjunto Almirante Delamare, ou como uma ligação visual que propicia maior integração da edificação no local de inserção, como no caso do Conjunto Heliópolis (Juntas Provisórias), através de grandes pórticos em suas fachadas Noroeste e Sudeste, articulam uma conexão com a favela (Figura 45.05).

[1]

[2]

[1] Figura 45.04
Maquete eletrônica para o projeto do Museu em Suwon, Coreia do Sul.
Biselli Katchborian, 2003.

[2] Figura 45.05
Diagrama de conexões, Conjunto Heliópolis (Juntas Provisórias).
Biselli Katchborian, 2011.

[1]

[2]

Essa estratégia de conexão estabelecida pela circulação também é presente no Conjunto para Gleba A, Quadra 01, o qual possui aberturas por meio de pórticos no nível da rua para acesso ao edifício. A partir destes, a uma circulação longitudinal que conecta todo o edifício no nível do térreo e permite o acesso aos pátios internos, projetados como forma de conexão entre as habitações irregulares existentes e o conjunto edificado. Existem ainda acessos diretos da Rua que para as unidades localizadas no térreo do edifício lamina (Figura 45.06).

Já no projeto do Conjunto Silvio Bacarelli, Gleba H, os acessos ao conjunto foram definidos pela composição das edificações propostas, resultantes da conexão com torres existentes no terreno. A partir das manchas de implantação, Hector Vigliecca definiu os fluxos de acesso ao miolo de quadra e suas transposições (Figura 45.07).

[1] **Figura 45.06**
Corte Transversal, Conjunto Gleba A.
Vigliecca & Associados, 2004.

[2] **Figura 45.07**
Croquis de implantação, Conjunto Silvio Bacarelli (Gleba H).
Vigliecca & Associados, 2008.

Considerando as relações estabelecidas entre os projetos aqui apresentados sob o tema dos fluxos de circulação, percebesse que por mais divergentes que as propostas apresentadas pelos arquitetos, possuam diferentes interpretações quanto a leitura do contexto, em sua composição volumétrica, resultantes no partido arquitetônico, a organização da circulação nos conjuntos habitacionais é de suma importância para articular o seu todo e desta maneira são adotadas estratégias similares que estabeleçam conexões entre as áreas públicas e privadas, valendo-se de experiências já adotadas em outros projetos já realizados.

Portanto, diante do que aqui foi apresentado sobre os referidos projetos, por meio da revisão sobre a produção de habitação realizada no país, a partir da primeira metade do século XX, aliado ao entendimento das ações desenvolvidas pelo poder público na cidade de São Paulo a partir do período inicial da redemocratização no país, assim como a compreensão da dimensão da comunidade de Heliópolis na cidade e as propostas desenvolvidas atualmente, que vão contra a repetição de soluções padronizadas, entende-se que uma obra de arquitetura, como um conjunto habitacional, possui tamanha complexidade que seu resultado transpassa a condição de ato de criação por parte do arquiteto e depende de vontade política para que sua implementação.

Nesse sentido, podemos considerar que a diferença dos projetos realizados nas administrações de Luiza Erundina e Gilberto Kassab em oposição a produção realizada pelas administrações de Maluf e Pitta, é fruto de uma vontade política por parte da administração pública, como afirma BONDUK em *Origens da habitação social no Brasil* (1998) BONDUK quando fala da produção de habitação coletiva desenvolvida a partir do período Vargas, fruto não somente da vontade de técnicos dos IAPs, mas de uma vontade política que foi debatida para o estabelecimento de uma larga produção de habitação social no país.

Trata-se, talvez, da prova mais forte de que os partidos arquitetônicos e as características da intervenção estatal no setor não resultaram de decisões pessoais ou técnicas, tomadas por tecnocratas do IAPs ou do Ministério do Trabalho e sim de uma reflexão amadurecida, ou pelo menos, debatida, no próprio núcleo de poder do Estado Novo (BONDUK, 1998. pág. 135)

Porém, é a partir da visão deste profissional, de suas idéias e experiências anteriores, o domínio de um repertório de soluções já realizadas, aliado ao entendimento das relações sociais envolvidas, que a interpretação do arquiteto, sobre este conjunto de elementos o capacita na proposição de soluções e estratégias mais adequadas, tendo como suporte a Arquitetura e o Urbanismo, para o enfrentamento da questão habitacional do país. Por fim, entende-se que o conhecimento gerado com a pesquisa é relevante e espera-se que possa contribuir com pesquisadores, professores e alunos no processo de discussão sobre a produção habitação coletiva de interesse social.

5. BIBLIOGRAFIA

ÁBALOS, Iñaki. 1956 – ***A boa vida: visita guiada as casas da modernidade*** / Iñaki Ábalos; Trad. Alícia Duarte Penna. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2003.

ARTIGAS, João Batista Vilanova 1915-1985. Caminhos da Arquitetura / João Batista Vilanova Artigas, Org. Rosa Artigas e José Correia de Lima. 4ª ed. rev e ampl. São Paulo, 2004.

BAKER, Geoffrey H. ***Le Corbusier : uma análise da forma*** / Geoffrey H. Baker; [Tradução: Alvamar Helena Lamparelli]. São Paulo : Martins Fontes, 1998.

BISELLI, Mario. 1961- ***Estratégias do belo a arquitetura de Biselli e Katchborian*** / editor: Jacques Rutman. São Paulo : J.J. Carol, 2014

BONDUKI, Nabil G. ***Origens da habitação Social no Brasil***. São Paulo, Estação Liberdade, 1998.

_____. ***Pioneiros da habitação Social no Brasil – VOL 03***. São Paulo, Edições Sesc, Fundação UNESP, 2014.

CLARK, Roger H. ***Arquitetura: temas de composición*** / Roger H. Clark, Michael Pause. 3 ed. México, Gili, 1997.

FRAMPTON, Kenneth. ***História crítica da arquitetura moderna***. / Kenneth Frampton, trad. Jefferson Luiz Camargo, Rev. Julio Fischer. 3 ed, 2ª reimpressão, 2000.

MAUTNER, YVONNE M. M. A periferia como fronteira da expansão do capital. In: DEAK, c, SCHIFFER, S. (orgs.) ***O processo de urbanização no Brasil***. São Paulo: Edusp/Fupam, 1999.

MONEO, Rafael. ***Inquietação teórica e estratégica projetual : na obra de oito arquitetos contemporâneos*** / Rafael Moneo ; tradução : Flávia Coddou. São Paulo : Cosac Naify, 2008.

Política municipal de habitação: uma construção coletiva / organização: Elisabete França, Keila Prado Costa. Edição 1. ed São Paulo : Secretaria Municipal de Habitação, 2012.

Proyecto y análisis : evolución de los principios en Arquitectura / Bernard Leupen... [et al.]; versão castelhana de Carlos Sáenz de Valicourt. Barcelona : Gustavo Gili, 1999.

O terceiro território: habitação coletiva e cidade: Vigliecca & Associados – The third territory: collective housing and city: Vigliecca & Associados / Héctor Vigliecca; Lizete Rubano, organização; Luiz Recaman, apresentação – São Paulo: Arquiteto Héctor Vigliecca & Associados, 2014.

SÃO PAULO. Prefeitura do Município de São Paulo. ***Habitação de interesse social em São Paulo: desafios e novos instrumentos de gestão*** / PMSP. Cities Alliance – São Paulo, Rio de Janeiro. Projetos Urbanos, 2006.

SILVA, Helena Ayoub. ***Abraão Sanovicz, arquiteto*** / Helena Ayoub Silva: ensaio fotográfico de Nelson Kon. São Paulo: Romano Guerra / Instituto Lino Bo e P. M. Bardi, 2017

Uma nova agenda para a arquitetura : antologia teórica (1965-1995) / organização de Kate Nesbitt; tradução de Vera Pereira. Edição 2. ed São Paulo : Cosac Naify, 2008

UNWIN, Simon 1952. ***Análisis de la Arquitectura*** / Simon UNwin; [Versión castelhana de Carlos Sáenz de Valicourt]. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2003.

Urbanização de favelas: A experiência de São Paulo. São Paulo: Boldarini Arquitetura e Urbanismo, 2008.

ZAPATEL, Juan Anotnio. ***Visões urbanas e habitação no século XX*** / Juan Antonio Zapatel – Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

ARTIGOS

BISELLI, Mario. ***Teoria e Prática do Partido arquitetônico***. Arquitextos, São Paulo anos 12, n. 134.00, Vitruvius, jul. 2011 Acessado em: Nov. 16, Disponível em: [HTTP://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitetxtos/12.132/3974](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitetxtos/12.132/3974) Acessado em: Mar. 2017

ESPALLARGAS GIMENEZ, Luís. ***Cidade moderna e superquadra: unidade de vizinhança e conformidade***. 2012. Disponível em: http://espallargas.com.br/acadEAmico/imagens/textos/ESPALLARGAS_asuperquadracomounidadeformaldacidade.pdf

Acessado em Nov. 2016.

MEDRANO, Leandro; RECAMAN, Luiz. ***Habitação social e urbanização na industrialização de São Paulo: ideias de arquitetura e cidade real*** / 4º CIHEL – Congresso Internacional de habitação no espaço lusófono I A cidade habitada. Porto, Portugal, 2015.

VILLAÇA, Flávio. ***Metodologia de pesquisa***. Pontifícia universidade católica de Campinas. Campinas, 1997.

ZUQUIM, M. DE LOURDES. ***Urbanização de assentamentos precários no município de São Paulo: quem ganha e quem perde?*** / II Encontro da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal, 2012.

TESES, DISSERTAÇÕES e TRABALHOS ACADÊMICOS

ALBUQUERQUE, Maria J. ***Verticalização de favelas em São Paulo: Balanço de uma experiência (1989 a 2004)***. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CORADIN, Renata Fragoso. **Habitar social: A produção contemporânea na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PUNTONI, Alvaro. **O caminho como projeto: Estruturas de habitação na área central de São Paulo. A ocupação de vazios na avenida nove de julho**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Helena A. Ayoub. **Abraão Sanovicz: O projeto como pesquisa**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Ricardo Dias. **Habitação mínima na primeira metade do século vinte**. Monografia apresentada a disciplina: Habitação, metrópole e modos de vida – SAP 5846. Programa de Pós Graduação: Escola de engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2006.

Disponível em: http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/mono_ricardo_dias.pdf / Acesso em: Jan. 18.

SOUZA, VANESSA PÁDIA. **Heliópolis (São Paulo): as intervenções públicas e as transformações urbanas na favela (1970-2011)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

VIEIRA, Júlio Luiz. **Vias de aproximação para uma leitura da condição espacial na arquitetura**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ZULIN, Fabrícia. **Habitar Coletivo: Obras diferenciadas contemporâneas em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

JORNAIS e PERIÓDICOS

BISELLI, M. “Biselli Katchborian projeta conjunto habitacional em Heliópolis, zona Sul de São Paulo” in: **AU – Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: número 244, 2014.

Disponível em: <http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/244/biselli-katchborian-projeta-conjunto-habitacional-em-heliopolis-zona-sul-de-318103-1.aspx>

Acessado em Mar 17.

BRITO CRUZ, J. A. de “Sócios do escritório Piratininga Arquitetos falam sobre a filosofia de trabalho do escritório fundado há quase 30 anos” in: **AU – Arquitetura e Urbanismo**.

São Paulo: número 205, 2011.

Disponível em: <http://au17.pini.com.br/arquiteturaurbanismo/205/artigo213260-1.aspx>

Acessado em: Jan. 18

BONDUKI, Nabil G. “Habitação / São Paulo: Heliópolis” in: **AU – Arquitetura e Urbanismo**.

São Paulo: número 33, p. 77. 1990.

ESPALLARGAS GIMENEZ, L. “Habitação / São Paulo: Heliópolis” in: **AU – Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: número 33, p. 72 - 73. 1990.

ESPALLARGAS GIMENEZ, L. “Contra a corrente” in: **AU – Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: número 136, 2005.

Disponível em: <http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/136/contra-a-corrente-22200-1.aspx> / Acessado em: Mar. 17

FRANÇA, E. “Programa de Urbanização de favelas e cidade inclusivas” in: **AU – Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: número 244, 2014.

Disponível em: <http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/244/biselli-katchborian-projeta-conjunto-habitacional-em-heliopolis-zona-sul-de-318103-1.aspx>

Acessado em Mar 17.

OTHAKE, Ruy. “Como o acaso levou Ruy Ohtake a se unir à comunidade da maior favela de São Paulo e realizar projeto voluntário por moradia digna” in: **AU – Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: número 126, 2004.

Disponível em: <http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/126/habitacao-23194-1.aspx> / Acessado em 06/2016.

ROLNIK, Raquel. “O minha casa minha vida não tem arquitetura” in: **Projeto Design**. São Paulo: número 429, 2016.

Disponível em: <https://arcoweb.com.br/projetodesign/entrevista/entrevista-raquel-rolnik> / Acessado em 06/2016.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. “Heliópolis, bairro educador” in: **O Estado de São Paulo**. São Paulo, Espaço Aberto. São Paulo. 12 mai. 2010.

SEMIN, R. “Sócios do escritório Piratininga Arquitetos falam sobre a filosofia de trabalho do escritório fundado há quase 30 anos” in **AU – Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: número 205, 2011.

Disponível em: <http://au17.pini.com.br/arquiteturaurbanismo/205/artigo213260-1.aspx> / Acessado em: Jan. 18.

VIGLIECCA, Hector. “Áreas urbanas críticas” in: **Monolito**. São Paulo: número 7, p. 93, 2012.

SITES

BISELLI&KATCHBORIAN ARQUITETOS ASSOCIADOS.

Disponível em: <http://www.bkweb.com.br/projects/institutional/conjunto-habitacional-heliopolis/> Acessado em: Jan. 2018.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm

Acessado em Jun. 2016.

_____. Casa Civil. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.html / Acessado em 06/2016.

_____, Caixa Econômica Federal. Programa Minha Casa Minha Vida, 2016. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>

Acessado em 06/2016.

BRASIL, PLANHAB. Plano Nacional de Habitação. Brasília. Ministério das cidades / secretária nacional de habitação. Mai. 2010.

ESPALLARGAS ARQUITETURA

Disponível em: <http://www.espallargas.com.br/index2.htm>/Acessado em: Jan. 18

IAB. Instituto dos Arquitetos do Brasil / Carta 2012 – IAB 10/12, 2012.

Disponível em: http://www.iabsp.org.br/minha_casa_minha_vida.pdf,

Acessado em Jun. 2016.

PIRATININGA ARQUITETOS ASSOCIADOS

Disponível em: http://piratininga.com.br/projeto_comandandetaylor.html/

Acessado em: Jan. 2018.

SÃO PAULO. Prefeitura do Município de São Paulo. Projeto Cingapura, 1994.

Disponível em: <http://www.prodam.sp.gov.br/invfut/cinga/cinga1.htm>

Acessado em Jun. 2016.

_____. Prefeitura do Município de São Paulo. Dados dos programas habitacionais da PMSP. Disponível em: <http://www.habitasampa.inf.br/habitacao/>

Acessado em Jan. 2018.

VIGLIECCA&ASSOCIADOS.

Disponível em: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/boulever/artigas/>

Acessado em: Jan. 2018

Disponível em: [http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-h /](http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-h/)

Acessado em: Jan. 2018

Disponível em: [http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-h /](http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-h/)

Acessado em: Jan. 2018

VITRUVIUS. Habitasampa: Concursos de projetos para locação social, São Paulo, 2004.

Disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/04.040/2290?page=10/>

Acessado em: Jun. 2016

DESENHOS

Para execução dos desenhos apresentados na pesquisa foram utilizadas as seguintes bases de dados:

Residencial Almirante Delamare

Plantas de aprovação na prefeitura consultadas na biblioteca da SEHAB.

Conjunto Gleba A / Quadra 0 e Quadra 1

Arquivos em PDF enviados pelos escritório Vigliecca & Associados.

Residencial Silvio Bacarelli (Gleba H)

Arquivos em DWG enviados pelos escritório Vigliecca & Associados.

Residencial Comandante Taylor

Arquivos em DWG enviados pelos escritório Piratininga Arquitetos Associados.

Conjunto habitacional Heliópolis (Juntas Provisórias)

Arquivos em PDF enviados pelos escritório Biselli & Katchborian Arquitetos Associados.